III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES

III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES

1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

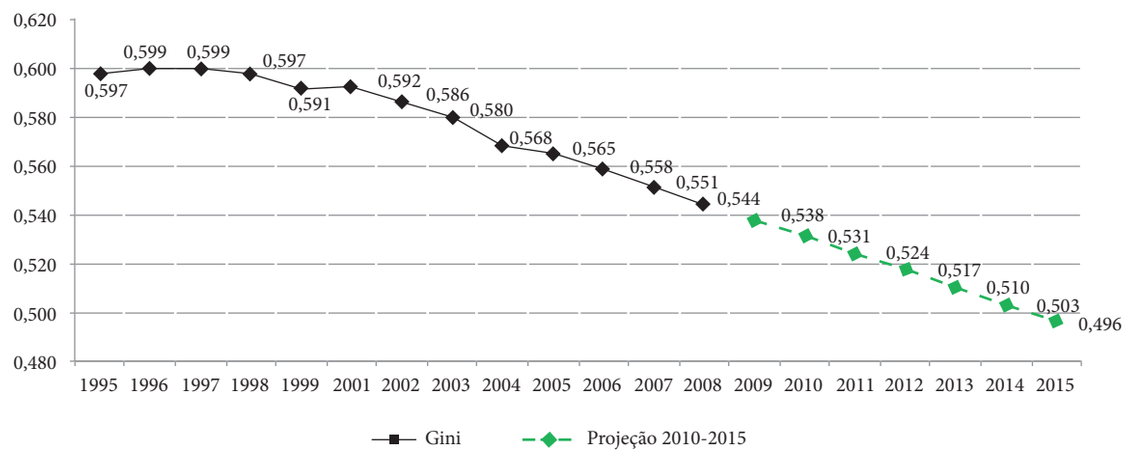
a) Redução das Desigualdades

Ao longo dos últimos anos, os indicadores sociais no Brasil apontam para uma evolução positiva das condições de vida da parcela socialmente mais vulnerável da população, com o reconhecimento de direitos e o crescimento da oferta de serviços públicos. Colaboraram para isso medidas sinérgicas adotadas pelo Governo demonstrando a prioridade que vem sendo dada às políticas públicas que objetivam a redução das desigualdades sociais.

Cumpre salientar a expansão dos recursos aportados na Assistência Social nos últimos oito anos, somente na esfera federal, da ordem de 225%, em termos nominais, entre 2004 e 2011. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), os recursos passaram de 0,71% para 1,18%[1].

Como resultado desse esforço, tem-se verificado redução da pobreza associada à diminuição das desigualdades sociais, de forma concomitante. De fato, observa-se uma redução contínua do coeficiente de Gini, principalmente em função do crescimento real e relativo da renda das classes sociais menos favorecidas. Dentre os fatores destacam-se o aumento dos rendimentos do trabalho, os aumentos reais do salário-mínimo e o incremento das políticas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF). Segundo projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mantidas as tendências atuais, o coeficiente de Gini deverá ficar em patamar abaixo de 0,5 em 2015, conforme se observa no Gráfico a seguir.

Evolução e Projeção do Coeficiente de Gini: 1995 a 2015.



Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

[1] Para o cálculo foi utilizado o PIB de 2011 estimado pelo relatório "Economia Brasileira em Perspectiva, 13ª edição, novembro/2011, do Ministério da Fazenda, que apontou crescimento de 3,8%.

Nesse contexto, é importante observar que, segundo o estudo do Ipea "Perfil da Pobreza no Brasil e sua Evolução no Período 2004-2009" elaborado a partir de dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, o benefício do Bolsa Família representava 39% da renda da população em estado de extrema pobreza contra 14% em 2004, o que demonstra sua relevância na garantia dos meios básicos de subsistência para essa faixa populacional.

Ainda segundo o Ipea, políticas de transferência de renda têm impacto substantivo sobre o crescimento da economia, conforme demonstram as análises dos efeitos multiplicadores dos gastos do Governo. O gasto com o Bolsa Família caracteriza-se como o de maior efeito multiplicador sobre a renda das famílias (cada R$ 1,00 despendido resulta em R$ 1,82 de impacto na renda), e um dos maiores efeitos multiplicadores sobre o PIB (cada R$ 1,00 despendido resulta em R$ 1,44 de impacto no PIB), conforme se verifica na Tabela a seguir.

Multiplicadores dos Gastos Sociais e Outras Fontes de Demanda

Gastos	Multiplicadores para cada R$ 1,00 de Gasto		Multiplicadores Percentuais do PIB e da Renda das Famílias	
	PIB	Renda das Famílias	PIB	Renda das Famílias
Regime Geral de Previdência Social – RGPS	1,23	1,70	1,23%	2,10%
Programa Bolsa Família – PBF	1,44	1,82	1,44%	2,25%
Benefícios de Prestação Continuada – BPC	1,38	1,79	1,38%	2,20%
Saúde Pública	1,70	1,17	1,70%	1,44%
Educação Pública	1,85	1,35	1,85%	1,67%
Juros sobre a Dívida Pública	0,71	1,09	0,71%	1,34%
Mix Exportações de Commodities	1,40	0,84	1,40%	1,04%
Investimento Construção Civil	1,54	0,93	1,54%	1,14%

Fonte: Ipea (Comunicado Ipea nº 75, de 3 de fevereiro de 2011).

b) Plano Brasil Sem Miséria (BSM)

O Brasil Sem Miséria se vincula a uma concepção de Estado e democracia respaldada no reconhecimento da atribuição estatal de garantia de direitos. O Plano tem por meta realizar o preceito constitucional de consolidar uma rede de promoção e de proteção social ampliada, coerente e consistente. Assim, o BSM se propõe a promover um conjunto integrado de intervenções dos poderes públicos e da sociedade, de modo a assegurar o efetivo cumprimento dos direitos sociais, especialmente daqueles grupos da população mais vulneráveis e excluídos.

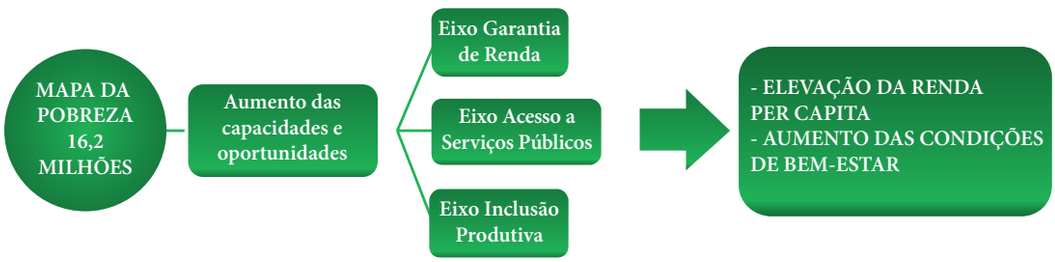
Segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[2], existem no Brasil 16,2 milhões de pessoas, com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a R$ 70,00. Isso corresponde a 8,5% da população brasileira. Ainda de acordo com os dados do IBGE, a população extremamente pobre é jovem (51% têm

[2] MDS. O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010. Nota. Brasília, 02 de maio de 2011.

até 19 anos de idade), é negra (71% de pardos e pretos), reside nas regiões Norte e Nordeste (75%) e concentra-se na área rural (47%). Com efeito, no campo, de cada quatro brasileiros, um é extremamente pobre enquanto nas cidades essa relação é de um para vinte.

Instituído pelo Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, o BSM foi criado para ir aonde as pessoas que vivem na pobreza extrema estão, respeitando-se suas particularidades e especificidades. O Plano foi desenhado para romper barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam pessoas e regiões. Esse é o propósito da estratégia da Busca Ativa, que tem por objetivo central incluir no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) aqueles que vivem fora da rede de proteção e promoção social, de forma a garantir o acesso ao Programa Bolsa Família, bem como a outras ações do poder público. Estima-se que cerca de 800 mil famílias estão atualmente nessa condição. A figura a seguir sintetiza a estrutura do BSM:

Plano Brasil Sem Miséria - Eixos de Atuação



Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

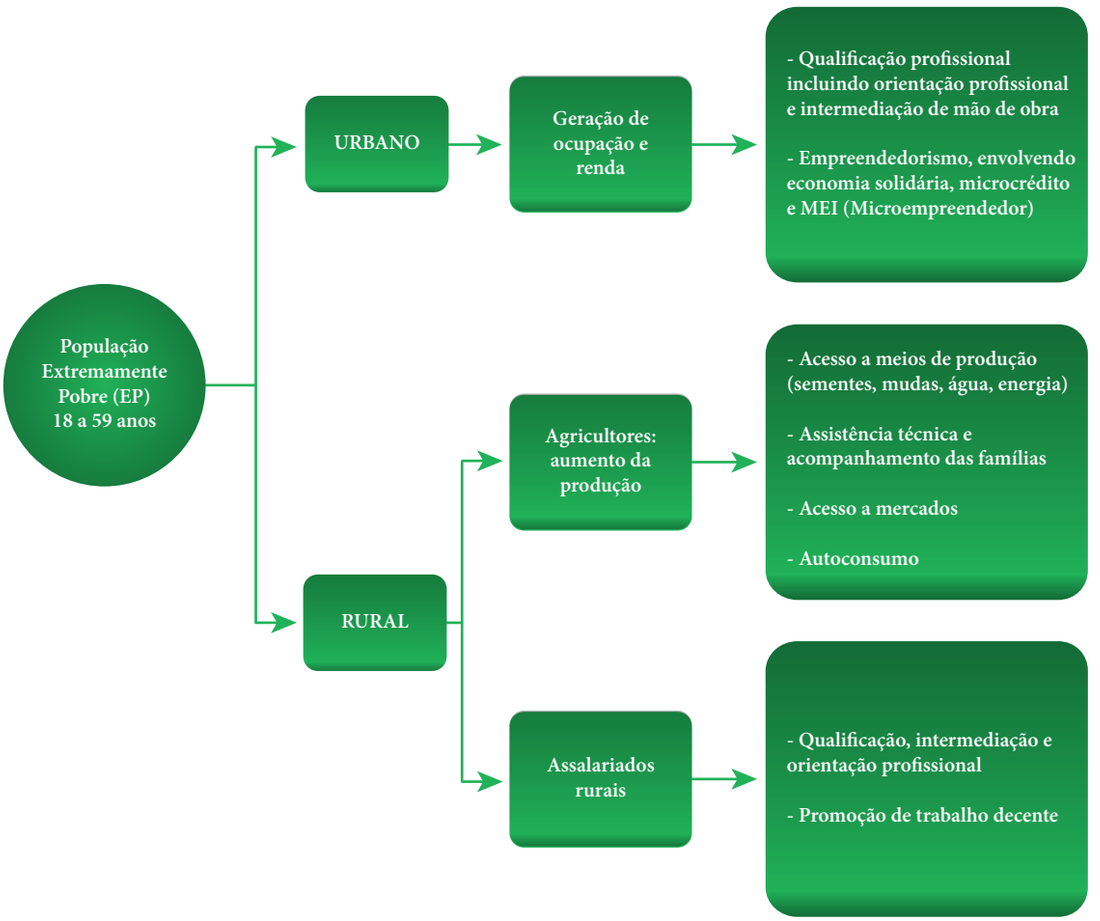
O eixo da Garantia de Renda tem por objetivo ampliar o acesso de famílias extremamente pobres a programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. Além da expansão do número de beneficiários, foram realizadas alterações nos benefícios financeiros para aumentar o valor a ser recebido pelas famílias.

O eixo de inclusão produtiva foi estruturado em duas frentes, uma para o meio urbano e outra para o rural, levando em consideração suas realidades tão diversas. Para promover a inclusão produtiva nas cidades, a partir da geração de ocupação e renda, já estão sendo ofertados cursos de qualificação profissional e capacitação sintonizados com a vocação econômica de cada região, com destaque para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em parceria com as melhores estruturas ao alcance do Estado, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o "Sistema S". O eixo também conta com a ampliação da política de microcrédito (Programa Nacional de Microcrédito – Crescer) e com a promoção de ações de incentivo ao microempreendedorismo e à economia popular e solidária.

No campo, a prioridade é aumentar a produção dos agricultores mais pobres através de orientação e acompanhamento técnico, transferência de recursos, oferta de insumos e água, garantindo a segurança alimentar e estimulando a produção para a comercialização. As principais ações são: i) Água Para Todos, para garantir acesso à água de qualidade para o consumo e produção; ii) Assistência técnica com acompanhamento continuado e individualizado por equipes profissionais; iii) Pagamento de fomento e oferta de sementes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e tecnologias apropriadas para cada região; e iv) Compras públicas e privadas da produção desses agricultores pelo Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, bem como por entidades privadas parceiras do BSM.

A figura a seguir ilustra as distintas estratégias que estão sendo adotadas nas áreas urbanas e rurais, tendo em vista as especificidades de cada uma.

Inclusão Produtiva Urbana e Rural



Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

No eixo do Acesso a Serviços Públicos, a atuação conjunta dos diversos ministérios voltada para a população extremamente pobre tem por meta ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade, tais como cursos de alfabetização, educação integral, emissão de documentos de identificação, assistência social – Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) –, segurança alimentar e nutricional (Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares), exames oftalmológicos, tratamento dentário, ampliação de equipamentos de saúde como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e combate às chamadas doenças negligenciadas, que afetam proporcionalmente mais a população extremamente pobre (esquistossomose, hanseníase, helmintíase e tracoma), dentre outros.

Principais resultados de 2011:

- 407 mil famílias em situação de extrema pobreza foram localizadas e incluídas no Cadastro Único pela estratégia de Busca Ativa;

- 325 mil famílias extremamente pobres passaram a receber o Bolsa Família;
- 1,3 milhão de crianças e adolescentes até 15 anos foram incluídos no Programa como resultado da ampliação do número de filhos pelos quais a família recebe o benefício;
- 92 mil nutrizes e 25 mil gestantes foram atendidas com benefício variável do PBF;
- 80 mil vagas para qualificação para inscritos no Cadastro Único foram criadas pelo Pronatec;
- 37 mil famílias no campo já estão recebendo assistência técnica, sementes e fomento;
- 315 mil cisternas do Programa de Universalização do Acesso e Uso da Água – o Água Para Todos foram viabilizadas;
- 82,6 mil agricultores em situação de extrema pobreza foram beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos.

b.1) BSM e os Entes Federados

No Plano Brasil Sem Miséria (BSM) está em realização um grande esforço de articulação interministerial, federativa e com as organizações da sociedade objetivando desenhar estratégias diferenciadas e adequadas aos distintos públicos e às diversas manifestações da extrema pobreza. O BSM realizou, no segundo semestre de 2011, cinco Pactos Regionais com objetivo de firmar compromisso entre a União e todos os Governadores. Os Pactos buscaram dar publicidade às competências e responsabilidades de cada ente na execução das ações propostas pelo Plano, promovendo sua implementação de forma coordenada nos eixos de Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços.

A celebração desses compromissos em caráter regional traz consigo a ideia intrínseca ao Plano de que a pobreza se manifesta de diferentes maneiras em todo o Brasil e, para combatê-la, é necessário ter ações de enfrentamento que sejam adequadas às realidades locais. Dessa forma, cada uma das pactuações é composta por medidas condizentes com as principais manifestações da miséria em cada região. No Nordeste, a ênfase ocorre nas ações de inclusão produtiva rural, especialmente no Semiárido. No Norte, ganham densidade os programas Bolsa Verde, por conta de sua contribuição para preservação do bioma Amazônia, e de inclusão produtiva rural. Na região Centro-Oeste, o foco está na implementação de medidas voltadas para a agricultura sustentável e transferência de renda. No Sudeste, o Brasil Sem Miséria apresenta como prioridades os temas da complementação local ao Programa Bolsa Família bem como as estratégias de inclusão produtiva urbana. Por fim, no Sul, destacam-se as estratégias de inclusão produtiva tanto no campo quanto nas cidades.

As inovações que o IBGE implantará no Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, tornando-as trimestrais, com amostra mais abrangente e capilar, e a Pesquisa Painel de Pobreza, focada nos extremamente pobres, permitirão que a sociedade e o Governo acompanhem amiúde a evolução do plano, de modo a contribuir para que a ambição do BSM se concretize como fato histórico.

c) Políticas de Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

Impulsionado pela crescente conscientização da sociedade brasileira de que o desenvolvimento está necessariamente associado à superação das iniquidades sociais, está em construção no País um arcabouço normativo consistente que vem dando suporte para a implantação de programas de transferência de renda, inclusão produtiva, garantia da alimentação, além da ampliação e consolidação das políticas de assistência social.

As políticas de desenvolvimento social vêm alcançando avanços significativos, dentre os quais o crescimento do Programa Bolsa Família, das políticas de assistência social, em que se destaca a expansão dos Cras e Creas pelo território nacional, bem como a consolidação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Também deve ser lembrada a importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no processo de erradicação da pobreza extrema no País, assim como o acesso à alimentação às populações mais vulneráveis. Esse conjunto de políticas representa hoje um robusto aparato de proteção social capaz de transformar a realidade brasileira, sendo reafirmado como prioridade pelo atual Governo.

Em 2011, houve uma alteração na legislação concernente ao Programa Bolsa Família, com a promulgação da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, ampliando para até cinco benefícios variáveis por família beneficiária, referentes à presença, nessas famílias, de gestantes, nutrizes, crianças entre zero e 12 anos ou adolescentes com até 15 anos de idade.

No tocante ao direito à alimentação, vale destacar a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, que alterou o art. 6º da Constituição, incluindo a alimentação no rol dos direitos sociais. Também importante para o aperfeiçoamento da política de segurança alimentar foi a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que estabeleceu para os Estados e Municípios a aplicação mínima de 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar na aquisição de alimentos da agricultura familiar.

No campo da assistência social, foi aprovada a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), abarcando os princípios da Política Nacional de Assistência Social, elaborados em 2004, além de alterar regras relativas à concessão do BPC.

c.1) Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é a principal política de transferência de renda do Plano Brasil Sem Miséria e tem como objetivo contribuir para a superação da pobreza no por meio de três frentes de atuação: a transferência direta de renda, que representa uma melhoria imediata nas condições de vida das famílias pobres; o acompanhamento das condicionalidades, que possibilita a ampliação do acesso das famílias beneficiárias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, que concretizam seus direitos em cada uma dessas áreas, contribuindo para romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações; e a oferta de programas complementares, que abrem oportunidades de desenvolvimento das famílias beneficiárias.

Como em 2011 o desembolso com benefícios do PBF alcançou 0,49% do PIB[3], o Programa pode ser caracterizado como de baixo custo, considerando-se não apenas o tamanho do público atendido, mas também o impacto significativo na redução dos indicadores de pobreza e desigualdade.

O Programa foi aperfeiçoado em 2011. Primeiro, o valor dos benefícios pagos pelo PBF foi reajustado em 2011 e, tendo em conta que 40% dos 16,2 milhões de brasileiros que vivem na extrema pobreza têm menos de 14 anos, o reajuste deu ênfase aos benefícios variáveis destinados, entre outros casos, a famílias com crianças e adolescentes de zero a 15 anos. O Benefício Variável teve o aumento mais significativo, de 45,5%, subindo de R$ 22,00 para R$ 32,00. O benefício específico para famílias com adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola chamado Benefício Variável Vinculado aos Jovens e Adolescentes,

[3] Tendo em vista a estimativa de crescimento do PIB de 3,8%, conforme o relatório Economia Brasileira em Perspectiva, 13ª edição, novembro/2011, do Ministério da Fazenda.

teve incremento de 15,2%, atingindo R$ 38,00. Já o Benefício Básico, pago a todas as famílias em situação de extrema pobreza, mesmo àquelas sem filhos de zero a 15 anos, teve reajuste de 2,9%.

Em segundo lugar, em setembro, a quantidade máxima de Benefícios Variáveis que cada família pode receber foi ampliada de três para cinco benefícios. A despeito do impacto orçamentário relativamente baixo, considerando que a média de filhos por família, nas famílias beneficiárias do Programa é de 2,1, a medida tem enorme impacto social sobre as famílias com mais de três crianças e adolescentes, que são justamente as que mais sofrem pela condição de extrema pobreza. Com o início da implantação da medida referente ao aumento do limite de benefícios variáveis (um por filho de até 15 anos, até o limite de cinco filhos), começaram a ser pagos 1,3 milhão de novos Benefícios Variáveis destinados a crianças de todo o País. Terceiro, em novembro de 2011, o Bolsa Família começou a pagar Benefícios Variáveis para ajudar na nutrição dos bebês durante a fase fundamental para seu desenvolvimento, que vai de zero a seis meses. O benefício ficou conhecido como "benefício variável nutriz", cujo valor é o de um Benefício Variável, R$ 32,00. Em dezembro de 2011 foram pagos 93.432 benefícios nessa modalidade.

Em quarto lugar, em dezembro teve início o pagamento dos Benefícios Variáveis destinados à proteção das mulheres grávidas, e consequentemente dos bebês. Batizado de "benefício variável à gestante", no valor de R$ 32,00, ele é pago por nove meses contados a partir do momento em que a mulher é identificada pela rede de saúde como gestante. A medida representa um estímulo à realização do pré-natal e sua implantação só foi possível graças ao aperfeiçoamento do sistema de gestão do MDS e à sua integração com o do Ministério da Saúde.

A meta de expansão da cobertura do Programa para 2011, de 320 mil famílias, foi superada: em dezembro de 2011 havia 13,36 milhões de famílias beneficiárias do Programa, comparadas a 12,99 milhões no final do ano anterior. Até 2013, o Programa deve alcançar 13,8 milhões de famílias. Um dos fatores que ajudarão nessa tarefa é a fixação de novas estimativas de pobreza por Município. Isso deve ocorrer no primeiro trimestre de 2012, com a divulgação de dados do Censo 2010. As estimativas balizam a concessão dos benefícios do PBF. A divulgação de novas estimativas abrirá espaço para novas concessões em cidades onde já não era possível ampliar a cobertura. Em 2012 está prevista a destinação de R$ 18,7 bilhões para o Programa.

Outra frente de atuação para melhorar a vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza registradas no Cadastro Único são os acordos de cooperação entre a União e os entes federados, para que eles complementem a transferência de renda feita pelo Governo Federal, por meio do Bolsa Família. O MDS já firmou pactuações dessa natureza com as seguintes unidades da Federação: Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo. Em termos municipais, há pactuações com Manaus (AM), Nova Lima (MG) e São Luís (MA). A expectativa para 2012 é de envolver novos Estados.

Estima-se que, em razão dessas pactuações, cerca de 780 mil famílias, ou aproximadamente três milhões de pessoas, deverão cruzar a linha de extrema pobreza até 2013, elevando sua renda *per capita* mensal para, no mínimo, R$ 70,00.

O acompanhamento das condicionalidades do PBF vem crescendo desde a criação do Programa. Atualmente todos os Municípios fazem o acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos das famílias beneficiárias. O índice de acompanhamento alcançado no mais recente período de registro (outubro e novembro) nacionalmente foi de 86,8% do público. Dos 17,2 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária do acompanhamento, registrou-se a frequência de 14,9 milhões. Esses resultados só foram possíveis graças à mobilização, à adesão e ao compromisso da rede de acompanhamento da frequência escolar coordenada pelo Ministério da Educação, com o apoio do MDS.

Em outubro, dentre o público de 6 a 15 anos, 96,2% tiveram frequência acima da mínima exigida, que é de 85% das aulas. Dentre o público de 16 e 17 anos, 92,8% tiveram frequência às aulas acima dos 75% exigidos.

Em relação às condicionalidades de saúde, no último período de acompanhamento consolidado, referente ao primeiro semestre de 2011, foram acompanhadas 7,3 milhões de famílias, que correspondem a 70,2% do público. Apenas nove Municípios não registraram informação do acompanhamento no Sistema Bolsa Família na Saúde e 22 Municípios tiveram acompanhamento abaixo de 20%, o que impossibilita o repasse de parte dos recursos. Das 5,9 milhões de crianças menores de sete anos, foram acompanhadas 4,2 milhões, sendo que, dessas, 99% apresentaram calendário de vacinação em dia. Das gestantes localizadas (118.094), 95,8% estavam com as consultas do pré-natal regulares.

c.1.1) Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

A estratégia de busca ativa para cadastramento e atualização cadastral é fundamental para atingir as metas de expansão da cobertura do Bolsa Família, pois amplifica a capacidade do poder público de identificar, por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, as potenciais famílias beneficiárias. Ela ganha ainda mais importância considerando que o Cadastro Único, instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, foi definido como base para todos os programas que fazem parte do BSM.

Nesse sentido, o Município é protagonista na busca ativa para cadastramento, uma vez que identifica as famílias mais vulneráveis, coleta suas informações, registra os dados no Sistema e realiza a atualização cadastral. Contudo, o esforço do BSM para alcançar todas as famílias extremamente pobres requer o apoio de outros atores. Desde o lançamento do Plano, foram estabelecidas parcerias, para apoio na identificação das famílias, com os Ministérios da Educação, da Saúde e da Integração Nacional, além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e de empresas concessionárias de energia elétrica.

Em novembro de 2011, havia 20,3 milhões de famílias de baixa renda no Cadastro Único, correspondendo a mais de 72,2 milhões de pessoas. Desde o lançamento do Brasil Sem Miséria, em junho, até dezembro de 2011, foram incluídas 933.902 famílias no CadÚnico, 42,5% delas em situação de extrema pobreza.

As atividades de revisão e averiguações cadastrais – estas últimas entendidas como ações de cruzamento de dados entre o Cadastro Único e outras bases de dados administrativas federais, para identificação de inconsistências – tiveram um público de 1,7 milhão de famílias em 2011. No final do ano, 729 mil famílias ainda não haviam comparecido à convocação para efetuar suas respectivas atualizações cadastrais. As atividades de revisão, referentes ao ciclo de 2011, seguem até o final de fevereiro de 2012.

A implantação, ao longo de 2011, de nova versão do Cadastro Único (Versão 7), em 97,5% dos Municípios, qualifica as informações cadastrais de famílias indígenas, quilombolas, trabalhadores resgatados da condição de trabalho análogo ao de escravo e pessoas em situação de rua, além de permitir a identificação de mais 12 grupos tradicionais ou específicos de população. A nova versão contribuiu para que, entre junho e novembro de 2011, fossem identificadas 61.709 famílias de grupos tradicionais ou específicos de população, 75,6% das quais se encontram em situação de extrema pobreza.

As informações do CadÚnico também viabilizam a seleção de famílias para programas sociais complementares executados pelas três esferas de governo. Na esfera federal, têm utilizado a base do Cadastro Único, entre outros, os seguintes programas: i) Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;

ii) Tarifa Social de Energia Elétrica; iii) Luz para Todos; iv) Brasil Alfabetizado; v) Projovem Adolescente; vi) as linhas de microcrédito do Banco do Nordeste; e vii) o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES).

Para o período 2011-2014 o Cadastro Único prevê localizar, incluir e manter atualizadas as informações de seis milhões de famílias de baixa renda, sendo 800 mil inclusões de famílias em extrema pobreza, destacando-se a parceria com o Ministério da Defesa, para o acesso à versão mais atualizada do Cadastro na região Amazônica por meio do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e com o Ministério das Comunicações para ampliar a conectividade dos Municípios.

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios desempenham importante papel na gestão do PBF e do Cadastro Único. Para apoiar a realização das ações de gestão a cargo desses entes, o Governo possui um instrumento que mede a qualidade dessa gestão, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), sendo tanto maior quanto melhor for o desempenho alcançado pelo ente, resultando em maiores repasses de recursos para apoio às atividades de gestão do Bolsa Família. Em 2011, foram repassados para Estados, Distrito Federal e Municípios, a título de apoio à gestão descentralizada do PBF, R$ 288,5 milhões, relativos ao período de janeiro a novembro.

c.2) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um dos componentes da estratégia do Governo para combater a exclusão, a pobreza e as desigualdades, contribuindo para a promoção da cidadania por meio da proteção social às famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social.

Decorridos seis anos de implantação do Suas, na busca por constituir um sistema único, o Governo tem implementado um conjunto de ações visando orientar e apoiar o processo de constituição e qualificação do sistema em conjunto com os entes federados. Como resultado desse esforço, em novembro de 2011, 5.544 Municípios e Distrito Federal (99,7%) já se encontravam habilitados em algum nível de gestão do Sistema, sendo 180 (3,2%) em gestão inicial, 4.970 (89,3%) em gestão básica e 394 (7,1%) em gestão plena. A previsão para 2012 é habilitar os Municípios que ainda não aderiram ao Suas, bem como estimular a migração de todos os Municípios em gestão inicial para a gestão básica.

No conjunto de suas ações, em 2011, destacam-se: i) a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que constitui um dos marcos do processo regulatório do Suas; ii) a expansão da rede de Centros de Referência da Assistência Social (Cras); iii) o cofinanciamento dos serviços de proteção social básica ofertados por meio de equipes volantes; e iv) o desenho de ações de assistência social dentro do Plano Brasil Sem Miséria, visando, dentre outros objetivos, a qualificação dos serviços destinados à população em situação de rua, expansão dos serviços destinados a crianças e adolescentes retirados de trabalho infantil e a alteração de regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para as pessoas com deficiência, aperfeiçoando o modelo de avaliação para o acesso ao benefício e permitindo a suspensão especial de seu pagamento durante o período em que o beneficiário tiver a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho.

A Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, estabelece que a gestão das ações na área de assistência social seja organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Suas, e introduz adequação em conceitos e normas relativos à gestão, financiamento, controle social, monitoramento e avaliação do Sistema. A Lei organiza o Suas em dois níveis de proteção social (básica e especial) e institui legalmente as unidades de referência na prestação de serviços (Cras e Creas) e os serviços por elas ofertados, de Atenção Integral à Família (Paif), de Atenção Especializada às Famílias e Indivíduos (Paefi) e o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (Peti). Além disso, a Lei também instituiu o Índice de Gestão Descentralizada (IGD do Suas) como mecanismo de incentivo ao aperfeiçoamento da gestão dos Municípios e Estados.

c.2.1) Centro de Referência da Assistência Social

Os Cras são unidades públicas responsáveis pela organização e oferta de serviços de proteção social básica, voltados à prevenção de situações de risco social e tem por objetivo atender as famílias que vivem em seu território de abrangência. Cada Cras, necessariamente, e de forma exclusiva, oferta o Paif. O Censo Suas-2010 registrou a existência de aproximadamente 6,8 mil Cras, em 4.720 Municípios e no Distrito Federal, responsáveis pela cobertura de 24 milhões de famílias. Como parte do Plano Brasil Sem Miséria, em 2011 o cofinanciamento federal para o Paif foi ofertado aos entes que apresentavam déficit de cobertura de Cras na malha intraurbana. Em 2011, foram destinados para o Paif recursos de aproximadamente R$ 496,7 milhões.

Os serviços e ações de proteção social básica executados por equipes volantes dos Cras visam efetivar a cobertura em locais com peculiaridades de extensão territorial, isolamento, dispersão populacional, áreas rurais ou de difícil acesso e ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços socioassistenciais. O cofinanciamento federal para esses serviços em 2012 foi aceito por 990 Municípios, responsáveis por 1.164 equipes volantes. Para essa ação, em 2011 foram destinados R$ 9,5 milhões, prevendo-se, para 2012, recursos da ordem de R$ 63 milhões.

c.2.2) Benefício de Prestação Continuada

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) consiste na garantia de renda mensal de um salário-mínimo às pessoas idosas (65 anos ou mais) e às pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover sua própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família (renda *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo). Em 2011, a cobertura do BPC alcançou 3,6 milhões de beneficiários, sendo 1,9 milhão de pessoas com deficiência e 1,7 milhão de idosos, representando um investimento de R$ 23,3 bilhões. Para 2012, estima-se que o BPC beneficiará aproximadamente 2 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de idosos, com investimentos de R$ 27,6 bilhões. O crescimento observado no quantitativo de beneficiários, além de mudanças demográficas, sociais e legais, reflete os esforços para superação de barreiras informacionais de acesso ao benefício, visando sua efetiva universalização para todos aqueles que atendam aos critérios estabelecidos legalmente.

Em 2011, a regulamentação do BPC passou por alterações, como a redefinição do conceito de família e de pessoa com deficiência (PcD) para fins de acesso ao benefício; incentivo ao acesso do beneficiário PcD ao mercado de trabalho; e o aprimoramento dos instrumentos para avaliação da deficiência e do grau de impedimento desses requerentes do benefício.

Tendo em vista a importância do BPC, várias iniciativas vêm sendo adotadas com o objetivo de ampliar a capacidade de gestão do benefício e a proteção social aos seus beneficiários, dentre as quais: i) a implantação do novo cartão do BPC; ii) o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Gestão do BPC (SigBPC), que permitirá o aperfeiçoamento do monitoramento da concessão, manutenção e revisão bienal do benefício; iii) a inclusão dos beneficiários do BPC e suas famílias no CadÚnico, que facilitará seu acompanhamento pelos serviços socioassistenciais e o processo de revisão periódica dos benefícios, bem como sua inclusão em outras políticas sociais; iv) a extensão da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) aos beneficiários do BPC pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010; e v) os avanços dos Programas BPC na Escola e BPC Trabalho.

O BPC na Escola tem como objetivo promover acesso e permanência na escola às pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos, assim como o acompanhamento dessas crianças e jovens e de suas famílias, por meio da articulação intersetorial nas três esferas de Governo, entre as políticas de educação, assistência social, saúde e direitos humanos, favorecendo o desenvolvimento e a inclusão social dos beneficiários. Mais de 2,6 mil Municípios (46% do total) –

incluindo todas as capitais – aderiram ao programa, contribuindo para a inclusão social de 232 mil beneficiários (68% do total de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC). O cruzamento de dados entre os cadastros do BPC (Dataprev/MPS) e o Censo Escolar (Inep/MEC) aponta que mais beneficiários estão matriculados nas classes comuns do ensino regular – a proporção evoluiu de 29,53% (2007) para 52,61% (2010). Em 2011, teve início a 2ª fase de adesão ao programa, visando beneficiar mais 308 mil crianças e adolescentes, totalizando até 2014 o acompanhamento de aproximadamente 540 mil beneficiários do BPC (0-18 anos).

O BPC Trabalho visa promover o acesso ao trabalho das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, prioritariamente na faixa etária de 16 a 45 anos, por meio da articulação entre os órgãos responsáveis pelas políticas de assistência social, educação, saúde, trabalho e emprego, ciência e tecnologia e entidades sociais. O Projeto Piloto implementado em 2010 nos Municípios de São Paulo e Santo André (SP) foi estendido em 2011 para sete capitais: João Pessoa (PB), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Belém (PA), Campo Grande (MS), Teresina (PI) e Fortaleza (CE).

O Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite foi lançado em novembro de 2011, contemplando ações de acesso à educação e saúde, inclusão social e acessibilidade. Estão previstas para 2012-2014 a ampliação do BPC na Escola e BPC Trabalho e a implementação de Centros Dia de Referência para Pessoas com Deficiência.

c.2.3) Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial (PSE) organiza, no âmbito do Suas, a oferta de serviços de caráter especializado destinados a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça, risco social ou violação de direitos, tais como: violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; e afastamento do convívio familiar, dentre outras.

A PSE organiza-se em dois níveis: média e alta complexidade. O Creas é a principal unidade pública estatal de oferta dos serviços da proteção social especial de média complexidade. Todos os Creas devem ofertar, de modo continuado, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), que é o serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias, visando fortalecer a função protetiva das famílias e contribuir para a superação dos padrões de violação de direitos que as tornam vulneráveis ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

Outro serviço exclusivo dos Creas, que deve ser ofertado de acordo com a demanda local, é o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE), de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, que foi instituído pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Seu principal objetivo é criar condições para que esses jovens atribuam novo significado aos atos infracionais e, a partir disso, reconstruam seus projetos de vida.

Atualmente, o Governo Federal cofinancia a oferta dos serviços em 2.155 unidades Creas, que prestam atendimento especializado a cerca de 120 mil famílias e indivíduos, em aproximadamente 1.800 Municípios de todas as unidades da Federação. Além disso, aproximadamente 900 destas unidades ofertam atendimentos a cerca de 70 mil adolescentes e jovens (12 a 21 anos) que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Para o cofinanciamento federal dessas ações, em 2011, foram destinados R$ 199 milhões.

Também é importante salientar que foram produzidas orientações para o Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua no CadÚnico que contribuirão para retirar esse segmento da invisibilidade e guiarão as ações desenvolvidas pelos 101 Centros de

Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop), localizados em Municípios de grande porte, que recebem o cofinanciamento federal. Ainda na média complexidade, são ofertados serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos, em 1.558 Municípios de todas as unidades federadas. Em 2012, para o conjunto das ações de proteção social de média complexidade, serão destinados recursos de R$ 372 milhões.

Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, são ofertados serviços especializados (abrigo, casa-lar) de acolhimento a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e comunitário de origem. Em 2011, para a oferta de diferentes modalidades de serviços de acolhimento por 828 Municípios de todas as unidades federadas e 20 Governos estaduais, o Governo destinou recursos de R$ 70,8 milhões, que permitiram o atendimento de aproximadamente 54,4 mil pessoas. Para a manutenção e expansão desses serviços em 2012, estão previstos recursos da ordem de R$ 98 milhões.

c.2.4) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

No âmbito da Assistência Social, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) compreende a transferência de renda, o trabalho social com as famílias e a oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para as crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no País. De acordo com a PNAD/IBGE, o trabalho infantil tem apresentado redução significativa nos anos recentes, passando de 8,52% (2001) para 5,63% (2009) no grupo etário atendido pelo programa. Em 2011, o cofinanciamento federal para a oferta dos serviços pelos Municípios e Distrito Federal beneficiou 817 mil crianças e adolescentes em mais de 3.500 Municípios, exigindo aportes de R$ 258 milhões, prevendo-se para 2012 recursos da ordem de R$ 328 milhões.

c.3) Segurança Alimentar e Nutricional

A alimentação adequada e saudável é um direito básico do ser humano e cabe ao poder público assegurá-lo. É importante registrar que o Brasil, desde a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), tem avançado na concretização da política de segurança alimentar. Importante salientar que ênfase cada vez maior está sendo dedicada à questão da qualidade da alimentação, por meio da implementação de ações voltadas para o estímulo à alimentação saudável e redução da obesidade.

No que se refere à Segurança Alimentar, as ações afetas ao Plano Brasil Sem Miséria concentram-se em dois pilares: acesso a serviços, com o apoio à instalação de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, e ampliação dos serviços oferecidos, bem como o estímulo ao abastecimento desses equipamentos com produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e inclusão produtiva urbana e rural das famílias, com a ampliação das ações de acesso à água e PAA, bem como a criação do fomento às atividades produtivas rurais.

Foi reconhecida a necessidade de se estruturar um sistema de produção calcado na sustentabilidade e diversidade, garantir o acesso à água com qualidade e quantidade, e enfatizar o papel da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, visando à superação das situações de extrema pobreza no campo.

Em 2011, grandes eventos contribuíram para o fortalecimento das políticas públicas que garantem o direito à alimentação, entre os quais o Plano Brasil Sem Miséria; a elaboração e aprovação do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan); e a realização da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN).

O Plansan, concebido em consonância com o Brasil Sem Miséria, terá vigência no período de 2012 a 2015, contemplando atividades que visam garantir a produção e o abastecimento alimentar de maneira sustentável; o acesso à terra, território e à água; segurança alimentar e nutricional de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais; transferência de renda; fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica; alimentação e nutrição para a saúde e ações de formação que contribuam para a construção de uma cultura de direitos.

Importante enfatizar a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), na perspectiva do Plano Brasil Sem Miséria como estrutura responsável pela formulação, implementação e gestão participativa da política, bem como a necessidade de criação de um marco legal para o repasse de recursos públicos e a participação da iniciativa privada sem fins lucrativos.

c.3.1) Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) consiste na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, alimentação escolar e recomposição dos estoques públicos. O PAA insere-se no Plano Brasil Sem Miséria no eixo de inclusão produtiva para a zona rural.

O PAA é executado com recursos do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que são repassados a partir de parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e com órgãos estaduais e municipais. Em 2011, foram empenhados R$ 780 milhões, beneficiando cerca de 203 mil famílias de agricultores.

No contexto de propiciar a expansão do PAA e contribuir com o alcance das metas estabelecidas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria de ampliar de 156 mil para 445 mil famílias de agricultores familiares beneficiados, e dentre as extremamente pobres de 66 mil para 255 mil famílias, até 2014, registre-se a sanção da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que permite avanços na articulação federativa. A partir de sua regulamentação, Estados, o Distrito Federal, Municípios e consórcios de direito público poderão aderir ao PAA e executá-lo sem a necessidade de convênio. No novo modelo operacional de repasse de recursos será possível à União fazer o pagamento diretamente aos agricultores familiares participantes. Em 2012, a expectativa é de avançar nos territórios mais pobres e no fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, serão gastos, pelos dois ministérios, recursos da ordem de R$ 1,2 bilhão, beneficiando 267,4 mil agricultores familiares.

c.3.2) Acesso à Água

O Programa de Construção de Cisternas (Primeira Água), iniciativa que integra o Água para Todos, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, consiste na utilização de uma tecnologia popular, de baixo custo, para a captação e armazenamento de água da chuva e representa uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural, especialmente do semiárido brasileiro. Trata-se de uma solução efetiva para a sustentabilidade da vida naquela região, ao garantir fonte de água de boa qualidade para consumo humano, beneficiando os grupos sociais mais vulneráveis.

Em 2011, no Programa Primeira Água, foram construídas 83.258 cisternas e, para 2012, estão previstas mais 191.500 com recursos do MDS, da ordem de R$ 383 milhões.

O Programa Segunda Água, iniciativa que também integra o Água para Todos, visa ampliar as condições de acesso adequado à água potável das populações rurais de baixa renda do semiárido por meio de equipamentos de captação de água para

produção de alimentos. No exercício de 2011, foram construídas 3 mil estruturas tais como cisternas, calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra. Para 2012, está prevista implantação de novas 44 mil estruturas, com recursos de R$ 440 milhões no orçamento do MDS.

c.3.3) Rede de Equipamentos

A Rede de Equipamentos compreende os Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos. Os Restaurantes Populares são implantados nos Municípios com mais de 100 mil habitantes com o objetivo de ampliar a oferta de refeições adequadas do ponto de vista nutricional à população de baixa renda, a preços acessíveis, e contribuir para a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em 2011, foram empenhados R$ 17,6 milhões para implantação de cinco novas unidades e modernização de seis unidades já em funcionamento.

As Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos, estabelecidos em parceria com Prefeituras Municipais, que atendem famílias previamente cadastradas. A distribuição de refeições pode ser gratuita ou comercializada a preço acessível. Em 2011, foram empenhados R$ 16,1 milhões para implantação de 33 novas unidades e a modernização de sete já em funcionamento. Nos editais de 2011, foram priorizados os Municípios selecionados para receberem as praças de esporte e cultura, creches, Cras e Creas, visando maior articulação na oferta de serviços públicos às comunidades mais carentes.

Os Bancos de Alimentos arrecadam alimentos provenientes de doações de produtores e comerciantes locais, que, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano, e os distribuem a entidades que compõem a rede de promoção e proteção social municipal. Em 2011, foram empenhados R$ 4,6 milhões para a implantação de 11 novas unidades e para a modernização de seis unidades já em funcionamento. No edital de 2011, foram priorizados os Municípios que tinham iniciado as compras da agricultura familiar para alimentação escolar.

Em 2011, no âmbito da rede de equipamentos de alimentação e nutrição, iniciaram-se os investimentos para a implantação das Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar, buscando auxiliar no armazenamento e no transporte dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Estas unidades são espaços físicos estruturados e equipados com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento de atividades de distribuição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, em especial os adquiridos por meio do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e de apoio à comercialização direta da produção de alimentos da agricultura familiar nos mercados locais e regionais, visando ao desenvolvimento de projetos de inclusão social e produtiva e o fortalecimento de sistemas agroalimentares locais. Em 2011, foram selecionados 26 Municípios de até 50 mil habitantes, abrangendo 24 Territórios da Cidadania. Desses Municípios, 69% estão localizados nas regiões Norte e Nordeste, cujo montante de recursos aportados em 2011 foi da ordem de R$ 11,7 milhões.

Em 2012, a meta prevista é de implantação de 69 unidades de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional com recursos totalizando R$ 49,0 milhões.

Estão previstos ainda recursos da ordem de R$ 28,9 milhões para a qualificação da gestão dos equipamentos de apoio a produção, abastecimento e consumo de alimentos. O objetivo é ampliar e diversificar os serviços públicos de segurança alimentar e nutricional à população em situação de extrema pobreza, promovendo a inclusão social e produtiva, por meio de atividades educativas na área de alimentos.

c.3.4) Cestas de Alimentos

A distribuição de cestas de alimentos é uma ação emergencial com o objetivo de atender às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, prioritariamente a comunidades quilombolas, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, comunidades de terreiros, indígenas, atingidos por inundações decorrentes de barragens e populações residentes em Municípios vítimas de calamidades públicas, impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos. No exercício de 2011, foram empenhados R$ 61,8 milhões e entregues aproximadamente 1,5 milhão de cestas de alimentos que contemplaram 396 mil famílias.

c.3.5) Educação Alimentar e Nutricional

Linha de ação que busca assegurar processos permanentes de educação alimentar e nutricional e de promoção da alimentação adequada e saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para práticas alimentares saudáveis, tanto no consumo quanto na produção, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede. Os recursos empenhados no ano de 2011 foram de R$ 4,1 milhões e estão previstos R$ 6 milhões para 2012.

É importante ressaltar que um amplo processo de articulação intersetorial está sendo desenvolvido, de forma a elaborar e publicar Marco Teórico de Educação Alimentar e Nutricional para qualificar e reorientar estas ações no âmbito das políticas públicas nas redes institucionais da Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde e Educação. Além disso, estão em pauta processos de formação profissional sob a ótica da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, bem como a organização de uma rede social para mobilização sobre o tema. Destaca-se ainda a relação deste com o Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: Promovendo Modos de Vida e Hábitos Alimentares Saudáveis, elaborado no âmbito da Câmara Interministerial da Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), cujo lançamento está previsto para abril de 2012.

c.3.6) Fomento às Atividades Produtivas Rurais

Configurado como parte integrante da estratégia de superação da extrema pobreza no País prevista no Plano Brasil Sem Miséria, foi criado o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, de responsabilidade conjunta do MDS e do MDA, consistindo na disponibilização de serviços de assistência técnica continuada às famílias beneficiárias, na transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis, além do apoio de parceiros como a Embrapa, que assumiu a responsabilidade pelo fornecimento de sementes adaptadas e da transferência de tecnologias ao público participante.

O Programa tem como meta beneficiar 253 mil agricultores familiares até o ano de 2014. Em 2011, foi iniciado o atendimento a 37 mil famílias, sendo que 5.520 famílias são de remanescentes de quilombos, localizados em seis Estados: Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Pará e Bahia.

Foi estabelecida parceria com a Embrapa, com o objetivo de disponibilização de sementes de milho, feijão e hortaliças a agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, além do fornecimento de material didático e capacitação do público beneficiário.

c.3.7) Segurança Alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais

A ação tem como finalidade apoiar os Povos e Comunidades Tradicionais na promoção da segurança alimentar e nutricional. As especificidades socioculturais desses grupos – povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, entre outros – e o alto nível de vulnerabilidade social demandam ações focadas e articuladas.

Em 2011, priorizou-se a inclusão de comunidades quilombolas no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais no âmbito do Brasil Sem Miséria. Adicionalmente, investiu-se no atendimento às comunidades indígenas através de parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), com vistas a apoiar a produção para autoconsumo e inclusão produtiva em cinco Terras Indígenas, com 680 famílias diretamente atendidas, com investimento de R$ 830 mil. Em 2012, cerca de 3 mil famílias de povos e comunidades tradicionais deverão ser beneficiadas em projetos de segurança alimentar e nutricional apoiados pelo MDS.

c.4) Avaliação e Gestão da Informação

A organização e a análise de informações permitem o melhor conhecimento do público-alvo das políticas de inclusão social, o que possibilita ao gestor público o conhecimento necessário para a aplicação da lógica de intervenção mais adequada aos seus programas e dá suporte para a implantação de boas práticas com vistas à obtenção de resultados e impactos positivos a partir do esforço governamental na área do desenvolvimento social.

Entre as diversas iniciativas nessa área, cabe destacar o Censo Suas realizado ao longo de 2011. O Censo Suas 2011 contemplou nove questionários, permitindo uma radiografia detalhada dos equipamentos públicos e privados da Assistência Social, da capacidade de gestão de Estados e Municípios e da estruturação dos órgãos de controle social. Incluiu-se, também, bloco de questões acerca de iniciativas municipais de Inclusão Produtiva e Qualificação Profissional. Nova edição do Censo Suas deverá ser realizada no segundo semestre de 2012.

Em 2011, vale ressaltar entre as atividades de construção de indicadores e painéis, a formulação do Índice de Gestão Descentralizada do Suas (IGDSuas), que, a exemplo do que ocorre com o Bolsa Família, balizará o repasse de recursos a Municípios e Estados, com intuito de incentivar a melhoria da gestão das ações e programas da Assistência Social.

Para o ano 2012, está prevista a implantação de um sistema que integrará as informações do Cadastro Único e dos registros de indivíduos e famílias atendidas pelos programas e ações do MDS e demais Ministérios, o que terá grande repercussão na gestão e efetividade do Plano Brasil Sem Miséria.

2. Juventude

O ano de 2011 foi marcado pelo aperfeiçoamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Todas as modalidades (Urbano, Campo, Trabalhador e Adolescente) foram submetidas a processo de diagnóstico e de proposição de melhorias que resultaram em ajustes relacionados à pactuação, à melhor adequação às necessidades e interesses dos jovens beneficiários e à consolidação do programa, com o envolvimento do seu Conselho Gestor. Foi mantida a proposta pedagógica diferenciada, preservando os vínculos com a política nacional de juventude.

As mudanças no gerenciamento do Projovem proporcionaram à Secretaria Nacional de Juventude melhor capacidade de desempenhar suas funções de coordenação da política nacional de juventude a partir da articulação e interlocução com os órgãos federais que implementam ações e programas a ela relacionados. Nesse sentido, facilitou-se a construção e proposição de um programa específico sobre juventude no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), denominado Autonomia e Emancipação da Juventude, que prevê metas relacionadas ao aprimoramento das políticas para a juventude, com a perspectiva de superação das desigualdades e de ampliação da participação dos jovens.

Tendo como base o Plano Plurianual, em 2012 será lançado o projeto Estação Juventude, com o objetivo de gerar oportunidades para que jovens entre 15 e 29 anos assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua capacidade de inclusão e participação

social, por meio da implementação de polos de acesso e articulação da política de juventude no território. Na mesma linha, prepara-se o lançamento do Observatório da Juventude e a realização de pesquisa de atualização do perfil, das necessidades e das demandas da juventude brasileira.

Na atuação interministerial, serão realizados projetos de capacitação e inclusão produtiva da juventude urbana e rural, de apoio à cultura, de promoção dos direitos das jovens mulheres e, a partir do enfoque territorial, serão definidas também as diretrizes de uma política nacional de inclusão digital da juventude rural. Para o fortalecimento da institucionalização da Política Nacional de Juventude, estão sendo atualizados normativos para apoio a órgãos estaduais e municipais e de fomento à criação de conselhos nos Estados e Municípios.

Outro importante destaque de 2011 foi a realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas para a Juventude, que contou com a participação de cerca de 3 mil pessoas, das quais 90% eram representantes da sociedade civil. Esse grande evento foi precedido de um amplo processo de mobilização e participação social de cerca de 550 mil jovens em todo o País, com a realização de 27 Conferências Estaduais, 1.279 Conferências Municipais, 107 etapas territoriais e 122 Conferências Livres, além da 1ª Conferência Virtual e da 2ª Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais. A Conferência levantou as principais demandas dos jovens brasileiros e estabeleceu as diretrizes para as políticas do segmento para os próximos anos.

Sob a coordenação do Fórum Direitos e Cidadania, o Governo vem discutindo a séria situação relacionada aos homicídios contra jovens negros no Brasil. Nessa linha, organiza sua atuação para o enfrentamento à mortalidade de jovens negros como pauta prioritária par atuação nas três principais causas desse quadro: i) estigmatização do negro; ii) banalização da violência; e iii) desigualdade e baixa mobilidade social.

No âmbito legislativo, destaca-se o projeto de lei do Estatuto da Juventude, em análise pelo Senado Federal, e do projeto de lei que estabelece o Plano Nacional da Juventude, em tramitação na Câmara dos Deputados.

3. Educação

A educação – direito fundamental, universal e inalienável – caracteriza-se por ser um dos pilares do desenvolvimento nacional, tendo como foco a qualidade no que se refere ao acesso, permanência e desempenho no ensino e aprendizagem.

Conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), referencial para a execução das políticas de educação, em 2011, o Governo Federal investiu em políticas voltadas para o atendimento de crianças (que vão do financiamento público à construção de creches e pré-escolas), para a educação integral de crianças e jovens, para a expansão do acesso à educação superior e para a consolidação da política de educação de jovens, adultos e idosos, incluindo a educação profissional e tecnológica.

Ainda em 2011, buscou-se uma aproximação e estabelecimento de diálogo com secretarias estaduais e municipais de educação, fóruns, conselhos municipais e estaduais de educação acerca da necessidade de adequação ou criação de programas do PDE, da estruturação da proposta do Sistema Nacional de Educação e da definição de linhas de trabalho conjuntas para a inclusão das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) nos planos plurianuais dos Estados e Municípios e de estratégias para a elaboração e fortalecimento dos planos estaduais e municipais de educação.

Dando continuidade às ações de expansão e defesa de uma educação pública de qualidade em todas as suas etapas, o Plano Plurianual (PPA 2012-2015) engloba programas temáticos que se referem à Educação Básica; Profissional e Tecnológica; e Superior – Graduação, Pós-graduação, Pesquisa, Ensino e Extensão e estabelece metas educacionais em consonância com

os compromissos enunciados na proposta do PNE, que se caracteriza por ser um instrumento decisivo e estratégico para o presente e o futuro da educação brasileira e os destinos do País. Para 2012, prevê-se apoio técnico aos Estados e Municípios para a elaboração de seus respectivos planos de educação, bem como o incentivo às ações consorciadas na execução das metas previstas no referido Plano. Prevê, ainda, o fortalecimento de fóruns e conselhos com vistas à mobilização social, ao acompanhamento das ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dos planos de carreira para os profissionais de magistério e da educação.

a) Educação Básica

O avanço e as conquistas alcançados nos últimos anos na educação básica ainda não foram suficientes para a superação de um quadro em que persistem desigualdades educacionais com relação a acesso, permanência e efetividade da aprendizagem. Nesse contexto, o Governo tem como meta alcançar um patamar de políticas e investimentos necessários à consolidação de uma educação básica que combine a expansão do acesso e da obrigatoriedade com a qualidade da educação.

Instituído em 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação propõe a adoção de um conjunto de 28 diretrizes que integram o PDE com vistas à melhoria da educação básica, por meio do apoio técnico e financeiro para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento desse nível de ensino aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao Compromisso. A partir dessa adesão, os entes federados elaboram os próprios Planos de Ações Articuladas (PAR). Em 2011, foram realizados novos diagnósticos da situação educacional de 24 Estados e de 3,5 mil Municípios para a elaboração do planejamento referente à etapa 2011-2014, os quais serão avaliados em 2012.

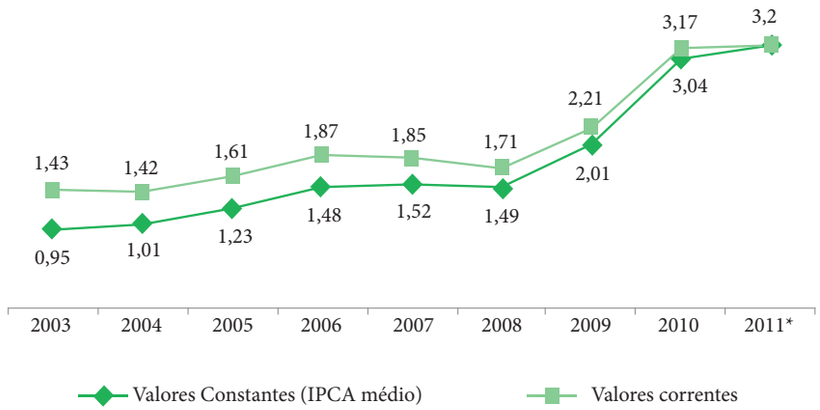
Em relação à reestruturação dos currículos do ensino médio, destaca-se, em 2011, a revisão e ampliação do Programa Ensino Médio Inovador. Não apenas sua estrutura, formato e documento orientador foram reelaborados, mas aspectos relacionados às etapas e formas de adesão, à distribuição dos recursos, à organização dos projetos, aos critérios de seleção e ao tratamento pedagógico do projeto foram repensados. Em 2011, foram atendidos 18 Estados, num total de 355 escolas. A previsão para 2012 é expandir para todos os Estados e para o Distrito Federal, atendendo aproximadamente 2 mil escolas.

Destaca-se, no âmbito da Política Nacional de Educação Infantil, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) que, instituído em 2007, integra as ações do PDE e presta assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos Municípios. O ProInfância contribui para construção e reforma de escolas e aquisição de equipamentos e mobiliário para garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas públicas em condições adequadas de funcionamento. Para o exercício de 2011, encontravam-se em fase de conclusão 537 unidades escolares com investimento de, aproximadamente, R$ 136,5 milhões. Ainda em 2011, no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), foram investidos recursos para a edificação de 1.507 pré-escolas. Em 2012, está previsto investimento de R$ 1,4 bilhão para aplicação em 1,5 mil unidades escolares. Para o período de 2011-2014, a previsão é investir R$ 7,6 bilhões no Programa.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) objetiva suplementar a educação por meio da oferta de alimentos e de ações de educação alimentar e nutricional, visando ao crescimento e ao desenvolvimento dos estudantes, além de contribuir com a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis. Em 2011, o Pnae atendeu 48,1 milhões de alunos da educação básica, o que equivale a um aumento de 2,5 milhões de alunos em relação ao previsto, totalizando um investimento de R$ 3,2 bilhões. Foram, ainda, realizadas diversas capacitações com atores envolvidos no Pnae, com destaque para os seminários realizados em várias regiões metropolitanas do País para orientações sobre a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares

rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos, conforme inovação prevista pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Para 2012, estão previstos o atendimento a 49,9 milhões de alunos, com o investimento de R$ 3,5 bilhões, e a realização de 12 capacitações para 5,4 mil participantes de cerca de 1,5 mil Municípios.

Pnae – Recursos Investidos (R$ bilhões)



Fonte: FNDE/MEC

* Dotação autorizada/LOA

Por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), executado em ciclos trienais alternados e que visa prover as escolas públicas de ensino fundamental com livros didáticos, dicionários e obras complementares de qualidade, em 2011 foram adquiridos mais de 35 milhões de exemplares de livros, com um investimento de aproximadamente R$ 443 milhões. Em 2012, serão adquiridos e distribuídos acervos de obras complementares, direcionados às turmas de alunos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, o que totaliza 17,3 milhões de exemplares. Serão adquiridos, também, dicionários brasileiros de Língua Portuguesa adequados aos alunos de toda a educação básica da rede pública, totalizando 4,9 milhões de exemplares para o ensino fundamental. Com um orçamento previsto de R$ 887 milhões, a proposta é a aquisição de 122,7 milhões de livros. Com vistas à garantia do atendimento a todos os alunos e à promoção da educação pública inclusiva, serão distribuídas também versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy) dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD.

Adicionalmente, o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA) produziu e distribuiu mais de 14 milhões de livros didáticos para alunos de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo sido investidos R$ 303,4 milhões. Para o PNLD EJA 2012 será realizada a complementação do PNLDEJA 2011, com aquisição de 6.565 milhões de livros, com recursos na ordem de R$ 82 milhões.

Considerando ainda as especificidades da organização pedagógica e a realidade sociocultural das populações do campo, em 2011 foi lançado o primeiro Edital do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD Campo), que beneficiará, no ano letivo de 2013, mais de 3,2 milhões de estudantes do ensino fundamental do campo.

O Programa Nacional do Livro Didático Ensino Médio (PNLD-EM) objetiva prover as escolas de ensino médio das redes federal, estadual, municipal e distrital de livros e materiais didáticos e de referência, com vistas a garantir a qualidade do ensino público. Em 2011, foram distribuídos, aproximadamente, 60 milhões de exemplares e realizado um investimento superior a

R$ 720 milhões. Haja vista que o Programa é executado em ciclos trienais alternados, em 2012 haverá o atendimento integral dos alunos do ensino médio, com aquisição e distribuição de 34,8 milhões de livros, num investimento de R$ 368 milhões.

Com vistas à democratização do acesso às fontes de informação, à promoção e fomento à leitura, à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor, o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) provê as escolas públicas da educação básica das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal com acervos bibliográficos e materiais didáticos de referência e de qualidade. Foram adquiridos, em 2011, mais de 12 milhões de livros com investimentos de, aproximadamente, R$ 81,7 milhões. Para 2012, está prevista a aquisição de 19 milhões de exemplares de periódicos para as bibliotecas das escolas públicas, bem como a aquisição de 9 milhões de livros de orientação do ensino em cada disciplina da educação básica para distribuição aos professores da rede pública.

Com vistas à implementação da Política Nacional de Educação Especial, o Governo Federal apoia os sistemas de ensino com programas e ações voltados à formação docente e com recursos para a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, físicas e nas comunicações, que garantem o pleno acesso e a participação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino regular.

O Projeto Livro Acessível promove a acessibilidade ao livro. Em 2011, foram adquiridos cerca de 1,5 mil laptops para estudantes cegos do ensino fundamental, médio, EJA e profissional. Aos Centros de Apoio Pedagógico aos Alunos com Deficiência Visual (CAPs) são disponibilizados recursos para a produção de materiais didáticos acessíveis, na ordem de R$ 3 milhões por ano.

Visando apoiar também a adequação arquitetônica e a aquisição de recursos de tecnologia assistiva para a promoção da acessibilidade no ambiente escolar, o Programa Escola Acessível disponibiliza recursos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Em 2011, foram contempladas 12 mil escolas da rede pública de ensino regular com matrículas de estudantes público-alvo da educação especial e, em 2012, a previsão é atender mais 10 mil escolas, com investimento na ordem de R$ 100 milhões.

Complementarmente, o Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza equipamentos, mobiliários, recursos de acessibilidade e materiais didáticos e pedagógicos às escolas públicas com matrícula, no ensino regular, de estudantes público-alvo da educação especial. Em 2011, foi iniciado o processo licitatório para aquisição de 13,5 mil salas de recursos multifuncionais e 1,5 mil kits para o atendimento educacional especializado de estudantes com deficiência visual, com recursos no valor de R$ 143 milhões. Em 2012, será feita a atualização de 9 mil salas de recursos multifuncionais implantadas, conforme estabelecido no Plano Viver sem Limites, o qual prevê 17 mil novas salas e atualização de 28 mil salas até 2014, visando elevar de 229 mil para 378 mil o número de crianças e adolescentes nas salas de aula do País.

Por fim, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade apoia financeiramente a formação de gestores e educadores dos sistemas educacionais inclusivos, realizada em parceria com 166 Municípios-polo. Em 2011, o Programa disponibilizou, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), R$ 14,9 milhões para formação desses profissionais. Para 2012 está previsto o repasse de recursos na ordem de R$ 25,5 milhões para a formação continuada.

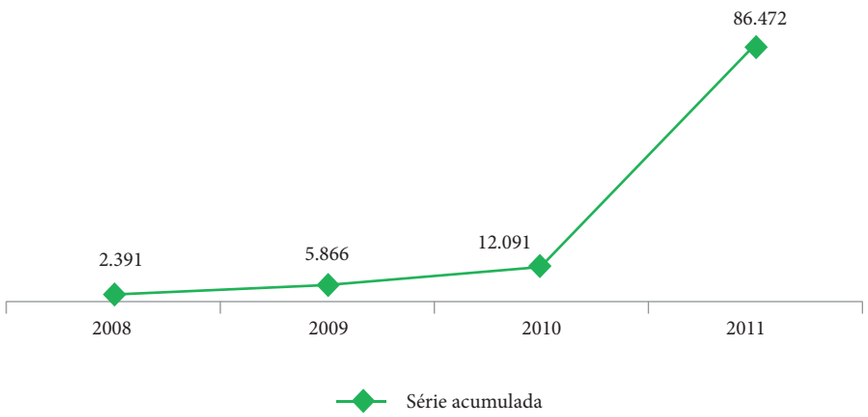
O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) contribui com o acesso e a permanência dos alunos nos estabelecimentos escolares da educação básica pública, residentes em área rural, que utilizam o transporte escolar. Custeia despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal, estadual ou distrital e com a contratação de serviços terceirizados de transporte, levando em consideração o número de alunos informados no Censo Escolar. Em 2011 foram atendidos 5.016 Municípios, com um investimento de aproximadamente R$ 574 milhões.

Para 2012, está previsto o investimento de R$ 644 milhões para atender 5,6 mil Municípios, bem como a intensificação do monitoramento do Programa e a realização de capacitações junto às entidades executoras, de forma a orientar e reforçar a aplicação dos recursos e a prestação de contas dos valores repassados pelo MEC.

O Programa Caminho da Escola tem o objetivo de renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. Existem três formas para Estados e Municípios participarem do Caminho da Escola: i) com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; ii) via convênio firmado com o MEC; e iii) por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Em 2011, foram adquiridos 1.646 ônibus, por meio dos Territórios da Cidadania e de convênios; 84.416 bicicletas e 410 lanchas, totalizando R$ 380 milhões. Para 2012, está previsto um investimento de R$ 600 milhões para a aquisição de 3 mil ônibus escolares; R$ 62,6 milhões para a aquisição de 200 mil bicicletas e 200 mil capacetes; e de R$ 196 milhões para a aquisição de 800 lanchas escolares.

Caminho da Escola – Número de Veículos Adquiridos



Fonte: FNDE/MEC

Visando elevar a qualidade dos ensinos fundamental e médio, o Governo Federal fomenta a realização de olimpíadas. Destaca-se a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, voltada para alunos da 5ª à 8ª série (6º ao 9º ano) do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio das escolas públicas municipais, estaduais e federais, com a finalidade de estimular o estudo da Matemática entre alunos e professores de todo o País. Em 2011, realizou-se a 7ª edição do evento, que contou com mais de 18 milhões de inscritos, oriundos de 44.691 escolas. Para a 8ª edição, prevista para 2012, espera-se a ampliação do número de inscritos em relação à edição de 2011. Outro destaque é a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, que, em anos pares, promove um concurso de produção de texto nos gêneros poema, memórias literárias, crônica e artigo de opinião, para alunos entre o 5º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio das escolas públicas. Nos anos ímpares, proporciona aos professores inscritos oportunidades de formação a distância e presencial e atende a diversos agentes educacionais, consubstanciando-se em uma estratégia de mobilização. Para 2012, está prevista a realização da 3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa.

O Prêmio Professores do Brasil consiste na seleção e premiação das melhores experiências pedagógicas desenvolvidas ou em desenvolvimento por professores das escolas públicas e das instituições educacionais comunitárias, filantrópicas e confessionais, conveniadas aos sistemas públicos de ensino, em todas as etapas da educação básica. A 5ª edição do Prêmio, em 2011, alcançou 1.616 inscrições, das quais 40 experiências foram condecoradas. A previsão para 2012 é a realização da 6ª edição e a publicação de uma revista cujo conteúdo contempla as experiências premiadas nas edições anteriores, como forma de intensificar as estratégias de incentivo à participação dos professores.

Consolidado como um efetivo instrumento de ampliação e interiorização da oferta de cursos de educação superior no Brasil, particularmente na formação de professores, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), integrado por 101 Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) e 618 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da Federação, oferta 635 cursos, dos quais 299 de graduação, com ênfase nas licenciaturas voltadas para as áreas curriculares da educação básica e 336 de pós-graduação *lato sensu*, aperfeiçoamento e extensão. São 190 mil alunos matriculados, dos quais 70% estão em cursos de formação inicial e continuada de professores. Mais de 44 mil professores da educação básica da rede pública participam de cursos no sistema UAB, incluindo os inscritos no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e cerca de 23 mil bolsistas ativos no sistema. Para 2012, está prevista a ampliação da oferta de vagas na UAB e de cursos de mestrado profissional.

O Parfor promove a formação inicial dos professores em exercício na rede pública de educação básica, em cumprimento ao exigido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Há 1.421 turmas implantadas com mais de 50 mil alunos matriculados em 86 Instituições de Ensino Superior (IES). O Parfor está em processo de expansão e consolidação e em 2012 está prevista uma ampliação do número de IES participantes para 100 e o de matriculados, para cerca de 60 mil.

Por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) foram concedidas desde sua criação, em 2007, mais de 30 mil bolsas a estudantes de graduação. A avaliação do Programa mostra articulação entre teoria e prática, diálogo entre instituições de ensino superior e escolas da rede pública, renovação dos currículos das licenciaturas e oportunidade de educação continuada para coordenadores e supervisores. A meta para 2012 é ampliar o número de bolsistas para 45 mil. O Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) concluiu o apoio a 47 projetos institucionais e manteve mais 74 em vigência, envolvendo 455 licenciaturas. Pela repercussão do Programa na comunidade acadêmica, está previsto o lançamento de um novo edital para 40 projetos.

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Renafor) oferece cursos de formação continuada a professores de educação básica em exercício, diretores de escolas, equipe gestora e dirigentes dos sistemas públicos de educação. O apoio aos Estados e Municípios concretiza-se por meio de financiamento às Ipes federais e estaduais. Para finalizar todas as ações programadas em 2010, houve a descentralização em 2011 de mais de R$ 283 mil para essas instituições, com o objetivo de formar 4.930 cursistas. Em 2012, a previsão é formar 3.035 professores em todas as áreas do conhecimento da educação básica.

Inserido no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores para a Educação Infantil, o Curso de Especialização em Educação Infantil tem parceria com as IES e as secretarias municipais de educação e beneficia, com cursos em nível de especialização, professores, coordenadores, diretores de creches e pré-escolas da rede pública e equipes de educação infantil dos sistemas públicos de ensino. A oferta do curso iniciou em 2010, com a adesão de 13 universidades e um total de 2.955 professores matriculados. Em 2011, mais quatro universidades integraram a iniciativa com um total de 160 cursistas e a previsão para 2012 é ampliar para todos os Estados e formar dois mil professores das redes públicas.

O Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (ProInfantil) propõe a formação de professores da educação infantil em exercício nas creches e pré-escolas, na modalidade Normal, em nível médio e a distância. Para sua implementação, o Programa conta com universidades parceiras distribuídas entre os entes federados. Em 2011, 8.234 cursistas finalizaram o curso. A previsão para 2012 é formar 9.983 professores das redes públicas e a ampliação do programa a todos os Estados.

O Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação tem como objetivo a melhoria da qualidade da aprendizagem da leitura e da escrita e da matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. É realizado em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão dos Estados e Municípios. No período de 2010 e 2011 alcançou 5.156 cursistas formados. A previsão para 2012 é formar 40 mil professores das escolas públicas. Já o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar II) destina-se à capacitação de professores dos anos/séries finais do ensino fundamental da rede pública de ensino, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, por meio da distribuição dos materiais e do repasse de recursos financeiros para as universidades parceiras. Em 2011 foram formados aproximadamente 18 mil cursistas, na modalidade semipresencial. A previsão para 2012 é formar 16.715 professores das redes públicas de ensino.

No tocante à formação continuada de professores das salas de recursos multifuncionais e do ensino regular, destaca-se o Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial que, em parceria com as Ipes, ofertou, em 2011, aproximadamente nove mil vagas em cursos de aperfeiçoamento pela UAB, com recursos da ordem de R$ 5,4 milhões. Pela Renafor foram ofertadas mais 3,2 mil vagas em 17 cursos, com investimento superior a R$ 835 mil.

Mediante oferta de educação em tempo integral e envolvendo diversas atividades optativas, o Programa Mais Educação contribui para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica. No período de 2008 a 2011, o Programa atendeu 14.995 escolas e mais de três milhões de estudantes. A previsão para 2012 é atender em torno de 15 mil escolas novas (10 mil urbanas e 5 mil do campo), alcançando a meta de 30 mil escolas e cerca de 6 milhões de estudantes.

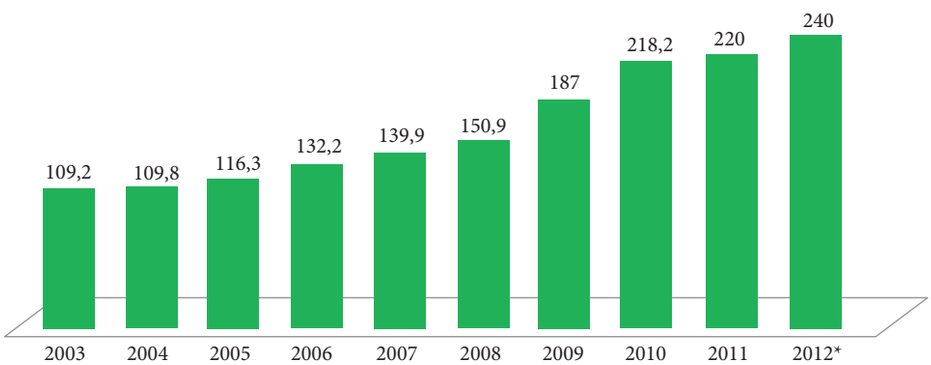
Por fim, o Programa Escola Aberta incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais. A implementação se realiza por meio de cursos de formação em parceria com as secretarias estaduais e municipais e universidades e a cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Em 2011, foram atendidas 2.261 escolas por meio de 110 instituições parceiras. Em 2012, há previsão de atingir 5 mil escolas, em parceria com o Programa Mais Educação.

b) Educação Superior

A expansão do ensino superior no Brasil nos últimos anos é resultante do reconhecimento pelo Governo do papel estratégico da educação para o desenvolvimento econômico e social do País. O Censo da Educação Superior explicita de forma inconteste essa realidade. Em 2010, atingiu-se o número de 6,38 milhões de matrículas em 29.507 cursos de graduação, presenciais e a distância, ofertados em 2.377 Instituições de Ensino Superior. Esses resultados refletem o fomento dado, principalmente, às ações de expansão da rede de educação superior e ampliação da oferta de vagas nas instituições de ensino por meio da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Ressalte-se que a interiorização do ensino superior tem sido uma das principais diretrizes dessa expansão com vistas à diminuição das desigualdades sociais e regionais.

O Reuni amplia o acesso e a permanência na educação superior, por meio de ações que contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a expansão da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão. Com a aproximação do término do Reuni, em 2012, o Governo Federal elaborou uma nova proposta de reestruturação e expansão, considerando as dimensões: reestruturação acadêmico-curricular; inovação pedagógica; mobilidade intra e interinstitucional; compromisso social das Ifes, e articulação entre graduação, pós-graduação e os demais níveis educacionais. Para 2012 está previsto um investimento de R$ 1,2 bilhão, destinado ao Reuni e ao plano de reestruturação e expansão das Ifes. A meta é criar 20 novos campi, implantar quatro novas IFES que aguardam a aprovação do Projeto de Lei destinado à sua criação, bem como continuar o processo de implantação das quatro instituições recém-criadas (Unila, Unilab, UFFS e Ufopa). Em 2011, foram ofertadas pelo Reuni, aproximadamente, 220 mil vagas nos cursos de graduação e para 2012 estima-se um aumento desse quantitativo em torno de 10%.

Vagas em Graduação Presencial em Universidades Federais (em milhares)



Fonte: Inep e Sesu/MEC

(*) Valor estimado

Ainda com vistas a promover a expansão do acesso ao ensino superior, o Governo Federal deu continuidade ao Programa Universidade para Todos (ProUni), que em 2011 concedeu 170.691 bolsas, integrais e parciais, a jovens de baixa renda em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Entre 2005 e o segundo semestre de 2011, o ProUni concedeu 912.904 bolsas de estudo. Para 2012, está prevista a oferta de 180 mil bolsas de estudo integrais e parciais do ProUni.

Complementarmente, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) vem ampliando o acesso ao ensino superior por meio de financiamento para estudantes regularmente matriculados em instituições cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Em 2011, já em novo formato, o Fies firmou 126 mil novos contratos, beneficiando, inclusive, seis mil bolsistas parciais do ProUni, com investimentos de R$ 1,7 bilhão. Desde o início do Fies, em 2001, já foram firmados 741 mil contratos de financiamento e, em 2012, prevê-se a concessão de financiamento estudantil a 180 mil estudantes matriculados em instituições privadas.

Ainda no intuito de ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, vem sendo implementado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). O Programa viabiliza a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribui para a melhoria do desempenho

acadêmico, por meio de assistência às áreas de moradia estudantil, transporte, saúde, alimentação, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Em 2011, foram investidos R$ 395 milhões para atender com o Programa estudantes em todo o País e, para 2012, estão previstos recursos na ordem de R$ 500 milhões.

Contribuindo para combater as desigualdades sociais e regionais no acesso à educação superior, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), sistema informatizado que seleciona candidatos às vagas disponibilizadas pelas Ipes com base nas notas obtidas no Enem, conta com duas edições por ano, tendo totalizado 109.461 vagas em 2011. Para 2012, está prevista a oferta de 130 mil vagas em instituições públicas de ensino superior pelo Sisu.

O crescimento da educação superior no Brasil implicou a necessidade de maior regulação e supervisão para garantir a qualidade da oferta. Várias ações foram realizadas pelo MEC visando disciplinar o processo de regulação e o aprimoramento das políticas e instrumentos que permitem o tratamento tempestivo dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, credenciamento e recredenciamento de instituições.

A efetividade das ações de supervisão pode ser observada pela suspensão, em 2011, de 10.912 vagas em 136 cursos que apresentaram Conceito Preliminar de Curso (CPC) inferior a três (numa escala de 1 a 5), ou ainda pela redução de mais de 600 vagas em cursos de medicina que não apresentaram as melhorias e garantias de qualidade exigidas.

Para 2012, está prevista a atualização dos mecanismos regulatórios, aderentes às expectativas do PNE, a capacitação de Procuradores Institucionais, a avaliação comparativa da regulação superior com sistemas similares dos países participantes da União Europeia (UE), Mercosul e o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), e a elaboração de Manuais e Normas da Regulação.

Com objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão, o Programa de Extensão Universitária (Proext) apoiou 709 propostas em 2011, em todo o território nacional, com um orçamento total de R$ 70 milhões. Para o ano de 2012, projeta-se o apoio a 710 propostas de extensão universitária. O Programa de Educação Tutorial (PET), formado por grupos tutoriais de aprendizagem, apoia atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão, propiciando a realização de atividades extracurriculares que complementam a formação acadêmica do estudante e atendem às necessidades do próprio curso de graduação. Em 2011, além da manutenção dos 428 grupos existentes, foram criados mais 352 novos grupos, chegando a 780 grupos apoiados. Em 2012, serão apoiados 840 grupos com um montante de R$ 65 milhões.

Como instrumento para o fomento da qualidade do ensino superior e para a pesquisa, o Portal de Periódicos tem proporcionado o acesso à informação científica e tecnológica a usuários de 326 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de Governo. Estiveram disponíveis, em 2011, mais de 30 mil periódicos em textos completos, 130 bases referenciais e de resumos, 104 bases com dados de livros eletrônicos e 10 bases de patentes. Em 2011, registrou-se um montante de 70,3 milhões de acessos, o que representa 232 mil acessos diários. O investimento do Portal foi da ordem de R$ 149,5 milhões. Com vistas a atender à crescente criação de novos cursos de pós-graduação com recomendação do MEC, em 2012 está previsto um orçamento em torno de R$ 177 milhões de reais. Esse aumento ocorre em razão da assinatura de novos conteúdos para atendimento à demanda da comunidade científica, bem como o crescimento do número de usuários participantes, pois 365 instituições terão direito ao acesso ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com a expansão tanto da quantidade de usuários quanto do conteúdo assinado, está previsto o aumento do número de acessos para, aproximadamente, 75 milhões.

Tendo em vista a importância da produção do conhecimento científico para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do País, o Governo Federal continuou a expandir sua política de apoio e fomento à pós-graduação brasileira, mediante a formação de pessoal de alto nível no País e no exterior, e a implementação de diversas ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica em áreas estratégicas: Nanobiotecnologia, TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Cultura, Administração, Saúde, Ciências do Mar, Toxinologia e Parasitologia Básica, e Pesquisa Agropecuária (Capes-Embrapa).

O Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG) alcançou a marca de 4.747 cursos reconhecidos (2.765 de Mestrado Acadêmico, 1.619 de Doutorado e 363 de Mestrado Profissional, distribuídos em 3.181 programas de pós-graduação), nos quais participam aproximadamente 62 mil docentes e mais de 180 mil discentes nos três níveis. O SNPG manteve-se em franco crescimento, considerando-se que em 2011 foram protocoladas 735 propostas de novos cursos originadas de várias regiões do País.

Ainda em 2011, foram concedidas 70.493 bolsas de estudos no País, sendo 40.952 de mestrado, 25.969 de doutorado, 3.458 de pós-doutorado e 114 de Professor Visitante Nacional Sênior. Destacam-se, ainda, as 10.987 bolsas concedidas pelo Programa Bolsas para Todos, direcionadas a alunos de mestrado e doutorado de programas de pós-graduação de todas as regiões do País, com ênfase nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Programa de Excelência Acadêmica (Proex), em consonância com as diretrizes da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, apoiou 216 programas de pós-graduação *stricto sensu* (39 novos em 2011) com notas 6 ou 7 em duas avaliações trienais consecutivas, totalizando um investimento de R$ 117 milhões.

Ainda em relação à pós-graduação, em 2011 foram aprovadas 54 propostas de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (Minter/Dinter), com a finalidade de formar mestres e doutores fora dos centros mais consolidados de ensino e pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico-cultural, científico-tecnológico e de inovação mais simétrico no País.

Já o Programa de Apoio a Eventos no País (Paep) destinou cerca de R$ 27 milhões para a realização de mais de 1,4 mil eventos científicos, tecnológicos e culturais relacionados à pós-graduação e à formação de docentes da educação básica. Em 2012, estima-se um aumento nos recursos do Paep devido à demanda crescente da comunidade científica em busca de apoio à realização de eventos.

Para fomentar a produção de estudos e pesquisas e a formação de pós-graduados em educação, em nível de mestrado e doutorado, o MEC conta como Observatório da Educação, que em 2011 teve seu escopo ampliado, incluindo nas pesquisas alunos de licenciatura e professores de escolas públicas de educação básica. Somados os editais em andamento, em 2011 foram apoiados 117 projetos que alcançam 183 instituições de ensino superior e 207 programas de pós-graduação, com a concessão de 1.848 bolsas. Em 2012 será lançado edital para atender a 80 novos projetos.

Por fim, o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) priorizou em 2011 a realização de obras de reforma da infraestrutura física e recuperação tecnológica dos 46 hospitais do sistema, por meio da aquisição de equipamentos, aprimorando a inserção desses estabelecimentos nas redes de atenção do SUS. Com vistas ao cumprimento de suas metas de assistência, ensino, pesquisa e gestão hospitalar, foi desenvolvido o projeto Consultórios Itinerantes, integrando-se ao Programa de Saúde na Escola, com atenção especializada nas áreas de odontologia e oftalmologia para os alunos de escolas de educação básica públicas distantes dos grandes centros, e ao desenvolvimento

dos Aplicativos de Gestão Hospitalar Universitários, já em fase de implantação. A meta para 2012 é a reativação de leitos e a recomposição do quadro de pessoal para os hospitais universitários federais, bem como a expansão dos programas de residências médicas, por meio do programa Pró-Residência, e de residências multiprofissionais e em áreas profissionais da saúde. A previsão é aumentar o total de bolsas em residências em saúde de 94.788, em 2011, para 104.580 bolsas anuais concedidas. Destaca-se também a Lei nº 12.555, de 15 de dezembro de 2011, que autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), responsável por gerir os hospitais universitários das Instituições Federais de Ensino. A EBSERH tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, além de dar apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública sem interferir na autonomia universitária.

c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

Dados do Censo 2010 revelam uma queda no número de analfabetos da população de 15 anos ou mais de idade nos últimos dez anos, passando de 13,63% em 2000 para 9,6% em 2010. Apesar do avanço, ainda há muito a ser feito para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Para tanto, o Governo vem adotando políticas públicas em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, visando elevar o nível de alfabetização e de escolaridade dessa população.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido em parceria com os sistemas estaduais e municipais de educação, atendeu mais de 1,6 milhão de pessoas com 15 anos ou mais no ciclo de 2010, em 131 mil turmas de alfabetização, investindo cerca de R$ 531 milhões. Durante o ciclo 2011, foram atendidas aproximadamente 2,3 milhões de pessoas, contemplando os 26 Estados, o Distrito Federal e 1.308 Municípios. Para atendimento às populações mais vulneráveis, foram pactuadas ações integradas de alfabetização, elevação de escolaridade, qualificação profissional e formação em direitos humanos, a serem desenvolvidas em 2012 para beneficiar catadores de materiais recicláveis.

Com relação à formação de professores para a EJA, em 2011 foram ofertados cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização aos docentes das redes públicas de ensino, nas modalidades presencial e a distância, em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior, totalizando 11.825 vagas.

d) Educação Profissional e Tecnológica

Nos últimos anos, a educação profissional e tecnológica vem sendo reconhecida como um dos pilares para o desenvolvimento do País, o acesso à renda e o fortalecimento do mercado interno e da indústria nacional, justificando, assim, o processo de reformulação e expansão atualmente vivenciado. Destaca-se, em 2011, o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

O Pronatec intensifica a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a previsão de construção de 208 novas unidades, com a expectativa de inauguração de 88, até 2012. Este quantitativo, adicionado às 354 unidades preexistentes, eleva para 562 o número de Institutos distribuídos em todo o território nacional, expandindo o atendimento direto para mais de 600 mil estudantes. Além disso, haverá a expansão das redes estaduais de educação profissional e consequente ampliação de vagas mediante investimento superior a R$ 1,8 bilhão para a construção de 176 escolas técnicas estaduais, reforma, ampliação e compra de equipamentos de outras 543 unidades, além da entrega de 635 laboratórios e a formação de 250 gestores e professores de escolas de EPT em todo Brasil.

Em relação à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2011 foi concluída a obra de 10 unidades, totalizando 364 unidades concluídas. Em 2012, serão inauguradas 78 unidades que, somadas a 364 preexistentes, totalizarão 442 unidades.

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – número de unidades

Fonte: Setec/MEC
(*) Previsão

No contexto do Pronatec está prevista a oferta da Bolsa-Formação pelas redes públicas e pelas escolas do Sistema S para beneficiar estudantes do ensino médio, trabalhadores reincidentes no seguro-desemprego e pessoas beneficiadas pelos programas de inclusão produtiva, entre outros públicos. Em 2011, foram ofertadas 40 mil vagas de cursos de formação inicial e continuada. Para 2012, está prevista a oferta de 550 mil vagas em curso de formação inicial e continuada e 130 mil vagas de cursos técnicos.

Ainda em 2011, o então Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) teve seu escopo ampliado. Agora chamado Fundo de Financiamento Estudantil, passou a prover linha de crédito para estudantes egressos do ensino médio e empresas que desejem complementar a formação de seus funcionários com cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio do Sistema S e de escolas privadas habilitadas.

Por fim, o Programa Brasil Profissionalizado possibilitou, em 2011, a instalação de 635 laboratórios científicos e tecnológicos e ofertou 200 matrículas em cursos de especialização e mestrado a profissionais das redes públicas estaduais de educação. Também finalizou as obras de construção de 20 escolas técnicas estaduais, bem como concluiu obras para a ampliação de 120 escolas técnicas e de ensino médio, totalizando um investimento de R$ 340 milhões.

Para 2012, estão previstos a instalação de mil laboratórios científicos e tecnológicos, a oferta de cursos de especialização e mestrado a 350 profissionais da educação, a finalização de obras para a construção de 30 escolas técnicas e para a ampliação de 80 escolas técnicas e de ensino médio, e a equipagem de 100 escolas técnicas, com investimento superior a R$ 340 milhões.

e) Educação e Diversidade

A educação é o meio mais eficaz para combater as desigualdades sociais e regionais, eliminar preconceitos de origem, raça, gênero, idade e outras formas de discriminação, promovendo o acesso da população ao conhecimento

com equidade, qualidade e valorização da diversidade. Nesse contexto, entre as medidas adotadas pelo Governo Federal está o fomento à igualdade de acesso, de permanência e de sucesso nos sistemas educacionais, respeitando as especificidades regionais e a diversidade sociocultural e ambiental.

No âmbito da formação inicial e continuada de professores para atuação em escolas do campo, destaca-se o Programa de Apoio à Formação Superior de Professores que, em parceria com instituições públicas de educação superior, apoiou em 2011 a manutenção de 3.045 estudantes em cursos de licenciatura do campo – medida que será fortalecida em 2012. Ainda em 2011, o Programa PDDE Campo e Água disponibilizou recursos para realização de pequenos reparos, abastecimento de água potável e aquisição de recursos específicos às escolas. Foram atendidas mais de sete mil escolas do campo, quilombolas e indígenas, com investimento na ordem de R$ 75,3 milhões. Para 2012, prevê-se investimento de aproximadamente R$100 milhões.

O Programa de Apoio às Licenciaturas Indígenas (Prolind) visa qualificar e ampliar a oferta da educação básica nas aldeias. Em parceria com 20 Ipes, oferta 23 cursos para professores indígenas do ensino fundamental e médio, tendo formado 866 professores de 2005 a 2011. Em 2012, os cursos de Licenciaturas Interculturais serão institucionalizados na matriz da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Adicionalmente, em 2012 serão implantados novos Territórios Etnoeducacionais (TEEs), que têm como eixos de gestão a consideração das territorialidades dos povos indígenas, a garantia do protagonismo desses povos na formulação e acompanhamento das políticas, e a pactuação entre o MEC, os órgãos responsáveis pela educação básica e superior e as entidades da sociedade civil que atuam na educação escolar indígena.

Destaca-se, também, a construção de escolas do campo, quilombolas e indígenas, cujos projetos são apoiados por meio do PAR. Em 2011, foram beneficiadas 105 escolas, com recursos na ordem de R$ 75,9 milhões. Em 2012 está previsto um investimento de R$ 300 milhões.

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino e pesquisadores no estudo e na aplicação da referida Lei, foram distribuídas oito mil coleções História Geral da África a bibliotecas públicas e universidades. Em 2012, serão publicados e distribuídos 130 mil exemplares da Síntese da Coleção História Geral da África às escolas públicas para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Com relação à Educação Ambiental, em 2011, destaca-se a formação com foco na concepção das escolas como "espaços educadores sustentáveis", com a oferta de 4.129 vagas e investimento de aproximadamente R$ 604 mil. Em 2012, estão previstas a realização, nas escolas, das conferências preparatórias para a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – 2013; o desenvolvimento do projeto que promove a reflexão nas escolas e com a juventude acerca dos temas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20; e a provisão de cerca de R$ 60 milhões às escolas para ações de sustentabilidade socioambiental, por meio do PAR e do PDDE Escola Sustentável.

Destaca-se também, em 2011, a formação continuada nas temáticas de gênero e diversidade sexual, direitos da criança e do adolescente e educação em direitos humanos para profissionais da educação e conselheiros de direitos e da rede de proteção às crianças e adolescentes, com oferta de mais de 21 mil vagas e investimento em torno de R$ 8,7 milhões. Para 2012, está prevista a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais em Direitos Humanos e a ampliação da formação docente, bem como a elaboração de materiais pedagógicos para o enfrentamento a quaisquer formas de discriminação que possam ocorrer no ambiente escolar.

O Programa de Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) é uma ação interministerial desenvolvida em parceria com Estados e Municípios. Tem por objetivo verificar o cumprimento da condicionalidade da frequência escolar de crianças e jovens beneficiários do PBF, além de estimular a permanência na escola e contribuir para a progressão e sucesso escolar desses estudantes. Em 2011, por meio do Sistema Presença, 17 milhões de estudantes de 6 a 17 anos foram acompanhados bimestralmente. Em 2012, visando fortalecer o trabalho intersetorial, serão desenvolvidas ações de apoio técnico e a formação continuada para aprimoramento da gestão compartilhada das condicionalidades do PBF, identificação e encaminhamentos para a superação dos motivos de baixa frequência à escola, da evasão ou do abandono.

f) Cooperação Internacional

Quanto às atividades da cooperação internacional, foram apoiados aproximadamente mil projetos de cooperação e cerca de 6 mil alunos receberam bolsas para desenvolver suas atividades no exterior. Em 2011, as ações de cooperação internacional totalizaram investimento de R$ 253 milhões, valor 50% superior à execução total de 2010.

Contribuindo para a expansão dos programas no exterior e para a inserção do País no mercado mundial, o Governo Federal lançou em 2011 o programa Ciência sem Fronteiras. Destinado a consolidar, expandir e promover a internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras, o programa prevê o intercâmbio e a formação de alunos de graduação e pós-graduação no exterior, podendo chegar a 101 mil bolsas, nos próximos quatro anos, considerando recursos provenientes da iniciativa privada e entidades governamentais. Dessas, 40 mil serão financiadas pelo MEC.

O primeiro edital de Graduação Sanduíche, específico do programa, foi lançado em parceria com o *Institute of International Education* e universidades americanas, e os bolsistas contemplados estão iniciando suas atividades a partir de janeiro de 2012. Outros editais abertos pela Capes e CNPq em 2011 preveem a mobilidade em universidades europeias – Alemanha, Itália, Reino Unido, França –, canadenses e americanas. No mesmo ano, foram enviados 686 bolsistas por meio de programas tradicionais no exterior, nas áreas prioritárias, em sua maioria para Estados Unidos, França, Alemanha e Portugal, bem como nas modalidades de graduação e doutorado sanduíche.

Ainda em 2011 foram assinados 67 acordos de cooperação com diversos países e, para 2012, estão em negociação mais 20 acordos. Considerando a demanda dos programas tradicionais e das novas parcerias, incluindo as que se enquadram no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, em 2012, estima-se a implementação de 10 mil novas bolsas paras alunos brasileiros estudarem no exterior, sendo 1.500 de Pós-Doutorado, 2 mil de Doutorado Pleno, 3.500 de Doutorado Sanduíche e 3 mil de Graduação Sanduíche, orçados em R$ 485 milhões.

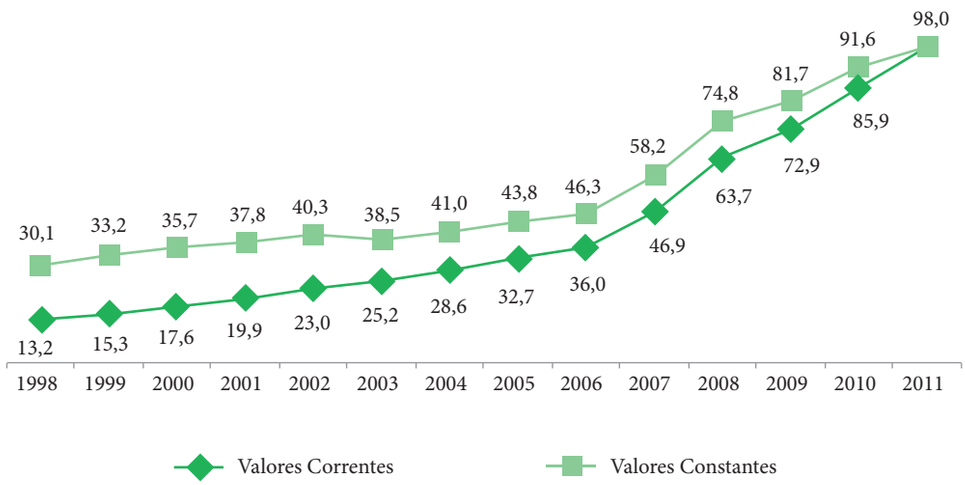
O Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) objetiva a capacitação de graduandos em licenciaturas por meio de dupla titulação, em parceria com o Grupo Coimbra e a Universidade de Coimbra, nas áreas de Física, Química, Biologia, Matemática, Português, Educação Física, Música e Teatro. O Programa já está em seu segundo edital, totalizando 65 projetos e 425 bolsistas.

g) Financiamento da Educação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo de natureza contábil, de âmbito estadual, que tem como objetivo promover a inclusão socioeducacional na educação básica, da creche ao ensino médio. O Fundeb é formado por recursos provenientes de

impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como por parcela financeira de recursos federais, a título de complementação, de forma a assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano (R$ 1.722,05, em 2011) a cada Estado, ou ao Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com recursos dos próprios governos. Em 2011, o contingente de alunos considerados na distribuição dos recursos do Fundo foi de 45,3 milhões de matrículas da educação básica, nas redes estaduais e municipais de ensino de todo País. Já o total de recursos para o Fundeb foi de R$ 98 bilhões, sendo R$ 89,2 bilhões originários da contribuição de Estados, Distrito Federal e Municípios e R$ 8,8 bilhões de recursos federais. Para 2012, estima-se um total de 42,4 milhões de alunos matriculados e um investimento de R$ 114,3 bilhões, dos quais R$ 104,9 bilhões são de contribuição dos entes federados e R$ 9,4 bilhões são de recursos federais.

FUNDEB - Totais de Recursos (R$ bilhões)



Fonte: FNDE/MEC Valores constantes atualizados pelo IPCA-Médio, base 2011.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) presta assistência financeira, em caráter suplementar, diretamente às escolas públicas estaduais, distritais e municipais da educação básica e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público, devidamente registradas. O Programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Às transferências de recursos do PDDE destinadas às escolas públicas rurais da educação básica e às escolas públicas urbanas do ensino fundamental que cumpriram as metas intermediárias do Ideb para o exercício de 2011, é acrescida parcela extra de 50%, a título de incentivo. Em 2011, foram atendidos 167,5 mil escolas, com recursos na ordem de R$ 1,6 bilhão. Para o exercício de 2012, está previsto o investimento de R$ 1,6 bilhão para beneficiar cerca de 160 mil escolas de educação básica.

h) Democratização da Gestão Nacional da Educação

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) auxilia as escolas de ensino fundamental que se encontram abaixo da média nacional na identificação dos seus principais desafios e sugere ações que melhorem os seus resultados. A implementação

é feita por meio de uma ferramenta de planejamento estratégico, em articulação com o MEC e as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. Em 2011, foram beneficiadas mais de 19 mil escolas públicas estaduais e municipais, de todos os níveis da educação básica, com o repasse de R$ 234 milhões. Em 2012, o PDE Escola disponibilizará ferramenta de planejamento para todas as escolas públicas do Brasil que desejarem utilizar a metodologia, independentemente do repasse de recursos.

O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) visa fortalecer a atuação dos dirigentes municipais de educação. São desenvolvidos cursos de formação presencial e a distância em parceria com Ifes, Undime, Unicef e Unesco. Entre 2009 e 2010, houve a oferta em torno de 4,4 mil vagas nas cinco regiões do Brasil, totalizando 24 Estados, com a parceria de diversas universidades federais.

Vale destacar também o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública**,** que contribui para a formação e qualificação do gestor por meio de cursos de especialização, na modalidade de educação a distância. Em 2011, das 32 universidades participantes, oito iniciaram novos cursos com a oferta de 3.911 vagas e 11 concluíram os cursos de Especialização em Gestão Escolar iniciados em exercícios anteriores, formando um total de 4.980 gestores. A previsão para 2012 é alcançar cerca de 30 mil gestores.

Ressalte-se, também, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, que desenvolve ações voltadas ao fortalecimento de conselhos e à participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas. Além disso, atua na formação continuada de técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, responsáveis pela implantação e fortalecimento dos conselhos escolares e pela formação continuada dos conselheiros. Os cursos são presenciais ou a distância e têm como parceiras Instituições Federais de Educação Superior. Em 2011, foi realizado o III Encontro Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares em Brasília (DF) para a formação continuada dos técnicos das Secretarias de Educação. Em 2012, pretende-se ampliar o alcance do Programa, ofertando mais de 5 mil vagas.

Por fim, o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pro-Conselho)**,** visa ampliar a capacidade de entendimento e de atuação dos conselheiros municipais de educação, fomentar a criação de novos Conselhos Municipais de Educação e consolidar uma estrutura educacional que possibilite a inclusão social com eficiência. Em 2011, a oferta atingiu o total de 1,2 mil vagas para o Curso de Extensão a Distância e Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação, com a parceria das Universidades Federais do Piauí, Goiás e Minas Gerais. Para 2012, a previsão é ofertar mais de quatro mil vagas distribuídas por 11 Universidades.

i) Indicadores e Avaliações

O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), realiza estudos, pesquisas, levantamentos estatísticos e avaliações que subsidiam a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas educacionais.

Na educação superior, foram realizadas em 2011 mais de 5 mil avaliações *in loco*, que dão suporte ao processo de avaliação da qualidade de cursos e instituições de ensino superior. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), por sua vez, avaliou 304.483 concluintes de 8.800 cursos de graduação oferecidos por instituições públicas e privadas das áreas de licenciaturas, engenharias e cursos superiores de tecnologia. As provas foram realizadas em 1.356 Municípios. Para 2012, está prevista a realização de 7 mil visitas *in loco*, bem como a aplicação do Enade para alunos concluintes de cursos na área de Ciências Sociais e afins.

Na área da avaliação da educação básica, destaca-se a realização de mais uma edição da Prova Brasil, aplicada censitariamente a alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)/Prova Brasil foi aplicado a mais de cinco milhões de estudantes da educação básica e seus resultados subsidiarão a formulação de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que, a partir da combinação dos dados de fluxo escolar, especificamente as taxas de aprovação e os dados de desempenho escolar, possibilita acompanhar a evolução da qualidade da educação ofertada. Ainda em relação a avaliações de desempenho padronizadas, destaca-se a participação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Provinha Brasil, uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças, foi aplicada em 2011 no início e no final do ano letivo. Em 2012, prevê-se a aplicação da Provinha Brasil de Matemática também duas vezes ao ano, permitindo perceber a evolução do desempenho das crianças. Em 2011 foram avaliados mais de 3,3 milhões de alunos e aproximadamente 107 mil escolas, com investimentos para reprodução e distribuição dos materiais para aplicação da prova na ordem de R$ 4,4 milhões.

Por sua vez, o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) alcançou, em 2011, número recorde de inscrições. Dos mais de 6 milhões de alunos inscritos, 4,3 milhões realizaram as provas. O Exame também foi aplicado a pessoas privadas de liberdade, de forma a assegurar a igualdade de oportunidade a todos. Cumpre salientar que, desde 2009, o Enem vem sendo amplamente utilizado como mecanismo de acesso ao ensino superior no Brasil.

Também foi realizado o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), no Brasil e no exterior, que oferece a oportunidade de conclusão de estudos no âmbito da educação de jovens e adultos. A oferta do Encceja a brasileiros residentes no exterior tem como objetivo apoiar a reinserção de parcela da população brasileira no sistema educacional e no mercado de trabalho quando de seu regresso ao Brasil. No total foram 158.536 inscritos, sendo 14.077 alunos no Encceja Brasil em presídios; 142.545 no Encceja livre e 1.914 no Encceja Japão.

Há também outras avaliações que podem ser citadas. O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é aplicado no Brasil e no exterior desde 1998. Trata-se do único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira. É exigido pelas universidades brasileiras para ingresso de estrangeiros em cursos de graduação e em programas de pós-graduação. Espera-se, em 2012, ampliar a quantidade de postos aplicadores nos países com grande demanda pelo idioma português.

Por meio de iniciativa conjunta com o Ministério da Saúde, foi realizada a segunda edição do exame para fins de Revalidação de Diplomas Médicos obtidos em Instituições Estrangeiras (Revalida), que contou com 677 inscritos, dos quais 536 compareceram à prova escrita, primeira etapa do exame, aplicada em seis unidades da Federação. A segunda etapa, constituída de prova prática, foi realizada por 75 participantes habilitados na primeira etapa e 65 foram aprovados.

Como parte dos esforços que vêm sendo conduzidos no Setor Educacional do Mercosul, está prevista, em 2012, a realização de 400 avaliações que objetivam credenciar cursos em áreas do conhecimento previamente definidas, no âmbito do Programa Arcu-Sul. Essa iniciativa contribui, sobremaneira, para a promoção da mobilidade acadêmica e para os objetivos de integração dos países da região.

No que se refere a levantamentos estatísticos, o Censo Escolar da Educação Básica tem por objetivo coletar dados nas diferentes etapas e modalidades de ensino em todo o País, os quais integram o cálculo do Ideb, juntamente com o Saeb, além de orientar a distribuição de recursos como os do Fundeb ou do Pnae. O Censo da Educação Superior, por sua vez, busca oferecer informações detalhadas sobre este nível de ensino às instituições, aos gestores das políticas educacionais, aos pesquisadores e à sociedade em geral. Em 2011, foram divulgadas as informações coletadas em 2010, que registraram, entre as 2.378 Instituições de Ensino Superior, 29.507 cursos, mais de seis milhões de matrículas e 366.882 funções docentes. Em fevereiro de 2012 terá início a coleta de dados do Censo da Educação Superior relativo a 2011.

Outra importante iniciativa de 2011 foi a concepção da Prova Docente a partir do debate com diversas instituições representativas dos sistemas educacionais brasileiros, destinada a apoiar, mediante adesão, Estados e Municípios na seleção de professores da educação básica. Em 2012, será realizada a primeira aplicação da prova.

j) Ações Integradas

O TV Escola, canal de televisão do Ministério da Educação, visa à melhoria da qualidade do ensino por meio da formação continuada dos professores, da disponibilização de conteúdos educativos para alunos e comunidade e do enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, na modalidade a distância, por intermédio de transmissões via satélite, *web* e outras mídias, disponíveis para a rede pública desde 1996. Em 2011, foram utilizados recursos da ordem de R$ 17 milhões para a produção da programação de linha da TV Escola. Para 2012, a previsão é continuar a programação tradicional, planejar ações como a distribuição, na forma impressa, da Revista da TV Escola, da Grade da TV Escola e do Livro Salto para o Futuro: Africanidades.

Destaca-se, também, o Portal do Professor, que constitui uma solução tecnológica de apoio a professores, com sugestões de aulas e outros conteúdos pedagógicos digitais. O portal permite o armazenamento e a circulação de conteúdos educacionais multimídia, oferecendo aos educadores, em especial aos professores atuantes na educação básica, acesso rápido e funcional a um acervo variado. Há mais de 11 mil aulas elaboradas por professores de todo o País e a participação de mais de 130 mil professores nos fóruns disponíveis. Ressalte-se, ainda, o Banco Internacional de Objetos Educacionais, portal que disponibiliza para o professor recursos educacionais gratuitos em diversas mídias e idiomas (áudio, vídeo, animação/simulação, imagem, hipertexto, softwares educacionais), que atendem desde a educação básica até a superior, nas diversas áreas do conhecimento. O Banco, com mais de 15 mil objetos publicados, teve mais de 2,5 milhões de acessos desde o seu lançamento e foi visitado por 168 países. A previsão de recursos para 2012 é de R$ 1 milhão para a produção de conteúdos educacionais destinados aos dois programas.

Com vistas a contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), executado em parceria com o Ministério da Saúde, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Em 2011, o Programa atendeu aproximadamente 74 mil escolas, beneficiando cerca de 13 milhões de estudantes. Para subsidiar as ações do PSE, foi disponibilizado às escolas material clínico e didático-pedagógico, com recursos na ordem de R$ 13,3 milhões, em 2011. Foram investidos R$ 492 mil na formação de 2.250 profissionais de educação e de saúde que atuam como multiplicadores. Para 2012, pretende-se qualificar as ações desenvolvidas e expandir o Programa para as creches, atendendo um total de 77 mil escolas e 14 milhões de estudantes.

Outra ação interministerial é o Programa BPC na Escola, que envolve os ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em parceria com Municípios, Estados e com o Distrito Federal. O Programa tem por objetivo realizar o acompanhamento e

monitoramento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência na faixa etária de zero a 18 anos beneficiárias do Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). Em 2011, houve a adesão de 2.900 Municípios e o acompanhamento de mais de 108 mil beneficiários.

4. Saúde

Os avanços alcançados nos últimos anos no campo da saúde são explicitados pela contribuição setorial para a queda da taxa de mortalidade infantil de 47 por mil nascidos vivos em 1990 para 22,47 por mil nascidos vivos em 2009 e pela elevação da expectativa de vida ao nascer, de ambos os sexos, de 66,9 anos em 1991 para 73,5 anos, em 2010, o que aponta 6,6 anos de crescimento em quase 10 anos. O Governo Federal atua na operacionalização de ações e serviços de saúde com responsabilidade constitucional compartilhada com Estados e Municípios e participação da sociedade, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). A atuação do Governo Federal na saúde em 2011, e a prevista para 2012, pautou-se em 16 objetivos estratégicos que nortearam as linhas de atuação, conforme detalhado a seguir.

a) Atenção Básica

Dentre os princípios que fundamentam a política nacional de saúde deve ser ressaltada a integralidade da atenção. A atenção básica, por meio da estratégia Saúde da Família, teve uma cobertura populacional, ao final de 2011, que abrange em torno de 54% da população brasileira, com 32.295 equipes implantadas.

Em 2011, foi lançado, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), o Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS), com finalidade de fornecer apoio financeiro para a reforma e reestruturação dessas unidades, implantadas em imóveis de propriedade municipal e priorizadas de acordo com o nível de carência financeira local. Essa iniciativa tem o intuito de prover a necessidade de infraestrutura adequada às equipes que operacionalizam a estratégia de atenção básica. Para fundamentar e operacionalizar esse apoio procedeu-se a um levantamento das necessidades locais por meio de um censo nacional com abrangência de 85% dos Municípios, e, posteriormente, cadastramento de propostas pelos Municípios. Ao final do exercício 2011 haviam sido cadastradas 4.375 propostas para reforma de UBS, sendo 472 com previsão de ampliação de capacidade de atendimento. Ainda em 2011, foram construídas 212 novas UBS e aberto pré-cadastro para seleção de mais unidades. Destaca-se o cadastramento de 80 propostas para construção de UBS fluviais, das quais 15 unidades foram construídas em 2011.

A meta prevista para a estratégia Saúde da Família em 2012 é a implantação acumulada de 34.326 Equipes de Saúde da Família. Para prosseguir com a ampliação do suporte a essas equipes foram fixadas previsões de melhorias físicas de duas mil UBS em áreas de atuação do PAC 2 e do Brasil Sem Miséria.

Para prosseguir com a ampliação do suporte a essas equipes foram fixadas previsões de ampliação de 5.540 UBS.

Com a finalidade de ampliar as equipes de Saúde da Família para fora do ambiente doméstico, o Programa Saúde na Escola (PSE) institucionalizou um termo de compromisso como instrumento de pactuação de metas para o repasse do incentivo financeiro disponibilizado para essa finalidade. Em 2011, foram assinados 2.271 termos de compromissos municipais. Para 2012, conta-se com a inclusão de 4.470 creches, além da ampliação do atendimento em 16 mil unidades escolares.

Outro avanço importante foi o estabelecimento de critérios para definição de áreas e regiões prioritárias com carência e dificuldade de fixação de médico integrante de Equipe de Saúde da Família cadastrada e de especialidades

médicas prioritárias. Como resultados dessa iniciativa foram identificados 2.282 Municípios em todo o território nacional com necessidades de estratégias para atrair profissionais para localidades carentes. Uma das iniciativas adotadas para atrair profissionais médicos para atuarem nesses Municípios é o abatimento de até 100% do crédito com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Destaca-se também a extensão do prazo de carência do Fies para os recém-formados que optarem por fazer residência médica em uma das 16 especialidades prioritárias definidas com base nas políticas estratégicas para o SUS, como Rede Cegonha, a Rede de Urgência e Emergência, e a Rede Oncológica.

Visando à ampliação da qualidade da atenção básica, foi lançado em 2011 o Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), com adesão de 4.069 Municípios. Concretizou-se também a adesão de 17.669 Equipes de Saúde da Família, ultrapassando em 5% a meta fixada para 2011. A verificação do desempenho dessas equipes será monitorada por indicadores e metas pactuadas.

Considerando a evolução recente do quadro epidemiológico brasileiro com o rápido crescimento das doenças crônicas e os fatores de risco associados, foi desenvolvida iniciativa relevante buscando facilitar a prática de hábitos saudáveis pela população. Essa iniciativa, apoiada por experiências municipais bem-sucedidas, consiste no apoio à implantação das Academias de Saúde.

Com finalidade de viabilizar essa iniciativa foi criado o Programa Academia da Saúde, que consiste na construção de espaços dotados de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos qualificados, para promoção da saúde. Busca mediante o incentivo à realização de atividade física e práticas corporais, em articulação com a Atenção Básica de Saúde, a melhoria da qualidade de vida por meio da convivência em comunidade. Em 2011 foram selecionadas para implantação 1.772 unidades distribuídas em todo o território nacional com previsão de investimento de R$ 245,2 milhões de investimento inicial. Para 2012 consta a previsão orçamentária para o financiamento de mais 228 unidades, totalizando duas mil em funcionamento.

Por fim, registra-se a atuação das Forças Armadas na oferta de serviços públicos de saúde, sobretudo em regiões remotas do País. Os navios da Marinha viabilizaram a assistência médico-hospitalar às comunidades carentes que vivem em regiões isoladas e carecem de atendimento regular de saúde. Foram atendidas 363 localidades da região Norte e 33 da região Centro-Oeste. No total foram contabilizados 42 mil atendimentos médicos e 77 mil odontológicos, dentre outros procedimentos e exames. Está prevista para 2012 a ampliação do atendimento às populações ribeirinhas com a construção de mais 19 unidades fluviais.

a.1) Saúde Bucal

A atuação governamental em saúde bucal foi expandida, em 2011, com a intensificação da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Entre 2004 e 2011, foram implantados 870 CEO em 735 Municípios, beneficiando cerca de 98 milhões de pessoas. No ano de 2011, também foi atingido o número de 816 laboratórios regionais de próteses dentárias credenciados. Além dessas realizações, o repasse pago por prótese para os Municípios foi ampliado, passando de R$ 60,00 para R$ 100,00. Outra realização relevante em 2011 foi a ampliação dos recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal como parte da Estratégia Saúde da Família.

Ao final de 2011, a população brasileira conta com 21.425 equipes de saúde bucal operando em 4.883 Municípios. Também nesse exercício registrou-se a compra de 100 Unidades Odontológicas Móveis destinadas a Municípios com populações vivendo em áreas de difícil acesso. As ações realizadas permitiram que, em outubro de 2011, o Brasil deixasse o grupo de média prevalência e passasse a integrar o grupo de países com baixa prevalência de cárie, segundo os padrões da Organização Mundial de Saúde (OMS). Para 2012, as perspectivas são de ampliar ainda mais a rede assistencial em saúde bucal, levando

acesso de média complexidade a áreas ainda descobertas, principalmente na região Norte do País, com a implantação de 100 novos CEO. Também se apresenta como meta ampliar ainda mais a produção de próteses dentárias, chegando a 330 mil próteses em 2012, distribuídas em regiões prioritárias do Plano Brasil Sem Miséria, visando à reabilitação protética das pessoas em condição de extrema pobreza.

a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança

Em 2011, foi conformada uma nova forma de atuação, integrada em forma de rede, voltada para esses dois segmentos da população. A Rede Cegonha promove a atenção integral à saúde da mulher e da criança, com especial atenção às populações com maior vulnerabilidade, assegurando o direito à gravidez, parto e puerpério seguros e humanizados, o direito ao planejamento produtivo, ao nascimento seguro e humanizado, além do crescimento e desenvolvimento saudáveis. No ano de 2011, a rede contou com a adesão de nove Estados (Pará, Alagoas, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Mina Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) com a participação de 800 Municípios e cobertura de 600 mil gestantes. Com a finalidade de melhorar as condições de atendimento às gestantes, foram adquiridos kits compostos de 4.384 balanças e 4.866 detectores de batimento fetal. Foram também adquiridos 1.680 kits para parteiras e 200 mil kits com bolsa e trocador para serem entregues às gestantes usuárias do SUS. No mesmo exercício, foi implantada a prática de testes rápidos para sífilis e HIV nas UBS. Foram também adotadas providências administrativas para o desenvolvimento do Programa, por meio da busca de parcerias públicas e privadas, adequação e ampliação de sistema de notificação e de informações específicas.

Em 2012 será dada continuidade à qualificação dos pontos de atenção de mais 40 serviços que realizam partos, com adequação da ambiência. Há também a previsão de implantação de 51 Casas de Gestante e Bebê e 70 centros de parto normal, além de outras ações que darão continuidade à linha de atuação adotada para esse segmento específico da população residente, prioritariamente, nas regiões Norte e Nordeste.

Com relação à saúde da mulher, em 2011 ocorreu o fortalecimento da rede de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer do colo de útero e do câncer de mama. Houve também a realização de 8,9 milhões de exames citopatológicos, preventivos de câncer de colo de útero na faixa etária prioritária para o rastreamento. Também foram realizadas 2,8 milhões de mamografias de rastreamento, além da capacitação de 140 técnicos em radiologia para dar suporte a essa linha de atuação. Estão em estruturação cinco laboratórios de citologia de colo de útero em áreas identificadas como de maior necessidade nas regiões Norte e Nordeste, com prioridade para os Estados do Amazonas, Pará, Roraima e Pernambuco.

Em 26 de dezembro de 2011, foi editada a Medida Provisória nº 557, que instituiu o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna e instituiu benefício financeiro no valor de até R$ 50,00 para gestantes cadastradas no Sistema com o objetivo de auxiliar o seu deslocamento e seu acesso às ações e aos serviços de saúde relativos ao acompanhamento do pré-natal e assistência ao parto prestados pelo SUS, medidas que visam contribuir para que o Brasil possa atender o compromisso internacional firmado no âmbito da ONU relativo ao 5º ODM, especificamente a Meta 6, que trata da redução em três quartos, entre 1990 e 2015, da taxa de mortalidade materna. Para atingir a aludida Meta 6, o Brasil deverá apresentar Razão de Mortalidade Materna (RMM) igual ou inferior a 35 óbitos por 100mil nascidos vivos até o ano de 2015, o que corresponde a uma redução de três quartos em relação ao valor estimado para o ano de 1990. A medida visa permitir que sejam concentrados maiores esforços focados na melhoria da atenção da saúde materna, reduzindo consequentemente o risco de morte durante a gravidez, parto ou puerpério.

Foram também financiados para estruturação em 2011, 23 centros de parto normal, 17 Casas de Gestante e Bebê, além da construção de nove maternidades e qualificação de 41 serviços de parto.

a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de Crack e Outras Drogas

Importante iniciativa realizada neste exercício foi a priorização da implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em sete Municípios com concentração de risco, a saber: Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF), Fortaleza (CE) e Porto Alegre (RS). Destaca-se também o Programa de Volta para Casa que, até o final de 2011, concedeu benefícios de ajuda de custo a 3.950 participantes em recuperação domiciliar com situação de precariedade financeira.

Em 2012, o Governo aprofundará as ações para fortalecimento da RAPS, com ênfase no enfrentamento da dependência de crack e outras drogas. Tal iniciativa tem como diretriz a ampliação da oferta de serviços, a implantação de serviços diferenciados de acordo com necessidades distintas e o apoio integral às famílias e usuários com reinserção social do beneficiado. Para essas ações são previstos R$ 300 milhões, que serão aplicados a título de incentivo e custeio, para a implantação de 144 Centros de Assistência Psicossocial (Caps); 200 unidades residenciais terapêuticas, 126 unidades de acolhimento de adultos, 54 unidades de acolhimento infantil, mais de mil leitos em hospitais gerais e 600 novos beneficiários do Programa de Volta para Casa. Esse compromisso abrange, além do aumento da oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários, o enfrentamento do tráfico de drogas e a ampliação de atividades de prevenção por meio da educação, informação e capacitação.

a.4) Saúde da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite

Essa linha de atuação é uma prioridade governamental. Em 2011, foi lançado o Programa Viver Sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência que inclui os componentes de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. O foco de ação é a organização do cuidado integral em rede, contemplando as áreas de deficiência auditiva, física, visual, intelectual e ostomia. Em 2011, as unidades de saúde para atenção especializada nas áreas de deficiências física, auditiva e intelectual realizaram 1,3 mil atendimentos. No mesmo ano, outra importante iniciativa no campo da reabilitação foi a expansão do fornecimento de órteses, próteses e de ações de reabilitação no SUS, que contou com o apoio da qualificação de profissionais em técnicas de utilização desses equipamentos e a implantação de Oficinas Ortopédicas. Foram realizados mais de 16 milhões de procedimentos de reabilitação e a inclusão da concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção nas modalidades de física, auditiva, intelectual, visual e ostomia.

Em 2012, a intensificação das ações desse plano contará com o reforço financeiro de R$ 30 milhões, que contribuirá para a constituição da rede de reabilitação no SUS; ampliação da triagem neonatal, incluindo o teste do pezinho completo; além da implementação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para triagem auditiva neonatal, deficiências visuais, síndrome de Down, autismo, paralisia cerebral, entre outros. Prevê-se também a implantação de oficinas de órteses e próteses incluindo a formação de profissionais especializados e a adaptação da cadeira de rodas de 75 mil cadeirantes no País.

a.5) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa: Garantia do Envelhecimento Ativo e Saudável

O Brasil apresenta mudança rápida da sua estrutura etária com aumento da expectativa de vida e da proporção de idosos. Esse cenário provoca o aumento da carga de doenças, especialmente as de caráter crônico.

Em 2011 foi lançada a Campanha Nacional de Prevenção da Osteoporose chamando a atenção aos agravos e complicações decorrentes, como as fraturas em pessoas idosas. Foi ainda implementada a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa junto aos Municípios, além do fortalecimento do atendimento domiciliar da pessoa idosa e ampla capacitação dos profissionais de saúde nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em curso sobre Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa.

Para 2012 as previsões são de continuidade dessa política com a intensificação e ampliação dessa linha de atuação.

a.6) Saúde do Homem

Em 2011 foi dada continuidade à expansão da política de saúde do homem para Municípios que ainda não contavam com essa cobertura, por meio da conscientização para a necessidade de realização de exames periódicos específicos para os agravos mais incidentes no sexo masculino e prioridade para aqueles na faixa etária dos 20 aos 59 anos. Para 2012 a perspectiva é de ampliação do número de Municípios com essa orientação, executada de forma descentralizada, de acordo com o interesse de adesão estadual e municipal.

a.7) Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, Articulado ao SUS, Observando as Especificidades desse Segmento Populacional

Em 2011, primeiro ano de operacionalização da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde, o principal avanço verificado foi a consolidação dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei). Esses órgãos do subsistema de saúde indígena constituem-se em unidades gestoras descentralizadas responsáveis por organizar o atendimento à saúde dessas populações, com área de abrangência definida por características étnicas e pela ocupação geográfica das comunidades específicas.

No mesmo exercício foi implantado o novo modelo descentralizado de gestão em todos os 34 Dsei, sendo que 29 destes já operam como unidades executoras. Para dar suporte a essa forma de gestão, 215 servidores dos Dsei foram capacitados em conteúdos referentes a administração orçamentária e financeira, recursos humanos, logística e licitações.

Ainda em 2011, foi iniciada a recomposição da frota de veículos dos Dsei, com a aquisição de 436 veículos, entre barcos e caminhonetes 4x4, incluindo motores de popa. Esses veículos agilizarão o deslocamento de pacientes e das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI). Outra importante iniciativa do exercício foi o início da realocação dos Dsei, dos Polos Base e das Casas de Saúde do Índio (Casai) para novas sedes, totalizando 33 processos de locação de imóveis em andamento.

Também em 2011 foi iniciada a implementação de um novo modelo de atenção primária, com foco na família indígena, centrado na linha do cuidado, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas de saúde e medicinas tradicionais. Em consequência, foram introduzidos testes rápidos para sífilis e HIV, com cobertura inicial de 46 mil indígenas nos sete Dsei do Estado do Amazonas e nos dois de Roraima.

Na linha de atuação de prevenção de doenças foi realizada campanha de multivacinação cobrindo cerca de 91 mil indígenas aldeados da Amazônia Legal. Ocorreu, no mesmo período, a Oficina Nacional sobre Linhas de Cuidado Integral e Medicinas Tradicionais, que contou com mais de 200 participantes.

A atuação em saúde bucal está beneficiando aproximadamente 71 mil indígenas. A atenção em média e alta complexidade para a população indígena nos Dsei Mato Grosso do Sul e na Casai de Manaus teve sua regulação iniciada em 2011.

A atuação pública em saúde indígena buscou também a melhoria no acesso ao tratamento de hepatites virais para os indígenas do Vale do Javari (AM), com a realização de três manejos clínicos de hepatites virais com 341 indígenas, sendo que os indígenas identificados como portadores de hepatites virais recebem tratamento na Casa de Apoio de Tabatinga (AM).

Com relação ao abastecimento de água em áreas indígenas, em 2011, foram iniciadas 91 obras de implantações e 56 reformas/ampliações.

Para 2012 estão previstas, entre outras iniciativas: i) expansão de testes rápidos para sífilis e HIV aos Dsei ainda não beneficiados por essa ação preventiva; ii) participação na elaboração e assinatura de Contratos Organizativos de Ação Pública (Coap) com os Estados e Municípios que possuem serviços de média e alta complexidade nas áreas de abrangência dos 34 Dsei; iii) implantação da estratégia Rede Cegonha Indígena nos Dsei; iv) implantação do Programa de Prevenção e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e Câncer de Mama nos 34 Dsei; v) ampliação das ações de promoção de segurança alimentar e nutricional nos 34 DSEI; e vi) implantação do Programa Brasil Sorridente Indígena nos demais 31 Dsei.

a.8) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza

Foram priorizados os Municípios com mais de 10% da população em situação de extrema pobreza, em diversas ações estratégicas de saúde. Essa diretriz obteve resultados expressivos em 2011, entre os quais se destacam a realização das seguintes ações em Municípios prioritários do Plano Brasil Sem Miséria:

- A alocação de recursos destinados a cirurgias eletivas tiveram os montantes duplicados;
- Foram implantadas 321 novas equipes de saúde da família, 367 novas equipes de saúde bucal, cadastrados 2.773 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e 103 novos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf);
- Convocação de 2.812 Municípios priorizados para assinarem o Termo de Compromisso para recebimento de incentivo financeiro do Programa Saúde na Escola (PSE), sendo que 2.271 deles assinaram o respectivo termo. Deste quantitativo, 1.298 estão identificados entre os componentes do mapa da miséria;
- Manutenção de 7.709 Equipes de Saúde da Família (ESF) nos Municípios componentes do mapa da miséria, representando 39% a mais que as ESF mantidas em 2010;
- Recebimento de 80 propostas para construção/aquisição de unidades móveis fluviais;
- Foram implantados 336 novos consultórios odontológicos e 51 novos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), adquiridas 100 novas unidades móveis odontológicas e entregues 239,5 mil próteses dentárias;
- Acompanhamento das condicionalidades de 70,2% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF);
- Acompanhamento do desenvolvimento de crianças entre 0 e 2 anos e realização de consultas oftalmológicas com entrega de óculos, entre outras.

Para 2012 a perspectiva é de continuidade dessas linhas de atuação e identificação de novos focos de vulnerabilidade.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

Em 2011 houve avanço no fortalecimento de mecanismos de regulação e de programação nas redes de atenção à saúde, com a aprovação das diretrizes para a elaboração da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (Renases) e da constituição de grupo de trabalho para revisão da política nacional de regulação. No exercício em foco foram realizadas mais de 11 milhões de internações, pouco mais de 307 mil cirurgias eletivas e mais de 1 bilhão de consultas especializadas. Uma série de novas ações foi adotada para aperfeiçoar os procedimentos de média e alta complexidade, dentre as quais se destaca a publicação das Diretrizes sobre a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e do Protocolo Clínico sobre Síndrome Coronariana Aguda, além da ampliação do acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos, com priorização de procedimentos de maior demanda reprimida e financiamento específico por componente.

Para 2012 prevê-se a ampliação do total de procedimentos nesse nível de atenção, esperando-se atingir a marca dos 2 bilhões de atendimentos.

b.1) Transplantes

O Brasil atingiu, em 2011, a posição de maior programa público de transplantes do mundo. Em números absolutos, o quantitativo de transplantes aumentou de 10 mil, em 2001, para 23 mil, em 2011. O índice de relação unitária por milhão de habitantes aumentou de 60,5 em 2001 para 121,4 em 2011. O Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) atingiu 2,5 milhões de doadores cadastrados em 2011 – 70% deles identificados no Brasil. Como suporte para o êxito dos transplantes, toda a medicação imunossupressora é fornecida e financiada pelo SUS. Foi lançado, ainda neste exercício, o Portal dos Transplantes, conferindo mais transparência ao programa. O portal é composto de dados recentes da atividade transplantadora e de informações sobre o tema direcionadas à sociedade, às equipes e aos potenciais receptores em listas de espera.

Para 2012 a previsão de elevação do número de transplantes realizados corresponde a um quantitativo superior em 10% em relação a 2011.

b.2) Sangue e Hemoderivados

Neste ano foram firmados contratos que garantirão o abastecimento de 3 UI/*per capita* – meta internacionalmente recomendada – de fator VIII para hemofilia A, o que proporcionará garantia de regularidade de acesso durante todo o ano de 2012. Essa será uma situação inédita, com fornecimento pleno de medicação a pacientes hemofílicos pelo SUS, possibilitando inclusive a introdução de novas modalidades de tratamento: a profilaxia primária e a imunotolerância. Foram ainda realizadas 109 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH). Com relação à qualificação do plasma para uso industrial, foram qualificados 102 hemocentros, fornecedores de plasma para uso industrial por entidades públicas e privadas. Entre abril de 2010 e setembro de 2011 foram enviados ao laboratório francês parceiro 16 lotes, que correspondem a aproximadamente 125,7 mil litros de plasma para fracionamento e posterior distribuição dos medicamentos hemoderivados ao SUS.

Em dezembro de 2011 ocorreu a inauguração do 1° bloco da planta industrial da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), composto de câmara fria para armazenamento do plasma – matéria-prima a ser fornecida pelos hemocentros, sendo o seu funcionamento aguardado para o segundo trimestre de 2012, após a qualificação de equipamentos, certificação de salas limpas e câmara fria em temperatura ideal e validação dos processos de operacionalização.

Ainda para 2012 está previsto o prosseguimento da construção dos demais blocos do complexo industrial e a aquisição dos equipamentos necessários. Está também prevista para este ano a continuidade do Programa de Qualificação da Hemorrede, com visita a 100 serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País.

b.3) Atenção às Urgências e Emergências

Em 2011, foi realizada revisão da Política Nacional de Atenção às Urgências, o que determinou novos direcionamentos a essa linha de ação. Em consequência, foi lançado o Programa SOS Emergência com definição de 11 portas de entrada hospitalares prioritárias para acompanhamento. Estão sendo realizadas visitas a cada uma dessas portas de entrada, com realização de diagnóstico local. No mesmo ano, o Samu 192 atendeu mais de 114 milhões de pessoas em 1.720 Municípios, correspondendo

a uma cobertura de cerca de 59% da população. Para alcançar esse desempenho contou com 1.931 ambulâncias, 92 motolâncias e 163 centrais de regulação. Com a finalidade de aumentar a cobertura regional do Samu 192, um levantamento nacional identificou 1.500 ambulâncias ainda não habilitadas que haviam sido distribuídas aos Estados e Municípios. Nesse processo, foi mapeada a situação de cada unidade e identificados grupos de problemas, com encaminhamento de soluções para habilitação e remanejamento, quando necessário.

Com relação às Unidades de Pronto Atendimento (UPA), as 139 unidades priorizadas em 2010 apresentaram a seguinte situação em 2011: 117 foram habilitadas para construção, 11 optaram por reforma e 11 desistiram da habilitação. Das 117 habilitadas para construção, 112 já receberam recursos para iniciar as suas obras. Foram inauguradas, em 2011, 31 UPA. Encontra-se em andamento processo de seleção para habilitação, com meta de se chegar a 199 unidades habilitadas.

Por fim, destacam-se o credenciamento, em 2011, de 1.109 leitos de UTI em todo o Brasil e a seleção de dez portas de entrada hospitalares que deverão ser qualificadas em 2012.

Ainda no âmbito da atenção às situações de urgências e emergências, em 17 de novembro de 2011 foi publicado o Decreto nº 7.616, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde. Esse decreto normatiza a atuação do Governo Federal em ocorrências que demandem o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde coletiva, tais como emergências epidemiológicas, com destaque para o surgimento de epidemias; desastres ambientais; e desassistência à população. No âmbito do Ministério da Saúde, em dezembro de 2011 foi publicada portaria que estabelece os fluxos e procedimentos para a operacionalização setorial e foram ainda cadastrados profissionais para acionamento imediato, quando necessário.

Para 2012 será dada continuidade às ações que potencializem a atuação em saúde em situações de risco coletivo.

b.4) Atenção Domiciliar

Em 2011 foi implantado o programa Melhor em Casa, com o objetivo de ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS. Por meio dessa iniciativa o Governo Federal programa, até 2014, a cobertura de mil equipes de atenção domiciliar e 400 de apoio atuando em todo o País.

Cada equipe multidisciplinar será formada prioritariamente por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e fisioterapeutas, e poderá atender, em média, 60 pacientes por mês. O objetivo é levar atendimento médico às casas de pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. Entre os resultados obtidos em 2011 destacam-se as 209 equipes cadastradas.

Como previsão para 2012 tem-se a expectativa de implantação de 250 equipes de atenção domiciliar e mais 100 equipes de apoio em todas as regiões do País.

Outra iniciativa com expectativa de resultados para 2012 é o desconto na tarifa de luz para pacientes em tratamento domiciliar que precisarem de equipamentos que necessitam de energia elétrica. Para ter direito ao benefício a família deve estar inscrita no Cadastro Único do Governo Federal para programas sociais. O desconto será pelo período em que o paciente necessitar dos equipamentos.

b.5) Política Nacional de Assistência Oncológica

No último exercício houve compromisso para fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e Mama. Para a qualificação dos investimentos na área foi efetivada uma força-tarefa que realizou levantamento da situação dos mamógrafos em todo o território nacional. Foi aberta consulta pública sobre o Programa Nacional de Qualificação da Mamografia, para que, em 2012, sejam orientados os investimentos de R$ 14 milhões em atividades de apoio às unidades da Federação. Ainda em 2011, foram investidos, aproximadamente, R$ 125 milhões para implementação de centros radiológicos, serviços de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras do câncer de colo de útero e serviço de diagnóstico de câncer de mama. O número de procedimentos oncológicos atingiu, em 2011, 27,8 milhões e o número de cirurgias, 94 mil. Em 2011 foi sancionada a nova Lei do Fumo que estabelece critérios de restrições ao hábito do tabagismo. Foram também realizadas ações de prevenção ao tabagismo, tendo sido atendidos 153.177 fumantes em 2.305 unidades do SUS. A taxa de cessação obtida foi de 60% após quatro semanas de tratamento.

As previsões para 2012 apontam para a implantação de cinco novos serviços de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras, dez unidades de diagnóstico de câncer mamário e atualização de oito equipamentos de radioterapia. Com relação ao tabagismo a expectativa é de manter a redução de prevalência de fumantes e atingir uma taxa de 14,1%.

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

O Governo tem buscado incentivar a produção científica com potencial de utilização no Sistema Único de Saúde. As chamadas públicas de apoio a eventos científicos em saúde têm como principal objetivo promover o intercâmbio entre pesquisadores e gestores, além de incentivar a disseminação e a incorporação de novas tecnologias e conhecimentos na área de saúde. Em 2011, foram apoiados 41 projetos de eventos públicos de disseminação de conhecimento. Além disso, o Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS recebeu 486 inscrições. Os trabalhos foram avaliados, na primeira fase, por cerca de 160 pareceristas *ad hoc* e, na segunda fase, por uma Comissão Julgadora.

Com o lançamento em 2011 de ferramenta eletrônica de gestão para acompanhar as etapas das pesquisas clínicas realizadas no Brasil – recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) para criação de plataformas nacionais de registros primários de ensaios clínicos em países com competência científica e tecnológica – foi estabelecida uma base nacional e unificada de registros de pesquisas com seres humanos. Ela permitirá que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios, além de disponibilizar dados e informações que dispensem documentos em papel, reduzindo o tempo de acesso à versão atualizada dos projetos. Essa plataforma permite o acesso de qualquer pessoa dentro e fora do País, oferece informações em pelo menos dois idiomas, dotando o sistema de comunicação plena com outros registros acumulados em instrumentos semelhantes.

Foram realizadas, ainda, 65 deliberações sobre incorporação ou ampliação de uso de tecnologias no SUS. Essas deliberações constituem-se em recomendações científicas indicadas para a adoção de novas tecnologias. Para o ano de 2012, estão previstas outras ações para fortalecimento do processo de incorporação de tecnologias no SUS, com vistas a acompanhar o processo dinâmico de inovação em saúde.

d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Produtivo da Saúde Voltados para a Redução da Vulnerabilidade do Acesso aos Serviços e à Assistência Farmacêutica

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), que contemplam transferências de tecnologia e produção local entre laboratórios públicos e privados, são consideradas o principal avanço obtido no âmbito do complexo produtivo de ciência,

tecnologia e inovação em saúde. Até o final de 2011, foram aprovadas 32 PDP, que representam compras anuais do SUS de cerca de R$ 2,0 bilhões e com a expectativa de gerar economia anual de R$ 400 milhões para os cofres públicos. Nesta iniciativa estão envolvidos dez laboratórios públicos e 22 privados para a fabricação de 30 produtos finais – sendo 28 medicamentos, o DIU e um Teste Rápido de Diagnóstico. Destaca-se que, deste conjunto de PDP, seis estão em fase final do processo de regulação para a disponibilização pública. Ainda no contexto da otimização do uso estratégico do poder de compra da Saúde, evidenciado com as PDP, registrou-se a economia no ano de 2011 do montante de R$ 1,7 bilhão, gerada por ganhos de eficiência advindos das negociações de preços de medicamentos de alto custo, a exemplo das prescrições oncológicas, para artrite reumatoide e algumas vacinas.

No sentido de fortalecer e modernizar o parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos, destacou-se neste exercício o investimento direto nos produtores públicos para regulação do mercado de medicamentos e insumos estratégicos para o SUS. Nesse sentido, em 2011 foram aprovados 28 projetos, perfazendo o montante de R$ 60 milhões, com destaque para a ampliação da fábrica de preservativos em Xapuri, no Acre, e a implantação da Bahiafarm. No mesmo ano, a inserção do Brasil no contexto das vacinas globais se deu por meio da proposta de desenvolvimento e produção das vacinas pentavalente e heptavalente. No campo das doenças negligenciadas, em 2011 o Brasil assumiu a responsabilidade de viabilizar a produção local para abastecimento mundial do medicamento e fármaco para doença de Chagas – Benzonidazol –, tendo em vista que o único produtor existente retirou esse produto do mercado. Com o objetivo de articular projetos de desenvolvimento de fármacos na área de oncologia, abrangendo desde a etapa laboratorial até a de testagem, para atender às demandas do SUS, foi instituída a Redefac (Rede Nacional de Desenvolvimento e Inovação de Fármacos Anticâncer). A proposta da Redefac é estabelecer uma plataforma gerencial que permita o acesso às novas tecnologias farmacêuticas nacionais de origem pública e viabilizar o uso clínico e a exploração comercial dessas inovações.

Estão previstas para o ano de 2012, entre outras ações para fortalecimento do processo de incorporação de tecnologias no SUS:

- Utilização de instrumentos de gestão do conhecimento, como a prospecção e a vigilância tecnológica, entre outros, que possibilitem acompanhar as evoluções e mudanças tecnológicas e conhecer os impactos possíveis ou prováveis no campo da incorporação de tecnologias no SUS.
- Detecção de novas tecnologias, visando à antecipação de demandas de estudos aos grupos e instituições de pesquisa e à articulação com outros Ministérios, instituições e demais atores do sistema de inovação para estabelecer programas conjuntos.
- Capacitação permanente e dinâmica de recursos humanos, conforme as necessidades presentes e aquelas percebidas a partir da análise de tendências baseadas nas pesquisas, nos avanços científicos, tecnológicos e nas inovações.
- Articulação de forma sistemática com grupos e instituições de ciência e tecnologia, induzindo ou demandando ações e estudos ou pesquisas que fortaleçam a análise de tecnologias, novos produtos e novos processos que apresentem maior grau de incerteza quanto aos impactos na sociedade e nas pessoas.
- Fortalecimento de redes de avaliação de tecnologias em saúde em hospitais de ensino.
- Elaboração e atualização dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, como forma de aperfeiçoamento da atenção integral e utilização racional dos recursos.
- Ampliação da participação da sociedade por meio de consultas e audiências públicas para contribuir para aumentar a legitimidade e dar mais respaldo aos processos de análise para a incorporação de tecnologias.

- Aumento da transparência na atuação, tornando mais fácil o acesso público às informações, às análises e aos pareceres que motivam as decisões sobre incorporação e exclusão de tecnologias.

e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do SUS

A implantação e manutenção de Farmácias Populares nas modalidades rede própria e parceria com farmácias e drogarias privadas é uma das linhas de ação para ampliar o acesso a produtos de prescrição medicamentosa com garantia de menor preço ao usuário. Até 2011 foram implantadas 555 Farmácias Populares na modalidade rede própria e mais de 20,2 mil em parceria com farmácias e drogarias. Atualmente, essas unidades atendem mais de 3,5 milhões de pessoas por mês, disponibilizando todo o elenco de medicamentos prioritários para o SUS. Um destaque em 2011, no âmbito do programa Saúde Não Tem Preço, foi a garantia da gratuidade de medicamentos indicados para 2.697.152 pacientes em tratamento da hipertensão e 990.453 em tratamento de diabetes, o que representa crescimento anual equivalente a 309% dos hipertensos e 223% dos diabéticos atendidos pelo Saúde Não Tem Preço no Programa Aqui Tem Farmácia Popular. O elenco de medicamentos disponibilizados na rede própria compreende 115 itens, além do preservativo masculino.

No âmbito da assistência farmacêutica para a atenção básica, entre as metas alcançadas no ano de 2011 destaca-se a execução de 100% da descentralização dos recursos financeiros do componente básico da assistência farmacêutica, favorecendo a operacionalização da aquisição de medicamentos e proporcionando o acesso da população usuária do SUS aos medicamentos destinados a esse nível de atenção à saúde.

Nesse mesmo exercício, foram adquiridos medicamentos e insumos estratégicos, de forma a garantir e ampliar a lista de medicamentos com responsabilidade de compra federal. O atual elenco disponibilizado garante o acesso aos medicamentos de programas estratégicos, como Programa de DST/Aids, Sangue/Hemoderivados, Alimentação/Nutrição, Endemias Focais, Combate ao Tabagismo, Saúde da Mulher, Hanseníase, Lupus, Tuberculose e Tuberculose Multidroga Resistente. Em tal componente da assistência farmacêutica foram atendidas, em 2011, 217 mil pessoas que vivem com HIV/Aids; 16 mil pacientes do Programa de Coagulopatias; 343 mil pacientes do Programa de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional de Câncer (Inca); além de 74 mil pacientes portadores de tuberculose e três mil de tuberculose multidroga resistente. Também foram adquiridos 12 medicamentos para atendimento de 49 mil pacientes portadores de hanseníase, sendo que seis são doados mundialmente pela Organização Pan Americana da Saúde (Opas/OMS).

Em relação ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Ceaf), foram desenvolvidas as seguintes ações: garantia do acesso aos medicamentos de aquisição centralizada, sem interrupções no fornecimento; e ampliação considerável do acesso aos medicamentos de aquisição centralizada do Ceaf.

Com a finalidade de garantir assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos, estão sendo capacitados 2 mil farmacêuticos em Gestão da Assistência Farmacêutica em Fitoterapia, e foram apoiados 15 Municípios, com aquisição de materiais e equipamentos para farmácias e custeio para capacitação de profissionais de saúde e orientação aos usuários do SUS, de forma a constituir uma rede de Municípios promotores dessa modalidade terapêutica.

As perspectivas para 2012 são:

- Ampliar o acesso aos medicamentos do componente especializado e aos medicamentos essenciais no âmbito da Atenção Básica, incluindo os medicamentos fitoterápicos e homeopáticos.
- Qualificar a estruturação dos serviços de Assistência Farmacêutica nos Municípios.

- Realizar a aquisição centralizada das insulinas e dos medicamentos e insumos dos programas de Saúde da Mulher, de Calamidade Pública e de Saúde no Sistema Penitenciário.
- Dar continuidade às ações de aquisição de medicamentos do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica.
- Credenciar mais 5 mil estabelecimentos no Aqui Tem Farmácia Popular.
- Incluir todos os medicamentos do elenco da rede própria no sistema de autorizações do Aqui Tem Farmácia Popular, para evitar aquisições duplicadas e garantir o acesso a um maior número de pacientes e o uso racional dos medicamentos.
- Ampliar o acesso a medicamentos para mais 432 Municípios abrangidos pelo Brasil Sem Miséria.

f) Redução dos Riscos e Agravos à Saúde Por Meio das Ações de Promoção e Vigilância

O perfil de morbimortalidade da população brasileira tem apresentado mudanças significativas nos últimos anos. Os registros epidemiológicos mostram: tendência de queda em doenças como tuberculose, hanseníase, esquistossomose, Aids, malária e meningite; continuidade da interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo desde o ano 2000 e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo seu principal hospedeiro; além de tendências de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos.

No combate à malária constata-se a redução do número de casos na região Amazônica em 24,6%, no período de janeiro a dezembro de 2011, quando comparado com o mesmo período de 2010. Houve também uma redução de 14,8% do número de internações por malária na região Amazônica, de janeiro a novembro de 2011, em relação ao mesmo período de 2010. Em 2011, foram efetivadas a aquisição e instalação de 1,1 milhão de mosquiteiros impregnados com inseticida de longa duração para o controle da malária em 47 Municípios dessa região.

Em relação às doenças relacionadas e perpetuadoras da pobreza, dentre outras atividades desenvolvidas para o enfrentamento deste grupo de doenças, destaca-se a qualificação da abordagem integrada para as ações de controle e eliminação da hanseníase e outras doenças negligenciadas, com a definição de incentivo financeiro às unidades federadas, dando prioridade para a população escolar das áreas de extrema pobreza, no sentido de fortalecer as ações do Plano Brasil Sem Miséria.

Com relação à esquistossomose foram realizados 251,6 mil exames e 9,7 mil tratamentos.

O controle da tuberculose, iniciativa prioritária do Governo Federal desde 2003, apresentou resultados expressos na tendência de queda anual dos casos novos, passando a taxa de incidência de 38,8 por 100 mil habitantes (2008) para 37,7, em 2010. Desde 2009, permanece a sustentabilidade do alcance da Meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), quando a taxa de mortalidade por tuberculose atingiu 2,5 por 100 mil habitantes.

Dados epidemiológicos demonstram que a epidemia de Aids no País é estável e concentrada em populações com certas vulnerabilidades, com predominância entre homens via transmissão sexual. Para enfrentar esse desafio, ações governamentais específicas vêm sendo empreendidas com prioridade para a população mais jovem, com idade entre 13 e 24 anos, na qual se identifica maior vulnerabilidade.

A ação governamental de prevenção e controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) garante a proteção do indivíduo e o acesso dos portadores do HIV aos medicamentos antirretrovirais disponibilizados pelo SUS por meio da rede pública. Na área da prevenção dessa doença, foram distribuídos 322,5 milhões de preservativos masculinos. Em 2011, foi realizado

um quantitativo de 3,5 milhões de testes rápidos para diagnóstico do HIV, ampliando o acesso à testagem e incentivando a realização de novos testes. Com relação à sífilis, no mesmo ano foram adquiridos 350 mil testes rápidos de triagem produzidos no País, disponibilizados à população nos serviços de atenção básica e nos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA). Desse total, 100 mil foram destinados à testagem de gestantes.

A ação governamental em saúde tem avançado na detecção e tratamento das hepatites virais. O aumento gradual do número de pessoas em tratamento atingiu, em 2011, cerca de 25 mil portadores de hepatites B e C. Para potencializar essa linha de atuação foram disponibilizados 3,6 milhões de testes rápidos de triagem das hepatites para os Centros de Testagem e Aconselhamento. No mesmo exercício ocorreu também a ampliação do grupo-alvo beneficiado com a vacina contra hepatite B para a faixa etária de 20 a 24 anos e a qualificação das ações de vigilância e prevenção das hepatites virais.

Corroborando o compromisso de erradicar o sarampo do continente sul-americano, em 2011, foi realizada mais uma versão da campanha nacional de seguimento no período de 18 de junho a 30 de setembro, com a aplicação da vacina tríplice viral. Nessa campanha, a meta de cobertura vacinal foi superada, com a vacinação de 17 milhões de crianças de 1 a 6 anos de idade, o que corresponde a 98,3% de cobertura vacinal no País.

As medidas de controle da dengue levaram a uma redução de 25,9% nos óbitos e de 39,3% nos casos graves por dengue até dezembro de 2011, quando comparado com o mesmo período de 2010. Houve também a instituição de incentivo financeiro, no valor de R$ 92,7 milhões destinados à qualificação das ações de controle da dengue em 1.158 Municípios, beneficiando 116,5 milhões de habitantes.

Em 2011, ocorreu a habilitação de nove Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, sendo três no Paraná, dois no Espírito Santo, um no Rio de Janeiro, um em Roraima, um em Minas Gerais e um no Pará, totalizando 199 centros no País. Esses centros têm a responsabilidade de operacionalizar os princípios, as diretrizes e as estratégias para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador.

Em relação à Vigilância em Saúde Ambiental, em 2011, foram definidos os padrões de potabilidade da água para consumo humano. Dentro dos parâmetros determinados, verificou-se o aumento do número de Municípios realizando vigilância da qualidade da água para consumo humano de 87%, em 2010, para 89%, em outubro de 2011, e a diminuição da subnotificação das intoxicações por agrotóxicos de 7.277, em 2009, para 2.107, em 2011.

Na área de Promoção da Saúde destaca-se, no mesmo ano, o apoio a cerca de 580 Municípios para desenvolvimento de ações de promoção da saúde, prevenção de violência e acidente de trânsito, com o aporte financeiro de R$ 22 milhões; a implantação do Projeto Vida no Trânsito em cinco capitais brasileiras, dentro do Projeto Global Segurança no Trânsito, implantado em dez países.

Um grande destaque no âmbito da promoção da saúde em 2011 foi a elaboração e divulgação do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (2011-2022), o qual foi apresentado na Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU).

Como reflexo da atuação interministerial em prevenção da violência doméstica, sexual ou outras violências, houve a ampliação do número de Municípios que vêm realizando notificação nesse campo de 26,9%, em 2010, para 32%, em 2011.

Em dezembro de 2011 o Ministério da Saúde assinou acordo com a entidade representativa da indústria alimentícia no sentido de reduzir gradualmente a adição de sódio em 16 categorias de alimentos.

Alinhado com o moderno conceito de Saúde e Diplomacia, o poder público federal fortaleceu suas atividades de cooperação internacional, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores. Nesse contexto, merece destaque, em 2011, a realização da Conferência Mundial Sobre Determinantes Sociais da Saúde, organizada em conjunto com a OMS e que teve a participação de chefes de Estado de mais de 80 países.

Em 2011 houve a ampliação do grupo-alvo beneficiado com a vacina contra hepatite B para a faixa etária de 20 a 24 anos, o que corresponde a 87 milhões de doses oferecidas. Também observou-se a ampliação do grupo-alvo da vacina contra *influenza* para crianças de 6 meses a até 2 anos, gestantes, indígenas e trabalhadores de saúde. A cobertura global atingida para esses grupos populacionais foi de 84%. A Campanha Nacional de Seguimento em menores de 5 anos com a vacina tríplice viral atingiu a cobertura vacinal de 98,3% no País, correspondendo à vacinação de 17 milhões de crianças. Até o final de 2011 cerca de 58% de Municípios estão com 95% de Cobertura Vacinal de Tetravalente, parâmetro ideal definido pelo Programa Nacional de Imunizações. Os estudos para a introdução de novas vacinas (Hepatite A e Vacina contra Papiloma vírus Humano – HPV) foram concluídos em dezembro desse ano, e foi iniciada a análise de factibilidade orçamentária para introdução dessas novas vacinas a partir de 2013. No âmbito da prevenção e controle de doenças e da promoção da saúde, entre as perspectivas para 2012 destacam-se as seguintes proposições:

- Introdução da vacina Pentavalente na população com menos de um ano de idade com a cobertura de 95%;
- Ampliação da cobertura vacinal para cobertura máxima das populações-alvo e introdução de novas vacinas de acordo com as necessidades epidemiológicas;
- Ampliação da taxa de cura de 82% dos novos casos de tuberculose pulmonar bacilífera;
- Redução da incidência parasitária anual por malária na Região Amazônica para 11,7;
- Redução a zero do número de casos de raiva humana transmitida por cães;
- Redução da incidência de Aids, passando de 20,1/100.000 habitantes para 19,7/100.000 habitantes;
- Ampliação para 50% da cobertura de testes de sífilis durante a gestação e o parto;
- Ampliação para 35% do número de amostras realizadas para os parâmetros coliformes total e turbidez;
- Alcance da meta de 40% de Municípios que notificam a violência;
- Ampliação da capacidade de investigação do óbito infantil e fetal para 50%;
- Ampliação da capacidade de investigação dos óbitos maternos e de mulheres em idade fértil para 85%;
- Apoio à implantação de 2 mil Academias da Saúde em todas as regiões;
- Ampliação em 50% do número de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), desenvolvendo ações de vigilância em saúde desse segmento, e habilitação de dez novos Centros, voltados prioritariamente para a população rural;
- Foco em 989 Municípios prioritários para o enfrentamento da dengue.

g) Vigilância Sanitária

Com finalidade de conferir mais agilidade ao registro de medicamentos de interesse estratégico do SUS, em 2011 foram estabelecidas novas regras para os procedimentos de acompanhamento, instrução e análise dos processos de registro e pós-

registro desses medicamentos resultantes de desenvolvimento ou de transferência de tecnologia. Essa iniciativa foi viabilizada por parcerias públicas e privadas caracterizadas por parâmetros predefinidos, de forma a agilizar a atualização da terapêutica medicamentosa prescrita no âmbito do SUS, reduzir o gasto federal nas compras de medicamentos, além de estimular a pesquisa e indústria nacionais. Os resultados dessas parcerias terão impactos importantes na redução dos gastos do Governo com medicamentos, contribuindo para a ampliação do acesso dos usuários a esses produtos. As parcerias entre sete laboratórios oficiais e dez indústrias privadas para produzir 24 medicamentos resultaram em 2011 em economia média de R$ 160 milhões.

Um resultado concreto dessa estratégia foi a redução em cerca de 56% do tempo usual de registro de medicamento para o tratamento de pacientes transplantados, possibilitando maior rapidez no acesso da população aos medicamentos estratégicos disponibilizados pelo SUS.

A partir de 2011, os medicamentos estratégicos para o SUS passaram a ter um tratamento prioritário na sua liberação de uso público. Com isso foi facilitada a chegada de novos fármacos ao mercado, especialmente aqueles que têm maior importância nas políticas públicas de saúde. Um dos resultados deste esforço foi a redução em 36% do tempo da primeira manifestação para o registro de medicamentos de doenças órfãs e negligenciadas que fazem parte de programas estratégicos de Governo (leishmaniose, malária, hanseníase, doença de Chagas e tuberculose) e de vacinas que integram o calendário do programa nacional de imunização.

Em 2011, foram aprovados 164 registros de medicamentos genéricos, sendo 12 moléculas inéditas incluindo drogas para o tratamento de câncer, leucemia, diabetes e hipertensão.

No âmbito da vigilância de portos, aeroportos e fronteiras, com finalidade de garantir o controle sanitário desses ambientes em todo o País, ações abrangeram a vigilância da infraestrutura desses locais, dos meios de transporte, da integridade dos viajantes e dos produtos e serviços, atuando de forma conjunta com outros órgãos do Governo, como o Departamento de Polícia Federal, a Receita Federal do Brasil e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A atuação pública da regulação em saúde concentra-se no controle sanitário para entrada, trânsito, operação e permanência de embarcações em território brasileiro.

A partir de um total de 67 postos de vigilância sanitária situados em portos, aeroportos e fronteiras, foram inspecionadas as condições de uso de 15.853 meios de transportes (aeronaves, embarcações, ônibus e caminhões), 1.972 pontos na área de meio ambiente (qualidade da água para consumo humano, gerenciamento de resíduos sólidos e climatização) e 1.219 serviços de alimentação (restaurantes e comissarias).

A fiscalização sanitária da circulação de produtos de interesse para a saúde pública, ao avaliar pontos críticos do processo de importação e exportação com relação às condições de transporte, armazenagem e distribuição revelou possibilidades de redução ou eliminação de riscos sanitários inerentes a cada etapa da movimentação dos produtos, com finalidade de ofertar segurança de consumo à população. Em 2011, foram inspecionadas 18.484 embarcações; 72.468 aeronaves; 36.419 meios de transporte terrestre; 11.901 empresas prestadoras de bens e serviços sob vigilância sanitária; 35.541 áreas portuárias e aeroportuárias; e 313.240 produtos importados sob vigilância sanitária.

Com a finalidade de proteger a saúde dos viajantes em trânsito pelas áreas portuárias, aeroportuárias e de fronteiras, monitorando a segurança sanitária das pessoas que entram e saem do País, em 2011, foram atendidos 256.692 viajantes e fornecidas informações a 293.578 usuários do Sistema de Informação de Portos, Aeroportos e Fronteiras.

Ainda nesse ano foram regulamentados os procedimentos e parâmetros de funcionamento das comunidades terapêuticas e instituições da sociedade civil que prestam relevante serviço para a mitigação da vulnerabilidade social de usuários e dependentes de drogas – com maior destaque ao processo de enfrentamento do abuso/dependência do crack. Essa regulamentação traz requisitos mais adequados à realidade das comunidades terapêuticas e exigências necessárias para a adequação do seu funcionamento, com finalidade de elevar a possibilidade de recuperação dos dependentes de forma segura e qualificada.

A aproximação da ocorrência de eventos de massa no território nacional, com repercussão mundial, ao mesmo tempo em que representa grande oportunidade para o desenvolvimento do País constitui-se em desafio que exige planejamento e convergência de esforços dos setores público e privado. O poder público tem concentrado ações prioritárias de intervenção nesses eventos para garantir a oferta de alimentos seguros ao consumo e minimizar a repercussão negativa de eventuais surtos alimentares durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Os resultados desse projeto, todavia, terão efeitos prolongados em termos de saúde pública e, portanto, incluem-se no rol dos legados públicos associados à realização desses eventos no Brasil.

Com relação aos saneantes, produtos usados na limpeza, desinfecção, desinfestação e conservação de ambientes, a regulação da sua circulação pública tem sido realizada de forma remota, possibilitando tanto a correção de inconsistências de formulação e rotulagem quanto o cancelamento das notificações de produtos por não conformidade. Nesse aspecto, foram canceladas em 2011 mais de 600 notificações indevidas. Além dessa verificação virtual, as empresas que corriqueiramente apresentam irregularidades têm sido inspecionadas para orientação e controle da produção. Foram realizadas seis ações *in loco* em empresas com produção de representatividade nacional dos cerca de 36 mil produtos saneantes regularizados pela Vigilância Sanitária.

Entre as perspectivas para o ano de 2012, destacam-se a realização de programas de monitoramento dos glicosímetros, dispositivos médicos para apontar a medição aproximada da concentração de glicose no sangue, usado por expressiva faixa da população que sofre de diabetes.

Está prevista também a intensificação da avaliação da qualidade das próteses ortopédicas implantáveis. Por se tratar de produto de alto risco sanitário, grande impacto na saúde das pessoas que delas necessitam e alto custo financeiro envolvido, com impacto financeiro para o poder público, foi a categoria de produto priorizada para avaliação laboratorial.

Está prevista, da mesma forma, a ampliação desse tipo de avaliação para os demais produtos considerados estratégicos para a saúde pública, tais como mamógrafos, aparelhos auditivos, marca-passos e outros.

h) Políticas de Alocação, Desenvolvimento e Democratização das Relações de Trabalho dos Profissionais e Trabalhadores da Saúde

Em 2011, o desenvolvimento da educação profissional foi centrado na qualificação dos processos formativos voltados para as necessidades do SUS. Para o desenvolvimento desta política contou-se com uma rede de 36 Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), criadas com a finalidade de qualificar/formar os trabalhadores inseridos no setor Saúde. Nesse mesmo ano, foram capacitados 3.986 profissionais de saúde em atuação no SUS e apoiados com financiamento federal cerca de 70 mil profissionais de saúde atuando em secretarias estaduais e municipais de Saúde. De forma semelhante, foi apoiado o projeto da Rede de Escolas Técnicas do SUS; realizada a complementação do Curso de Capacitação para

as Parteiras do Estado do Amapá, beneficiando 1.600 profissionais; apoiada a Associação de Amigos do Autista, para a realização de três eventos beneficiando 180 profissionais com atuação específica para esse segmento da população.

No âmbito da Política de Educação Permanente, nesse exercício ocorreu a iniciativa de pactuação com os Estados e Municípios para a transferência de recursos, na modalidade fundo a fundo, para que sejam aplicados em educação técnica que irá beneficiar 157 mil profissionais.

Com relação à formação profissional, em 2011, foi disponibilizado apoio à formação de profissionais em nível de graduação e pós-graduação *stricto e latu sensu* em áreas estratégicas para o SUS, com destaque para o pagamento de 138.416 bolsas de estudo para profissionais de saúde; apoio à formação de médicos residentes, beneficiando 15,6 mil profissionais; apoio a cinco cursos de matriciamento do Programa Pró-Residência, beneficiando 30 profissionais; apoio a 41 cursos específicos de determinados procedimentos, beneficiando 3.518 profissionais; e apoio a programas de residência médica nas regiões Norte e Nordeste, beneficiando 710 profissionais.

Com finalidade de capacitar gestores e gerentes do SUS, para a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços, em 2011, foi fornecida capacitação de gestores, beneficiando 40.582 profissionais; ministrado um curso não presencial, beneficiando mil profissionais; e apoiados três projetos da Universidade Aberta do SUS, beneficiando 3 mil profissionais.

No mesmo ano, foi realizado o Prêmio InovaSUS para valorização de práticas inovadoras de gestão do trabalho em saúde, com 262 iniciativas inscritas. Também foram realizadas parcerias com duas universidades federais para a qualificação de responsáveis pela área de gestão do trabalho e melhoria das condições de trabalho, com finalidade de ampliação dos espaços de negociação em Estados e Municípios.

Para 2012, estão previstas importantes realizações, a exemplo da ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS.

Ademais, o cronograma prevê para 2012 o apoio ao programa de formação de profissionais de nível médio para a saúde, com previsão de benefício a cerca de 65 mil trabalhadores de nível médio em áreas como radiologia, patologia clínica e citotécnica, hemoterapia, manutenção de equipamentos, higiene dental, auxiliar de consultório dentário, prótese dentária, formação inicial de agente comunitário de saúde, vigilância em saúde e enfermagem.

Projeta-se para 2012, ainda, o apoio a 36 escolas técnicas do SUS para reforço de infraestrutura e compra de equipamentos, bem como apoio aos cursos de capacitação técnica. Estima-se também a ampliação do apoio à Política de Educação Permanente nos Estados e Municípios, garantindo-se a continuidade dos projetos que vinham sendo operacionalizados até 2011.

i) Saneamento e Saúde Ambiental para a Promoção da Saúde e Redução das Desigualdades Sociais

O setor saúde atua no controle de doenças causadas pela ausência ou inadequação das condições de saneamento público em Municípios com até 50 mil habitantes e no controle da qualidade da água para consumo humano dos sistemas públicos de abastecimento de água. As localidades de atuação são priorizadas de acordo com parâmetros como interiorização, comunidades rurais, povos indígenas e comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos com precária inserção socioeconômica.

No âmbito do PAC 2, com relação às metas para 2011, foram fundamentais as providências técnicas, legais e administrativas para a regulamentação dos contratos a serem firmados a partir da seleção entre 10.735 cartas-consulta recebidas, das quais 1.582 solicitaram recursos para Sistemas de Abastecimento de Água e 3.924 para Sistemas de Esgotamento Sanitário, incluindo melhorias sanitárias domiciliares, 2.181 para projetos técnicos de abastecimento de água e 3.048 projetos técnicos de esgotamento sanitário.

No âmbito do Brasil Sem Miséria foram distribuídas 6.544 cisternas, sendo 123 em comunidades rurais e oito em aldeias indígenas. Para o ano de 2012 estão previstas a distribuição de 14 mil cisternas, das quais 13 em aldeias indígenas, 140 em quilombos e 222 em comunidades rurais.

Prevê-se para 2012, em consequência das contratações realizadas ao final de 2011, a execução de 1.144 obras de saneamento em 1.116 Municípios com até 50 mil habitantes.

Em 2011, foi aprimorado o controle da qualidade da água para redução da morbimortalidade por doenças de transmissão hídrica, especialmente as diarreias. Entre as ações levadas a efeito, destaca-se o apoio à capacitação, análise e estruturação de laboratórios, assistência técnica e parcerias com as vigilâncias em saúde e sanitária. Em 2011, foram apoiados 15 laboratórios de Consórcios Públicos; 445 Municípios, com capacitação, análises laboratoriais e assistência técnica; realizadas 3 mil análises da água, referentes a 91 aldeias indígenas, 27.363 exames físico-químicos, bacteriológicos e de cianobactérias, em apoio aos Estados e Municípios; apoiados 14 Municípios atingidos por enchentes nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco; além de adquiridas 13 Unidades Móveis de Controle da Qualidade da Água e de equipamentos para 11 laboratórios de Controle da Qualidade da Água.

Outro aspecto relevante é a integração com a política de Governo do programa Água para Todos, dentro do Plano Brasil Sem Miséria, na elaboração do Plano de Ação para Melhorias da Qualidade da Água das cisternas implantadas e a implantar na região do semiárido.

As projeções para 2012 incluem a implantação de cisternas na região do semiárido; estruturação de laboratórios de baixa complexidade em serviços municipais de abastecimento de água, especialmente nas áreas rurais e em comunidades especiais, e a Elaboração do Plano de Ação priorizando os Municípios com ausência de informações no Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano.

j) Gestão Descentralizada e por Resultados

j.1) Participação Social

Com finalidade de fortalecer a democracia participativa e deliberativa no SUS, em 2011, uma das principais linhas de atuação adotada foi a formação permanente de conselheiros e de lideranças sociais do setor saúde em todo o Brasil, tendo sido capacitadas, de forma descentralizada, 43.690 pessoas.

Além disso, destacam-se como iniciativas para a promoção da participação social a capacitação de 12.595 integrantes dos movimentos sociais sobre os direitos em saúde inerentes à cidadania, e de 2.057 gestores e técnicos com foco na promoção de uma maior equidade em saúde para populações em condições de vulnerabilidade, bem como o apoio a 27 unidades federadas, por meio da implantação de Instâncias Estaduais de Promoção da Equidade. No âmbito da participação popular, em 2012, prevê-se a capacitação de 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, agentes comunitários de saúde de endemias, educadores populares e gestores) com atuação em todas as regiões do País.

Para dar continuidade ao processo de inclusão digital, nas suas três dimensões – capacitação de conselheiros, conectividade e infraestrutura dos conselhos de saúde – foram distribuídos para todos os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde 684 computadores adicionais, 853 aparelhos de TV LCD 32" e 853 antenas parabólicas. Esses equipamentos permitem a exibição diária do Canal Saúde e o acompanhamento de informações imprescindíveis ao exercício do controle social e democrático pelos conselheiros. Esse fluxo de informações será ampliado a toda a sociedade por meio de parceria com empresa de comunicação televisiva de alcance nacional. Para 2012, estima-se a expansão do programa de inclusão digital para todos os Municípios brasileiros, com a aquisição de equipamentos de informática e de transmissão televisiva.

O Sistema Cartão Nacional de Saúde tem como finalidade fornecer a base cadastral para a identificação dos usuários das ações e serviços de saúde com base nacional. Em 2011, foram entregues à população 8,1 milhões de cartões (com mídias do Cartão Nacional de Saúde – fase 1), com distribuição em 260 Municípios. Com relação ao Cartão Nacional de Saúde, as previsões para 2012 indicam a implantação e implementação de Agenda de Reformulação Tecnológica em decorrência dos resultados da 14ª Conferência Nacional de Saúde, a implementação do Barramento da Saúde e a reestruturação dos DataCenters – Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ).

Destaca-se também o trabalho desenvolvido pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa), coordenada pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), cujo objetivo é promover a sistematização de informações que subsidiem as políticas de saúde, por intermédio de um processo participativo que envolve cerca 30 instituições nacionais responsáveis pela produção, análise e disseminação de informações em saúde. O processo de trabalho participativo da Ripsa se consubstancia na oferta regular dos Indicadores de Dados Básicos (IDB), de utilidade e qualidade reconhecidas, despertando, inclusive, interesse internacional.

j.2) Ouvidoria e Participação Popular

Em 2011, o acesso da sociedade à Ouvidoria do SUS foi facilitado com a implantação em todo o território nacional do tridígito (136). Para viabilizar a disseminação de informações para a população brasileira foram fornecidos 7.542.815 atendimentos à população, buscando, assim, integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação do SUS, incluindo a descentralização dos serviços de ouvidoria. Com o objetivo de apoiar a implementação de Ouvidorias descentralizadas do SUS (Federal, Estaduais, Distrito Federal e Municipais) e buscando integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação do SUS, foram apoiados 34 entes federados.

No mesmo ano, realizou-se a 14ª Conferência Nacional de Saúde, que contou, nas etapas preparatórias, com 4.375 Conferências Municipais de Saúde e 27 Conferências Estaduais de Saúde. Esse processo resultou em 3.430 participantes na plenária final da 14ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em dezembro.

j.3) Combate ao Desperdício, Transparência e Qualidade da Gestão

Com finalidade de reduzir os gastos com aquisição de insumos estratégicos em, no mínimo, R$ 140 milhões e de racionalizar o tempo entre a solicitação e a publicação dos registros de medicamentos, reduzindo o tempo dos processos de registros, foi firmada parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). O sucesso das medidas recomendadas resultará em uma economia da ordem de R$ 1,7 bilhão.

Em 2011 foi disponibilizado à população o Portal da Saúde com Mais Transparência, formatado em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU). Até abril de 2012 serão tornados públicos os extratos das contas dos Fundos Municipais e Estaduais de Saúde de todos os entes federados.

Ainda no âmbito do combate ao desperdício, em 2011, importantes providências institucionais geraram resultados concretos, a exemplo da publicação da legislação da incorporação tecnológica e de medicamentos e da intensificação dos ressarcimentos pelos planos de saúde, o que resultou em reintegração ao SUS de R$ 82,09 milhões, montante superior ao realizado nos últimos sete anos.

Para 2012 estão previstas a publicação da normatização do Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) e a incorporação dos indicadores nos contratos de gestão firmados com Estados e Municípios. Outra importante iniciativa institucional que está prevista para 2012 é a alteração da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com mecanismos de regulamentação específica para a dispensa de licitação de produtos estratégicos para a saúde. Como também regulamentará a margem de preferência de produtos estratégicos para a saúde.

No sentido de regulamentar aspectos da Lei Orgânica do SUS, no que diz respeito à coordenação interfederativa, a gestão central do SUS coordenou e pactuou, de forma tripartite, a regulamentação da atuação organizada em Regiões de Saúde no SUS, conformada em rede interfederativa de atenção à saúde. Foi também estabelecido, por meio do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, o Contrato Organizativo de Ação Pública (Coap), com a finalidade de estabelecer responsabilidades individuais e solidárias aos entes federativos com relação às ações e serviços de saúde, aos indicadores e às metas de saúde, aos critérios de avaliação de desempenho, aos recursos financeiros que serão disponibilizados, à forma de controle e fiscalização da sua execução e demais elementos necessários à implementação integrada das ações e serviços de saúde.

Em 2011 foi desenvolvido no âmbito do Ministério da Saúde o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS), com finalidade de avaliar o desempenho do SUS nos Municípios, Colegiados Regionais de Saúde, Estados, regiões e no País, demonstrando as condições de acesso e a qualidade nos diferentes níveis de atenção, por meio da análise de indicadores simples e compostos, pactuados entre as três esferas de gestão e atores participantes do controle social. O IDSUS possibilitará traçar um perfil da qualidade da atenção e a geração de subsídios aos gestores municipais, estaduais e federal para o fortalecimento do sistema e a melhoria da qualidade da saúde da população.

As perspectivas para 2012 têm como referência a implementação dos dispositivos do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que dispõe sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde, a articulação interfederativa e a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública (Coap), entre outros.

Com relação à auditoria do SUS, foi possibilitada uma articulação voltada ao desenvolvimento de ações integradas aos componentes estaduais e municipais de auditoria, favorecendo o apoio e a implementação de 119 áreas de auditoria no Sistema Nacional de Auditoria (SNA). Foram encerradas 1.360 ações de auditorias; dessas, 1.001 geraram pedido de recuperação de R$ 210,8 milhões. Atendendo às prioridades de Governo definidas no Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde, ano 2011, concluiu-se os seguintes Relatórios de Auditoria das Forças-tarefas: Mamógrafos, Laboratórios de Citologia e Hospitais Psiquiátricos, para os quais foram realizadas as seguintes atividades: visitados 1.959 estabelecimentos de saúde, com 1.762 mamógrafos identificados; visitados 1.316 Laboratórios de Exame de Citopatologia em 600 Municípios; e 134 Hospitais Psiquiátricos em 122 Municípios.

k) Saúde Suplementar

No ano de 2011, foram definidos os quatro pilares da regulação da saúde suplementar: a integração com o SUS, a informação para o cidadão, a sustentabilidade do setor e o modelo assistencial.

Em relação à integração com o SUS, foram testadas as metodologias para identificação unívoca do beneficiário para a saúde suplementar e aprimorada a forma de ressarcimento ao SUS, com início do desenvolvimento do processo eletrônico. Foram enviados ao Ministério da Saúde R$ 82,9 milhões, arrecadados a título de ressarcimento ao SUS, provenientes de internações hospitalares nos últimos dois anos. Isso representa mais de 80% do que foi partilhado desde 2000, ano de criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Também em 2011, na atuação em informação para o cidadão, foram definidos os critérios para realização de Pesquisa de Satisfação por operadora para apoio ao Programa de Qualificação de Operadoras; bem como procedeu-se à atualização da legislação, à divulgação de súmulas de entendimento e à sistematização dos critérios de atualização do rol de procedimentos médicos.

Foi firmado acordo de cooperação entre o Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para desenvolvimento de programa voluntário de certificação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (OPS). Esse programa representa uma ação estratégica, pois será capaz de se traduzir em melhoria continuada para os usuários e prestadores de serviços dos planos de saúde, permitindo que as empresas conheçam melhor o seu próprio negócio e os consumidores tenham nítida percepção das diferenças nos níveis de qualidade dos serviços ofertados. A certificação será realizada por um organismo credenciado pelo Inmetro, avaliado com parâmetros e indicadores de qualidade assistencial e de satisfação de contratantes e usuários consumidores do plano de saúde, estimando-se estar disponível para cerca de 1.200 operadoras do Brasil.

A sustentabilidade do setor teve avanços em 2011, com o estabelecimento de medidas administrativas e econômico-financeiras direcionadas às pequenas e médias operadoras de planos de saúde. No que se refere ao incentivo à concorrência, foram ampliadas as regras de mobilidade com portabilidade de carências e fortalecida a articulação como sistema brasileiro de defesa da concorrência para identificação de mercados concentrados. Importante iniciativa concretizada em 2011 consistiu na regulamentação de Regras de Adaptação e Migração dos contratos antigos, ou seja, anteriores à legislação de 1998.

Com referência ao modelo assistencial, especificamente a assistência ao idoso, foram criados indicadores sobre atenção a esse grupo populacional. No que se refere à garantia de acesso e qualidade assistencial, foram determinados prazos máximos para atendimento entre a autorização da operadora para exames e procedimentos e sua efetiva realização.

Dentro das perspectivas para 2012 destaca-se a evolução do processo eletrônico do ressarcimento ao SUS, com maiores possibilidades futuras de resultados relativas ao mecanismo de ressarcimento iniciado em 2011.

A conclusão dos estudos sobre alternativas de oferta de assistência farmacêutica ambulatorial para beneficiários do setor de saúde suplementar que sejam portadores de patologias crônicas de maior prevalência, como forma de reduzir o subtratamento, também é um importante resultado esperado para 2012.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

O Censo Demográfico de 2010 registrou, pela primeira vez, a participação majoritária na população de brasileiros que se autoclassificam como negros (50,7%). Esse expressivo contingente experimentou melhorias no acesso à educação, ao mercado

de trabalho e nos patamares de renda e consumo. No entanto, os ganhos na mobilidade social ainda são acompanhados pela persistência das desigualdades raciais, o que demanda um renovado esforço de articulação de iniciativas capazes de neutralizar seus efeitos deletérios sobre o processo de inclusão social vivido pelo Brasil.

Diante de tais constatações, no ano de 2011, a ação do Governo foi marcada por duas dimensões principais: i) avanço na redefinição de prioridades, abordagem de programas e institucionalização da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, graças à entrada em vigor do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; e ii) estímulo à incorporação de novos agentes sociais e econômicos, públicos ou privados, na agenda de promoção da igualdade racial.

a.1) Estatuto da Igualdade Racial

O Estatuto da Igualdade Racial orientou a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), resultando na criação de um programa específico, intitulado Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, bem como na incorporação desses temas em 25 outros programas, totalizando 121 metas, 87 iniciativas e 19 ações orçamentárias, em diferentes áreas da ação governamental. A evidente ampliação desses compromissos na agenda do Governo nos próximos quatro anos motivou a formação de um Grupo de Trabalho que deverá apresentar, até março de 2012, proposições de estratégias para a plena implementação do Estatuto, considerado o novo Plano Plurianual. O GT é composto por representantes de Ministérios com assento no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR): Educação; Justiça; Cultura; Esporte; Desenvolvimento Agrário; Trabalho e Emprego; Comunicações; e Saúde. Além desses, foram convidados os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Meio Ambiente e das Cidades, além das Secretarias de Políticas para as Mulheres e de Juventude.

Ainda em cumprimento a esse texto legal, foi elaborada a proposta do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), com o objetivo de assegurar a descentralização das políticas de forma articulada entre as esferas de Governo. O documento base do Sinapir encontra-se em fase final de avaliação e validação. Como parte desse sistema, foi dada continuidade à expansão do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), que passou a contar com mais 17 Municípios, totalizando 672 adesões nas 27 unidades da Federação.

Os mecanismos de diálogo com a sociedade civil requeridos para a implementação do Sinapir foram fortalecidos. A Ouvidoria Nacional de Promoção da Igualdade Racial buscou ampliar sua atuação, por meio de parcerias que possibilitarão, em 2012, a consolidação de uma rede integrada de atenção a casos de discriminação racial. Para isso, prevê-se a instalação de um serviço telefônico de atendimento a denúncias, ancorado na implantação de Ouvidorias Permanentes nos Estados.

O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) constituiu comissões permanentes e grupos de trabalho, por meio dos quais aprofundou o debate sobre programas e ações governamentais. Isso inclui, por exemplo, as comissões de seleção de projetos em chamadas públicas para iniciativas da sociedade civil e os processos de preparação e realização do Afro XXI – Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes. Assim, em 2011 houve progressos na relação entre o Governo Federal, outras esferas governamentais e a sociedade civil, condição fundamental para que se efetive o Sinapir.

a.2) Campanha Igualdade Racial é pra Valer

A campanha Igualdade Racial é pra Valer, lançada em 2011 – Ano Internacional dos Afrodescendentes –, tem atraído agentes econômicos e sociais para realizar ações concretas que fortaleçam a igualdade racial em diferentes segmentos, com previsão de continuidade no período 2012-2014. A iniciativa contribuiu para aumentar o leque de parcerias dentro e fora do Governo Federal, contando com a adesão de Governos estaduais e municipais.

Para a disseminação da campanha, foram produzidos os selos do Ano Internacional dos Afrodescendentes, utilizado por organizações públicas e privadas, e três publicações temáticas distribuídas em Conferências Nacionais e Internacionais realizadas ao longo do ano: Racismo como Determinante Social da Saúde; Negros e Negras LGBT: construindo políticas públicas para avançar na igualdade de direitos; e Construindo políticas públicas na intersecção entre juventude negra e promoção da igualdade racial. Foi finalizada a edição, para lançamento em 2012, de publicação sobre a participação das mulheres negras na política, em parceria com o Pnud.

a.3) Ações Afirmativas

- **Saúde**

Considerando-se o processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), e tendo em vista o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, foram retomadas as atividades do Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN) do Ministério da Saúde (MS). A realização de balanços anuais da Política, a partir de 2012, foi aprovada no decorrer da 227ª Reunião do Conselho Nacional de Saúde.

Foi assinado, também, Protocolo de Intenções entre o MS e a Seppir, no âmbito da campanha Igualdade Racial é Pra Valer, que prevê ações para os próximos quatro anos, de modo a cumprir o disposto no capítulo sobre saúde do Estatuto da Igualdade Racial.

- **Educação e Cultura**

Em 2011, a adoção de ações afirmativas no acesso ao ensino superior contou com a adesão de 111 instituições de ensino superior, das quais 43% têm cotas específicas para estudantes negros, e por 57 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) com políticas de ações afirmativas em seus vestibulares. Com o intuito de democratizar o acesso ao ensino superior, foram adotadas cotas, bônus, acréscimo de vagas ou uma combinação desses instrumentos.

Entre 2005 e 2011 o Prouni atendeu mais de 900 mil estudantes. A soma de pardos e pretos é de 440.160 bolsistas, que correspondem a 47,9% do total de estudantes atendidos pelo Programa. Isso mostra o papel desta iniciativa na geração de oportunidades educacionais para esse segmento. O total de estudantes indígenas é de 1.403 para o mesmo período, com um percentual de 0,2%.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-AF), ação em parceria entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), está voltado para estudantes de graduação que acessam a universidade em programas de ações afirmativas, com prioridade para jovens negros. Em sua terceira edição (2011-2012), foram concedidas 800 bolsas, distribuídas por 74 instituições em todo o País, sendo 12 institutos federais e 62 universidades. Desde o ano de 2009, 2.200 estudantes foram beneficiados por esta iniciativa.

O edital 2011 do Programa de Extensão Universitária (Proext) incluiu a Promoção da Igualdade Racial como uma de suas 13 linhas temáticas, tendo sido contemplados 23 projetos, com recursos da ordem de R$ 2,2 milhões. O próximo edital tem previsão de lançamento em março de 2012.

O Projeto A Cor da Cultura tem por objetivo a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e o reconhecimento da história e da contribuição da população negra à sociedade brasileira. Resulta da parceria entre a Petrobras, a Fundação Roberto Marinho, a Seppir, o Ministério da Educação (MEC), a Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC) e o Centro de Documentação do Artista Negro (Cidan). Em suas duas primeiras etapas (2004-2006 e 2010-2011), o Projeto produziu séries audiovisuais e recursos didáticos complementares, bem como atuou na formação de educadores das redes públicas e agentes culturais para

utilização do material produzido. Foi formada uma rede de multiplicadores, fortalecida pela parceria com 11 Instituições Formadoras (universidades e ONGs). Em 2011, foram capacitados 3.177 educadores, em 34 Municípios de seis Estados. Além disso, foram produzidas e distribuídas 8 mil unidades de *kits* A Cor da Cultura. A terceira etapa (2012-2013) será ampliada para mais oito Estados, com a meta de envolver 13 mil educadores e agentes culturais.

O Selo Educação para Igualdade Racial foi lançado em 2011, como forma de reconhecer e dar visibilidade aos esforços de implementação da LDB, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Foram agraciadas 16 instituições, entre unidades escolares, secretarias estaduais e municipais, que receberam livros e outros materiais pedagógicos voltados à educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

- **Trabalho e Renda**

No contexto da Agenda do Trabalho Decente, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) constituiu o Subcomitê de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de elaborar novos acordos para a efetivação do Capítulo V do Estatuto da Igualdade Racial, que trata do Trabalho.

Quanto ao setor bancário, cabe mencionar: i) a parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) para o acompanhamento do Programa de Valorização da Diversidade, agora centrado na expansão das formas de recrutamento de pessoal; e ii) a participação do Governo Federal no I Seminário Nacional sobre a Invisibilidade Negra no Sistema Financeiro, que abriu novas possibilidades para a abordagem da igualdade racial neste setor.

- **Igualdade Racial e de Gênero**

A partir de uma parceria entre a Seppir, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o MEC e Universidades Públicas, vem sendo executado o Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), que oferta formação a professores nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, tendo formado 6 mil professores em 2011. Com os mesmos parceiros e a ONU Mulheres, foi realizada mais uma edição do curso a distância em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, com o objetivo de ampliar o conhecimento, entre gestores, de processos que garantam a transversalidade e a intersetorialidade das políticas de igualdade racial. Em 2011, o curso foi ofertado em sete universidades federais (UFMG, UFS, Ufop, UFPB, Ufes, UFPI e UFSM) e uma estadual, na Bahia (Uneb), contemplando 2.650 participantes.

Dado o papel da mídia no enfrentamento dos estereótipos sexistas e racistas que afetam diretamente a mulher negra, o Governo Federal apoiou duas iniciativas: i) o Curso de Gênero, Raça e Etnia para Estudantes e Profissionais de Jornalismo, em parceria com ONU Mulheres, SPM, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Empresa Brasileira de Comunicação (EBC); e ii) o VII Seminário A Mulher e a Mídia, iniciativa do Instituto Patrícia Galvão.

- **Direitos e Cidadania**

No que se refere à situação da juventude negra, foi elaborada uma proposta de Plano de Enfrentamento à Violência no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania. No final de 2011, esta iniciativa inédita do Governo Federal foi debatida por representações da sociedade civil em Conselhos mais diretamente envolvidos com o tema, a exemplo do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial (CNPIR) e Conselho Nacional da Juventude, devendo passar pela validação dos Ministérios no primeiro trimestre de 2012.

Em 2012, as ações de defesa da cidadania serão ampliadas, graças à assinatura do Protocolo de Intenções para cooperação entre a Seppir e o Ministério da Justiça, com o propósito de ajustar políticas públicas e medidas administrativas e incorporar

a perspectiva racial aos campos da segurança pública, da política penitenciária, do acesso à justiça, da política nacional sobre drogas, como também de promover a melhoria do acesso à justiça, conforme prevê o Estatuto da Igualdade Racial.

a.4) Povos e Comunidades Tradicionais

Os povos e as comunidades tradicionais de matriz africana incluem-se na ação governamental por meio, principalmente, da política de segurança alimentar e nutricional. Em 2011, a distribuição de Cestas Alimentares a Grupos e Populações Específicas ocorreu em 22 Estados e atendeu a 13,9 mil famílias de 1.196 diferentes comunidades. O Termo de Cooperação entre a Seppir e a Biblioteca Nacional prevê, ainda, a instalação de bibliotecas temáticas nessas localidades.

Especial ênfase tem sido dada à coleta de informações que subsidiem as ações de Governo. Em 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) concluiu um inventário socioeconômico realizado em 7 mil domicílios de comunidades situadas nas regiões metropolitanas de Belém, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, cujos resultados foram reunidos na publicação intitulada Alimento: Direito Sagrado. Outras informações estão sendo obtidas em seminários com lideranças e a partir do mapeamento, com o apoio da Seppir, de comunidades localizadas nos Estados da Bahia, do Rio de Janeiro, Maranhão e da Paraíba. A organização das demandas dos povos de cultura cigana também requer um levantamento detalhado, em que conste a identificação dos grupos sedentários e as principais rotas dos grupos nômades.

A inclusão de metas e iniciativas relativas a povos ciganos e a comunidades de matriz africana no Plano Plurianual (PPA 2012-2015) sinaliza um avanço importante para a ampliação dos compromissos governamentais para com esses segmentos.

Teve início em 2011 o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável Junto a Povos e Terras Indígenas, executado pela Universidade de Brasília (UnB), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um curso voltado à produção de conhecimentos técnico-científicos aplicados à realidade de diferentes biomas e situações histórico-geográficas dos povos indígenas no Brasil. Seu caráter social e culturalmente inclusivo foi garantido, graças à participação de 14 representantes indígenas de diferentes regiões do País, na condição de conferencistas e de mestrandos. A Seppir firmou um Acordo de Cooperação com o CNPq, por meio do qual destinou R$ 296,4 mil para a concessão de bolsas de estudo.

a.5) Programa Brasil Quilombola

A política para comunidades quilombolas é interinstitucional e intersetorial, o que exige a articulação de esforços entre as três esferas de governo. Em 2011, buscou-se reforçar tais aspectos por meio de Seminários e Oficinas de Ações Integradas do Programa Brasil Quilombola (PBQ), voltados para gestores municipais, estaduais e federais, com atuação nos Estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Sul. Essas atividades resultaram na sistematização de uma metodologia de elaboração de Planos de Trabalho Estaduais.

- **Acesso à Terra**

A certificação das comunidades quilombolas consiste no primeiro passo para a garantia do direito à terra. Em 2011, a Fundação Cultural Palmares (FCP/Minc) abriu 256 processos, dos quais 50 foram concluídos. Na regularização fundiária, dos 1.095 processos em andamento no Incra, 66 foram iniciados em 2011, resultando na publicação

de 15 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), que correspondem a uma área de 190,9 mil hectares e 3.700 famílias quilombolas beneficiadas. No total, foram publicadas nove Portarias de Reconhecimento do Território, relativas a 35.100 ha e 784 famílias.

Em 2011, foi editado o Decreto de Desapropriação por Interesse Social do Território Quilombola de Brejo dos Crioulos (MG), com área de 17.302,61 hectares, onde residem 387 famílias. No que se refere ao Título de Reconhecimento de Domínio, foram beneficiadas as comunidades de Colônia de São Miguel (MS), com 28 famílias e área de 420,681 hectares, e de Preto Forro (RJ), com 12 famílias e área de 90,5403 hectares.

- **Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva**

Foram realizadas ações de estimulo à produção econômica e formação de rede de empreendimentos quilombolas, com o apoio da Seppir e do MTE, por meio do *Projeto Brasil Local*, em parceria com a Cooperativa de Trabalho em Tecnologia, Educação e Gestão (Cooptec) da UFRJ e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Isso permitiu a identificação de empreendimentos quilombolas distribuídos nas cinco regiões, em 11 Estados, 43 Municípios, 105 comunidades, envolvendo recursos na ordem de R$ 15 milhões. Foram ainda contratados 482 agentes de etnodesenvolvimento quilombola.

Em 2011, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realizou uma chamada pública de Assistência Técnica Rural (Ater) Quilombola, como parte do Plano Brasil Sem Miséria, no valor aproximado de R$ 9 milhões. As organizações selecionadas deverão atuar em 69 Municípios do Estado da Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, executando o atendimento individual e coletivo a 5.520 famílias quilombolas. Do total da população beneficiada, as mulheres têm que representar pelo menos 30%. A Seppir e a FCP/MinC serão responsáveis pela elaboração dos conteúdos de capacitação dos 65 técnicos rurais a serem envolvidos na iniciativa.

- **Direitos e Cidadania**

Em 2011, 21.713 famílias quilombolas foram cadastradas no CadÚnico, representando um aumento de 38,6% em relação ao ano anterior, sendo que 14.306 passaram a ser beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). A cobertura do Programa neste segmento teve um incremento de 29,4% em relação a 2010.

- **Infraestrutura e Qualidade de Vida**

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) realizou a seleção de comunidades rurais para a construção de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento. Dessas, foram contempladas 12 comunidades quilombolas e mais 19 poderão ser beneficiadas com projetos similares em novo edital a ser lançado em 2012.

No Programa Água Para Todos, foi estabelecido o Plano de Universalização do Acesso à Água para Consumo Humano no Semiárido, por meio do qual a Funasa pretende atender a 140 comunidades quilombolas até 2013, com sistemas simplificados de abastecimento de água e investimentos estimados em R$ 35 milhões. Em 2012, está previsto o apoio do Ministério da Integração Nacional (MI) na realização de obras de acessibilidade no segmento Vão do Moleque, em Cavalcante (GO), que abriga as comunidades Kalunga.

Com vistas a assegurar o acesso e o uso da energia elétrica para as comunidades quilombolas, o Programa Luz para Todos realizou, no âmbito do Programa Brasil Quilombola, 22.069 ligações, sendo 4.340 na região Norte; 7.997 na região Nordeste; 3.820 na Sudeste; 2.347 na região Centro-Oeste; e 3.565 na região Sul.

a.6) Atuação Internacional

O ano de 2011 foi instituído pelas Nações Unidas como Ano Internacional dos Afrodescendentes, marcando os 10 anos da Declaração e Programa de Ação aprovados na III Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban (África do Sul). Na ocasião, o Governo brasileiro reafirmou a liderança em iniciativas de promoção da igualdade racial.

Nas Nações Unidas, coube à representação brasileira destacar a importância das ações afirmativas em processos de inclusão social, por ocasião da 17ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra (Suíça). Na Reunião de Alto Nível Comemorativa dos Dez Anos da Declaração e Programa de Ação de Durban, o Brasil defendeu a importância do compromisso dos Estados-membros para com o enfrentamento ao racismo e seus impactos nas desigualdades sociais. No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), deu continuidade às negociações para a elaboração de uma Convenção Interamericana contra o Racismo.

A partir da proposição da Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib), o Governo Federal organizou, em parceria com o Governo da Bahia e agências das Nações Unidas, o Afro XXI - Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes, convergindo iniciativas similares ocorridas no continente ao longo do ano. Em Salvador (BA), no mês de novembro, reuniram-se cerca de 2 mil ativistas, acadêmicos e representantes governamentais para avaliar os avanços e desafios da promoção da igualdade racial e definir novos compromissos regionais consignados na Carta de Salvador, de iniciativa da sociedade civil, e na Declaração dos Chefes de Estado.

Outra ação relevante foi a participação do Brasil na aprovação da Convenção nº 189/2011, sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, por ocasião da 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra (Suíça). A aprovação da Convenção tem produzido efeitos importantes no ordenamento jurídico interno, ampliando direitos trabalhistas de cerca de 7 milhões de trabalhadores domésticos, categoria formada majoritariamente por mulheres negras.

O Programa de Formação Complementar e Pesquisa em Direitos Humanos, parceria entre a Seppir e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), contemplou três jovens negras, num total de seis bolsistas beneficiados com estágio de três meses na Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Genebra (Suíça).

Também teve continuidade o projeto Quilombo das Américas – Articulação de Comunidades Afro-rurais, por meio do qual a Seppir e a ABC/MRE apoiaram governos e associações quilombolas do Equador e do Panamá na realização de um estudo participativo, concluído em 2001, sobre a situação e as características das comunidades nos três países. O objetivo é promover a ampliação do acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais e fortalecer redes de cooperação.

O Plano de Ação Conjunto Brasil-Estados Unidos (Japer), iniciado em 2008, prosseguiu sob a coordenação da Seppir e do MRE, agregando do lado brasileiro os Ministérios da Educação, Saúde e Justiça. Entre as ações acordadas para o período 2012-2014, cabe destaque à troca de experiências na promoção da igualdade racial nos grandes eventos esportivos.

b) Política para as Mulheres

O ano de 2011 foi marcado por fatos bastante relevantes no campo das políticas para as mulheres. O principal deles foi a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM), cuja etapa nacional realizou-se de 12 a 15 de dezembro, em Brasília. Tendo como temário "a autonomia das mulheres e igualdade", a 3ª CNPM resultou em uma centena de resoluções aprovadas, que deverão orientar a revisão do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

A preparação da 3ª CNPM envolveu a realização de conferências municipais em mais de 2 mil Municípios, além de conferências estaduais nos 26 Estados e no Distrito Federal, resultando na participação de mais de 200 mil mulheres. Foi realizada também uma Conferência Governamental preparatória, com a participação 269 servidores de diversos órgãos da administração direta e indireta. A etapa nacional da 3ª CNPM envolveu mais de 2.100 delegadas, reunindo cerca de 2.800 participantes.

Com o seu foco de atuação articulado em torno da autonomia e da igualdade, a Política para as Mulheres teve suas ações reorientadas em quatro grandes campos: i) autonomia econômica e social (trabalho, equipamentos sociais e desenvolvimento sustentável); ii) autonomia cultural (educação e cultura); iii) autonomia pessoal (saúde, sexualidade e direitos reprodutivos e enfrentamento à violência); e iv) autonomia política (participação das mulheres em espaços de poder e decisão). Em todos esses campos foi reafirmada a importância do enfrentamento às múltiplas formas de desigualdades vivenciadas pelas mulheres.

b.1) Autonomia Econômica e Social das Mulheres

O Governo, com vistas a assegurar a autonomia econômica e social das mulheres, tem implementado e articulado ações para fomentar: i) a participação das mulheres no mercado de trabalho, com ênfase em ocupações protegidas socialmente; ii) a inclusão produtiva no campo e nas cidades; iii) a ampliação da política de cuidados, estimulando a expansão da rede de equipamentos públicos que contribuam para que as mulheres ampliem seu tempo disponível; e iv) a valorização das trabalhadoras domésticas.

A agenda da garantia de direitos das trabalhadoras domésticas apresentou importantes avanços em 2011. Em 27 de abril – Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica, foi lançado o relatório final do Grupo de Trabalho tripartite instituído pelo Governo para discutir "os impactos socioeconômicos de uma proposta de ampliação dos direitos assegurados aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas previstos na Constituição Federal". Ademais, na 100ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, foi aprovada a convenção 189 da OIT – denominada Convenção sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, acompanhada da Recomendação 201. O Brasil desempenhou destacado papel nesse processo e diversos órgãos governamentais integraram a delegação brasileira, que foi composta também por representantes dos sindicatos de trabalhadoras domésticas do Brasil.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas e instituições, encontra-se atualmente na 4ª edição (período 2011/ 2012). Trazendo como principal inovação a incorporação definitiva das questões de raça nas ações, foi homologada a adesão de 95 organizações, sendo 81 públicas e 14 privadas.

O Programa Mulheres Mil, cuja implantação é operacionalizada por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets), faz parte da estratégia central do Governo de erradicar a pobreza extrema e foi implantado inicialmente em 2007, como projeto-piloto em 13 Estados das regiões Norte e Nordeste. Em 2011, estabeleceu-se a meta de inserir no mercado de trabalho 100 mil mulheres até 2014, por meio da formação profissional e tecnológica articulada, com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Em 2011, tiveram continuidade os programas Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres, Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil e Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, atendendo a diversos Municípios e Estados. Foi, ainda, assinado Protocolo com a Caixa Econômica Federal (Caixa) para promoção ao empreendedorismo das mulheres, com inclusão produtiva no mercado de trabalho e geração de trabalho e renda, por meio do microcrédito produtivo e educação financeira na perspectiva de gênero, atividade que deverá ser desenvolvida em 50 Municípios.

No que diz respeito às trabalhadoras rurais, foi prestado apoio à realização da Marcha das Margaridas, movimento que levou até Brasília cerca de 100 mil mulheres trabalhadoras rurais, representantes de diferentes organizações dos movimentos de mulheres do campo e da floresta.

O Governo deu continuidade ao Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), que visa ao fortalecimento das organizações produtivas de trabalhadoras rurais, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização. Foram apoiados, ainda, ações e programas de desenvolvimento rural específicos para as mulheres. Dentre esses, destaca-se o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que tem o objetivo de assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia e possibilitar acesso às políticas públicas.

Dentre as prioridades para o ano de 2012 encontram-se: i) a articulação e a implementação de ações e políticas que concretizem a autonomia econômica das mulheres; ii) o fortalecimento da interlocução com os Estados e Municípios; e iii) a ampliação do debate sobre as desigualdades entre mulheres e homens, o meio ambiente e o modelo de desenvolvimento, com a organização de atividades preparatórias para a realização da Rio +20.

b.2) Autonomia Cultural das Mulheres

A autonomia cultural deve ser entendida como o pleno desenvolvimento das mulheres de acordo com as suas próprias escolhas. Para isto, é necessário garantir o acesso a uma educação de qualidade e o direito a uma vida livre de preconceitos e discriminações, fomentando uma nova cultura de valores que favoreça comportamentos voltados para a promoção da igualdade de gênero.

O Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE) trata da formação inicial e continuada de professoras e professores da Educação Básica nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, centrando-se no desenvolvimento da capacidade de reconhecer e respeitar a diversidade sociocultural dos vários públicos existentes na escola, consideradas suas identidades, diferenças e especificidades. O GDE representa uma importante ação voltada ao enfrentamento à violência contra as mulheres e à mudança de cultura no que diz respeito às relações de gênero. Em 2011, alcançou 31 mil professoras e professores. Para os próximos quatro anos a previsão é alcançar 140 mil professoras e professores.

O Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça é outra linha de ação no âmbito da política promotora da autonomia cultural das mulheres e já conta com a adesão de 29 universidades públicas federais e estaduais que, entre 2010 e 2011, abriram cerca de 7 mil vagas em todas as regiões do País, em nível de especialização e aperfeiçoamento. O público-alvo são servidores/as dos três níveis da administração pública, integrantes dos Conselhos dos Direitos da Mulher, dos Fóruns Intergovernamentais de Promoção da Igualdade Racial, dos Conselhos de Educação, dirigentes de organismos não governamentais ligados à temática de gênero e da igualdade étnico-racial, além de gestores/as das áreas de educação, saúde, trabalho, segurança e planejamento. Para 2012 está prevista a ampliação da participação e a avaliação e o monitoramento da segunda etapa.

O Programa Mulher e Ciência tem por objetivo estimular a produção científica sobre as relações de gênero no País e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. Um dos incentivos relacionados ao Programa é o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que, em 2011, teve a sua 7ª edição. Este se constitui em um concurso de redações e artigos científicos na área das relações de gênero, mulheres e feminismos e tem como objetivo estimular a produção científica e a reflexão crítica acerca das desigualdades de gênero, considerando as suas interseções com as abordagens de classe social,

raça/etnia, sexualidade e geração. Em 2012 será realizada a cerimônia de premiação e publicado o livro com os resultados da 7ª edição. Ademais, será lançado o 4° Edital de Fomento à Pesquisa em Gênero, Mulheres e Feminismo, iniciando-se o processo de avaliação dos editais anteriores e inserindo-se a sustentabilidade ambiental como uma temática específica.

O Programa de Extensão Universitária (Proext) apoia instituições públicas de ensino superior na elaboração de projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas com ênfase na inclusão social. No edital de 2011, foram apresentados 86 projetos e programas para trabalhar a linha temática "Mulher e relação de gênero", sendo que 51 dessas propostas foram contempladas com recursos no montante de R$ 4,4 milhões. Para 2012, está prevista a ampliação da divulgação do Edital de Seleção das Propostas, buscando aumentar o número de projetos inscritos que promovam a igualdade de gênero.

b.3) Autonomia Pessoal

Garantir uma vida saudável e sem violência é uma das principais condições para que as mulheres possam vivenciar a sua autonomia. No campo da saúde, é importante destacar, além de outras ações, o lançamento da Campanha de Prevenção do HIV/Aids voltada para mulheres jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, das classes C, D e E. Esta campanha ganha ainda maior relevância frente à evolução crescente do número de mulheres infectadas nessa faixa etária, especialmente entre as mais pobres. Dando continuidade ao monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV/Aids e outras Doença Sexualmente Transmissíveis (DST), está sendo realizada a revisão da implementação dos Planos Estaduais, que será concretizada ao longo do ano de 2012. Foram realizadas, em 2011, videoconferências com todos os Estados, buscando identificar a situação atual do desenvolvimento dos respectivos planos, e, também, propostas alternativas.

Em relação ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, concretizou-se, em 2011, a adesão de todos os Estados e do Distrito Federal ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio do Acordo de Cooperação Federativa. Para dar continuidade à política de enfrentamento à violência e garantir a incorporação de programas dos governos federal e estaduais foram redefinidos os eixos do Pacto:

- Garantia da implementação da Lei Maria da Penha;
- Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência;
- Garantia da segurança cidadã e acesso à justiça;
- Garantia dos direitos sexuais, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulher; e
- Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

Nesse contexto, foi iniciado um processo de repactuação junto aos Estados, cuja institucionalidade para a gestão de ações do enfrentamento à violência apresentou importante evolução, valendo destacar a existência, atualmente, de Câmaras Técnicas em 23 Estados. Os primeiros a assinarem o novo acordo foram o Espírito Santo e a Paraíba, que além do compromisso acordado com o Executivo, contou com a pactuação do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Procuradoria Estadual, Defensoria Pública e Federação de Associação dos Municípios.

Para 2012, terá continuidade o processo de repactuação junto às unidades federativas. No intuito de atender às demandas dos novos eixos do Pacto, pretende-se que, além dos órgãos dos governos federal e estaduais, a repactuação conte com a participação efetiva do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Justiça estaduais.

A Segurança Pública Cidadã será uma das prioridades em 2012. Para isso, pretende-se fortalecer as Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam), promover articulações para se criar novas unidades e atuar para que sejam preservadas as atuais delegacias nos Estados. Além disso, será realizado o Encontro Nacional de Delegadas para debater os temas, discursos e práticas empregadas em todo o País.

Em 2011, a Lei Maria da Penha comemorou cinco anos de existência e a sua implementação foi uma das prioridades da estratégia de enfrentamento à violência contra as mulheres. Por essa razão, foram realizadas ações para uma ampla divulgação de seu conteúdo, dentre estas, o Seminário sobre os cinco anos da Lei Maria da Penha, ocorrido em Brasília, no dia 3 de agosto, que reuniu juristas e profissionais de carreiras jurídicas de diversas partes do País, para debater os pontos polêmicos da Lei. Ainda com o intuito de ampliar a divulgação da Lei foi realizado um Ato Show na cidade do Rio de Janeiro, no qual houve o lançamento e a distribuição de 1 milhão de cartilhas de bolso com o conteúdo da Lei Maria da Penha.

Foram assinados três protocolos e acordos de cooperação para parcerias na implementação da Lei Maria da Penha. Merece destaque o protocolo de cooperação para aprimorar a proteção às mulheres em relação à violência familiar e doméstica e promover a punição aos agressores, nos termos da Constituição Federal e da Lei Maria da Penha, firmado em 16 de março de 2011, entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), o Ministério Público Federal (MPF), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPG) e a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (SRJ/MJ).

Durante a V Jornada da Lei Maria da Penha, houve a assinatura de um Acordo de Cooperação entre a SPM, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o Ministério da Justiça e o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), com os objetivos de: i) promover a formação de servidores/as, gestores/as públicos/as e magistrados/as na temática de gênero e de violência contra as mulheres; ii) incentivar e apoiar a criação e o fortalecimento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e outros serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; e iii) participar de programas nacionais que visem à efetivação da Lei Maria da Penha e das ações previstas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Com o objetivo de combater a impunidade em relação à violência contra a mulher, foi assinado, em 2011, um Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os Tribunais de Justiça dos Estados, o Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, o Colégio Nacional de Procuradores Gerais de Justiça e o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais. As ações, a serem realizadas em 2012, serão norteadas pela campanha "Compromisso e atitude no enfrentamento à impunidade e à violência contra as mulheres", que envolverá o sistema de justiça, segurança pública, o Poder Executivo e operadores do direito para enfrentar a impunidade e responsabilizar os agressores e assassinos de mulheres no País.

Ainda em relação a essa temática, foi realizado o III Encontro do Fonavid, em Cuiabá (MT), entre os dias 23 e 25 de novembro de 2011, cujo objetivo foi reunir magistrados de todo o País que atuam em processos referentes à violência contra as mulheres, abordando o assunto Lei Maria da Penha – Um Olhar Crítico Sobre o Tema.

Em razão do Dia Internacional pela Não Violência contra as Mulheres – 25 de novembro – o Governo apoiou a realização da Campanha "Quem ama abraça". A campanha compreendeu a produção, gravação e veiculação nacional de vídeo, com conteúdo alusivo à promoção de uma cultura de paz e pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, que foi veiculado em TVs abertas e fechadas, rádios em todo o território nacional, assim como pela internet, através de portais, *sites* e redes sociais, no período de 20 de novembro a 10 de dezembro de 2011.

O enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres apresentou importantes avanços em 2011, com a elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), marcando o segundo ciclo de políticas públicas brasileiras que enfrentam o Tráfico de Pessoas em suas distintas expressões sociais, políticas e econômicas. O documento do II PNETP encontra-se em fase de consolidação e finalização das propostas realizadas pelos Ministérios envolvidos no assunto. No primeiro semestre de 2011 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal para investigar casos de tráfico de pessoas, tendo o Poder Executivo enviado informações, dados e recomendações sobre políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de mulheres.

A preocupação com uma estratégia de atenção às regiões de fronteira está entre as prioridades para o ano de 2012, tanto em relação à implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas quanto ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Nesse sentido está programado o fortalecimento e a capacitação da rede de serviços na região do Oiapoque, no Amapá, fronteira com a Guiana Francesa, onde foi inaugurada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), em 2011, uma Casa do Migrante, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Ministério de Relações Exteriores. Além disso, será inaugurado o Centro de Atendimento às Mulheres Migrantes em Pacaraima (RO), fronteira com a Venezuela.

Em relação às mulheres em situação de prisão, houve a realização de conferências de políticas para as mulheres nos espaços prisionais, em 2011, de forma a aumentar o acesso das mulheres presas à participação social. Além disso, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial para promover a discussão sobre a reformulação do sistema prisional feminino.

No período compreendido entre 2003 e 2011 houve um significativo aumento do número de serviços especializados, somando 945, atualmente, que estão assim distribuídos: i) 202 Centros de Referência de Atendimento à Mulher; ii) 72 Casas-Abrigo; iii) 360 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; iv) 111 Núcleos de Atendimento à Mulher em Delegacias Comuns; v) 52 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; vi) 58 Núcleos ou Defensorias Especializadas; vii) 48 Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero no Ministério Público; e viii) 42 Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar. Há, ainda, um núcleo de atendimento à mulher na Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu, que atende mulheres que buscam apoio em casos de violência.

Para continuar ampliando a rede de atendimento à mulher em situação de violência serão implementadas, no ano de 2012, dez unidades móveis em todo o País, com o objetivo de fixar um modelo de atendimento multidisciplinar, composto por profissionais das áreas de serviço social, psicologia, atendimento jurídico e segurança pública, o que permitirá a interação efetiva dos serviços, a orientação adequada e humanizada e proporcionará o acesso das mulheres que vivem no campo e na floresta aos serviços da rede.

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, serviço criado para orientar as mulheres em situação de violência sobre seus direitos e encaminhá-las para os serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência, completou seis anos de existência em 2011, já tendo realizado mais de 2 milhões de atendimentos. No ano de 2011 foram efetuadas 667.116 ligações de todo o País, constituídas por 74.984 denúncias de violência e 35 de tráfico de mulheres. Das violências denunciadas, 45.714 são casos de violência física, e, destas, 44.279 de lesão corporal leve. Em 52.605 casos denunciados os agressores mantinham alguma relação afetiva com a vítima: eram cônjuges, companheiros, namorados, ex-maridos ou ex-namorados. E, em 36.244 casos, os filhos presenciaram ou sofreram violência.

No ano de 2011, a Central teve sua abrangência ampliada para o atendimento internacional, iniciando pela disponibilidade desse serviço na Itália, Espanha e em Portugal. A Ouvidoria Nacional da Mulher atendeu, em 2011, a 1.140 demandas de cidadãs brasileiras (incluindo 168 denúncias de cárcere privado e 22 denúncias de tráfico de mulheres) e encaminhou 1.681 reclamações da população sobre os serviços da rede de atendimento à mulher aos Ministérios Públicos Estaduais.

Como parte dos esforços de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, será realizado, em 2012, o monitoramento da aplicação, nos serviços de saúde, da ficha de notificação compulsória de violência doméstica, sexual e outras violências.

b.4) Gestão da Política Nacional para as Mulheres

A Política Nacional para as Mulheres orienta o conjunto de ações governamentais na direção da promoção da igualdade entre mulheres e homens, considerando a necessidade de se superar o sexismo, incorporando as dimensões étnico-raciais, geracional e a livre orientação sexual, dentre outras formas das múltiplas desigualdades que acometem as mulheres. Para concretizar esse compromisso, a Política deve ser implementada intersetorialmente pelos diversos órgãos do Governo Federal, cabendo à SPM um papel de coordenação e articulação. A sua estratégia de implementação e de gestão deve considerar, conjuntamente, a participação e o controle social; a federalização da Política e os instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Em 2011 foi elaborado o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), no qual consta o conjunto de ações no âmbito do programa Política para as Mulheres: promoção de autonomia e enfrentamento à violência que descreve os principais objetivos e metas do PPA para a promoção da igualdade entre mulheres e homens. Trata-se de um importante instrumento para o monitoramento das políticas públicas transversais e multissetoriais relacionadas à Política Nacional para as Mulheres.

O Comitê de Articulação e Monitoramento do II PNPM elaborou, em 2011, o balanço do Plano, disponibilizado na etapa nacional da 3ª CNPM, e divulgou o relatório do Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM) referente ao ano de 2010.

O Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, realizado em maio de 2011, contou com a participação de cerca de 300 representantes de secretarias e coordenadorias de mulheres de Municípios e Estados de todas as regiões do País. O encontro das gestoras e gestores de políticas públicas para as mulheres de todo o País é essencial para garantir a federalização da Política Nacional para as Mulheres.

A produção de estudos e pesquisas e a disseminação de dados sobre a igualdade entre homens e mulheres contaram, em 2011, com importantes iniciativas do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, que divulgou os resultados do projeto de monitoramento da imprensa do País em relação às questões de gênero, no Seminário "Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística", realizado em Brasília, no dia 3 de outubro, e transmitido via internet em tempo real. Como produto final deste projeto e com o mesmo título do seminário, foi lançado um livro que reúne os artigos de especialistas comentando os resultados do monitoramento.

Por compreender como fundamental o estímulo e a viabilização da produção de informações e dados estatísticos confiáveis sobre as desigualdades de gênero e raça, assim como disponibilizá-los aos órgãos da administração pública em todos os níveis e à sociedade brasileira em geral, teve continuidade o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, que tem por objetivo estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise das estatísticas oficiais do País e será responsável pela organização da 35ª Conferência Internacional da Associação Internacional de Pesquisa do Uso do Tempo, a ser realizada em 2013, na cidade do Rio de Janeiro.

Foram produzidas, em 2011, duas importantes publicações envolvendo a disseminação de dados sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Em junho, foi lançado, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos (Dieese), o Anuário das Mulheres Brasileiras, publicação de bolso com indicadores mais recentes organizados por sexo e raça. Já em novembro foi lançada a 4ª edição do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, publicação coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

b.5) Articulação Internacional

No âmbito internacional, o Brasil presidiu em 2011 a Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe. A Conferência Regional é um órgão subsidiário da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), convocado para identificar as necessidades regionais e sub-regionais das mulheres, apresentar recomendações e realizar avaliações periódicas das atividades realizadas em cumprimento dos acordos e planos regionais e internacionais sobre o tema. Cumpre ressaltar que, em 2010, a XI Conferência Regional, realizada em Brasília (DF), aprovou o Consenso de Brasília, que define as linhas de ação para implementação de políticas que promovam a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero na região.

O Brasil vem atuando para o fortalecimento da integração regional para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, destacando-se, nesse sentido, a Reunião Especializada de Mulheres do Mercosul (REM). Em 2011, para além da participação nas duas reuniões da REM – que teve, no período, seu *status* elevado a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher –, é de se destacar a inserção das temáticas de igualdade e autonomia das mulheres no Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (Peas). Em 2012, no segundo semestre, o Brasil assumirá a Presidência *Pro Tempore* da REM.

Em linhas gerais, o Brasil tem agido de forma expressiva na articulação internacional de ações para a promoção da igualdade entre mulheres e homens. Como resultados obtidos, podem-se apontar a aprovação do Plano de Ação do Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Declaração de Luanda, que reafirma os compromissos assumidos com a promoção da igualdade e respeito aos direitos humanos das mulheres, ocorridos na Reunião de Ministras Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP, ocorrida em janeiro de 2011, em Luanda (Angola).

Fortalecendo as relações internacionais com a Ásia e com a África, especialmente tendo em vista o destaque da experiência brasileira em relação à segurança alimentar, o Brasil realizará, em 2012, no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais, o curso "Formação em políticas públicas para a igualdade de gênero com ênfase em políticas para mulheres rurais e segurança alimentar".

O Brasil também esteve presente na 3ª Conferência dos Estados partícipes do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e, por solicitação da Missão Permanente na Organização dos Estados Americanos (OEA), também esteve presente na audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para analisar os obstáculos à efetiva implementação da Lei Maria da Penha, realizada no dia 28 de outubro, em Washington (EUA). Por fim, ressalta-se a participação, em fevereiro de 2011, na 55ª Sessão da Comissão sobre a Condição da Mulher das Nações Unidas (CSW/ONU), em Nova York, nos Estados Unidos. Em 2012, haverá reunião, em Genebra, do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), realizada a cada quatro anos.

6. Direitos Humanos

a) Pauta Legislativa

Em 2011, as conquistas na pauta legislativa dos Direitos Humanos foram significativas. O Congresso Nacional aprovou as seguintes leis:

- Lei nº 12.483, de 8 de setembro de 2011, que inseriu no Código de Processo Penal um dispositivo que prioriza a celeridade dos processos que tenham testemunhas e vítimas em programas públicos de proteção;
- Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que cria a Comissão da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República;
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso às informações constantes de documentos públicos de interesse particular, coletivo ou geral;
- Lei nº 12.461, de 26 de julho de 2011, que alterou o estatuto do idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) para estabelecer a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde; e
- Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para Adolescentes em Conflito com a Lei (Sinase).

Na Câmara dos Deputados, avançaram a tramitação de dois projetos de lei: i) o PL nº 7.672/2010, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer que crianças e adolescentes sejam educados e cuidados sem o uso de castigos corporais e tratamento degradante, cujo parecer foi aprovado pela Comissão Especial; e ii) o PL nº 5.022/2009, que assegura validade nacional à Declaração de Nascidos Vivos (DNV), que agora aguarda deliberação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, na forma do PLC nº 120/2011.

Para o próximo ano, aguardam votação no Congresso Nacional: i) o PL nº 4.715/1994, que institui o Conselho Nacional dos Direitos Humanos; ii) o PL nº 4.575/2009, que objetiva a criação do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos; iii) a PEC nº 438/2001, que estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constatada a exploração do trabalho escravo; iv) o PL nº 2.442/2011, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; v) o PL nº 370/2007, que dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos; e vi) o PLC nº 122/2006, que criminaliza condutas discriminatórias motivadas por preconceito de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

b) Participação Social e Governamental

Durante o ano de 2011, o Governo Federal, por meio da realização de Conferências e da atuação dos Conselhos Nacionais e dos Fóruns Interministeriais, fortaleceu significativamente o processo de participação social e articulação interministerial, no âmbito das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos.

A II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e a III Conferência Nacional da Pessoa Idosa foram construídas ao longo do ano por meio de etapas municipais, estaduais e regionais. Tal processo se constituiu em espaço privilegiado de participação social voltado à formulação, avaliação e aprimoramento de políticas públicas. Durante a Conferência LGBT, foram aprovadas mais de 90 diretrizes que serão incorporadas ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNLGBT). Durante a Conferência da Pessoa Idosa, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica com a Frente Nacional de Prefeitos para incentivar a criação e o fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais do idoso.

Em 2011, o Governo também priorizou a temática dos Direitos Humanos no âmbito dos Fóruns Interministeriais. Em sintonia com o PNDH-3, a agenda prioritária do Fórum foi estruturada em quatro eixos: participação social e democratização da gestão pública; um Brasil de paz, sem violência; igualdade, diversidade e garantia de direitos; e desenvolvimento com sustentabilidade e cidadania. Neste último, foram propostas ações de garantia dos Direitos Humanos nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), em especial aquelas voltadas para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

O diálogo entre os representantes do Governo e os representantes da sociedade civil nos Conselhos (Conselho do Idoso, Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho LGBT, Conselho das Crianças e Adolescentes e Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência) fortaleceu os processos políticos, contribuindo na orientação, implementação e no monitoramento das políticas públicas vinculadas a questões e debates que afetam os Direitos Humanos.

c) Pessoas com Deficiência

Em 17 de novembro de 2011, foi lançado o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, instituído por meio do Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. O Plano foi construído ao longo de seis meses e com a participação de 15 Ministérios, a fim de traçar objetivos voltados à concretização e equiparação de oportunidades, à eliminação de toda forma de discriminação e à garantia de acesso às políticas públicas. Tal esforço de articulação demonstra a importância do tema na atual agenda de Governo. Em 2012, espera-se a definição da estratégia de execução e monitoramento das ações do Plano, com a definição de metas, prazos e responsáveis, assim como a instalação dos Comitês Gestores e do Comitê Interministerial de Articulação e Monitoramento.

No âmbito internacional, destacam-se avanços do grupo de trabalho de pessoas com deficiência da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados(RAADH) e, a convite do Ministério da Justiça, deu-se início às tratativas para elaboração de um acordo de cooperação no âmbito do Mercosul.

Foi realizado o Seminário sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, no âmbito da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP), a fim de elaborar uma Proposta de Programa de Cooperação em Direitos Humanos das pessoas com deficiência. Junto à ONU, houve a participação na 4ª Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e em diversas reuniões bilaterais, com o intuito de negociar a adoção, pelos demais países, de tratado vinculante na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) referente ao direito de acesso à informação. Em paralelo à Conferência, foi promovido evento sobre Crianças e Adolescentes com Deficiência. Foram realizadas, ainda, reuniões com a Chefe do Secretariado da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com o intuito de ressaltar o tema do desenvolvimento inclusivo e sustentável durante a Conferência Rio + 20, a ser realizada no Rio de Janeiro, em 2012.

No tocante à promoção e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência, teve continuidade o projeto de fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais do Haiti.

Também ressalta-se a participação na Comissão Permanente da Rede Intergovernamental Iberoamericana de Cooperação Técnica (RIICOTEC), que vem a ser um instrumento para a implementação de políticas integrais dirigidas a pessoas idosas e pessoas com deficiência, entre os países que integram a Comunidade Iberoamericana.

Ainda merecem destaque as seguintes realizações em 2011:

- Publicação do Decreto nº 7.613, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal, a fim de incluir a figura do acompanhante de servidor público federal com deficiência em viagem de trabalho;
- Disponibilização, a partir de 1° de julho de 2011, do recurso de audiodescrição em pelo menos duas horas semanais das programações de emissoras de televisão com sinal digital, com o objetivo de alcançar, em dez anos, o patamar de 20 horas semanais de programação audiodescrita;
- Publicação da Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que permite a suspensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) quando a pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual. Assegura, também, a concessão de novo benefício após a cessação de um benefício anterior, assim como permite a contratação como aprendiz sem a suspensão do benefício de prestação continuada, limitada a dois anos, com o recebimento concomitante da remuneração e do benefício, atendidos os requisitos legais;
- Programa BPC na Escola, cujo objetivo é promover a inclusão escolar das crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Projeto para implantação de cinco Centros de Formação de Treinadores e Instrutores e de Treinamento de Cães-Guia, em parceria com o MEC e certificados pelo Inmetro. Em 2012, está prevista a entrega do primeiro deles, na cidade de Camboriú (SC), cujas obras já foram iniciadas;
- Em 2011, foram admitidas no mercado formal de trabalho 78.220 pessoas com deficiência (Caged/MTE), contra 28.752 pessoas em 2010. Em 2012, será lançado o Banco Nacional de Talentos, ferramenta virtual que viabilizará o acesso a um cadastro nacional dos postos de trabalho disponíveis e das pessoas com deficiência qualificadas para diferentes funções;
- Publicação da Lei n° 12.513, de 26 de outubro de 2011, que destinou o percentual de 5% das vagas do Bolsa Formação pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) para formação e qualificação de pessoas com deficiência, para ingresso no mercado de trabalho;
- Seleção de 24 projetos para a formação direta e/ou indireta de 27 mil pessoas nas áreas da acessibilidade e de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, visando, entre outros aspectos, à implantação e/ou fortalecimento dos Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência. Em 2011, foram implantados dois Conselhos Estaduais, três Conselhos Municipais e dois Núcleos do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência;
- Lançamento do portal www.pessoacomdeficiencia.gov.br, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com todos os recursos de acessibilidade previstos no programa do Governo de acessibilidade E-MAG3. Foi lançado, também, o boletim bimestral Pauta Inclusiva, que contempla informações de interesse e ações realizadas pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD);
- Realização da primeira exposição sobre a história do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Prevê-se a realização, no ano de 2012, de mais sete exposições sobre o tema Campanha Nacional da Acessibilidade, presente nas cinco regiões do País;
- Ações para recuperar e revitalizar as estruturas dos núcleos de informações para a pessoa com deficiência, com o intuito de conceber um modelo de infraestrutura física, tecnológica e de serviços capaz de garantir, em um protocolo único de referenciamento, orientação e atendimento adequados às pessoas com deficiência;

- A acessibilidade foi priorizada com a sanção da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui diretrizes para a política nacional de mobilidade urbana, fundamentada no princípio da acessibilidade universal e com a inserção do Desenho Universal como padrão em 100% das unidades habitacionais do PMCMV/FAR (Fundo de Arrendamento Residencial). Os chamados *Kits* Adaptação serão disponibilizados em pelo menos 3% das unidades, a fim de atender às necessidades específicas de idosos e das pessoas com deficiência;

- A Comissão Interministerial de Avaliação analisou, desde a sua criação, em 2007, mais de 11,5 mil requerimentos de pensão especial e encaminhou os processos deferidos ao INSS, que concedeu cerca de 8 mil indenizações – consequentemente, pensão vitalícia mensal no valor de R$ 954,16 – às pessoas atingidas pela hanseníase que tiveram direitos violados por conta da política de profilaxia;

- Concessão de desconto na tarifa de energia elétrica à unidade consumidora habitada por família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda até três salários mínimos, que tenha entre seus membros pessoa portadora de doenças e com deficiência cujo tratamento requeira o uso contínuo de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que demandem consumo de energia elétrica. A ação está prevista no âmbito do programa Melhor em Casa, lançado em 2011 para ampliar o atendimento domiciliar do Sistema Único de Saúde (SUS).

d) Criança e Adolescente

d.1) Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Em 2011, foi lançada a Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que traz a análise das ações intersetoriais na área, com foco nos programas conduzidos pelo Governo, presentes em 86% dos Municípios. A nova versão conta com ferramentas que possibilitam a realização de diagnósticos em âmbito estadual e municipal e a avaliação e o planejamento das políticas públicas locais. Além disso, a Matriz 2011 sistematiza dados socioeconômicos sobre Municípios, em contexto de grandes obras de desenvolvimento, para o monitoramento da situação da infância e adolescência e de fatores de vulnerabilidade à exploração sexual.

Com a proximidade da realização de grandes eventos esportivos e de grandes obras de infraestrutura no País, procurou-se fortalecer as ações de mobilização do setor produtivo para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, firmando novas pactuações com empresas, por meio da Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com 24 assinaturas. Somam-se, assim, 132 Termos de Compromissos com grandes empresas nacionais, destacando-se a pactuação conjunta com o Ministério do Turismo junto a agências de viagem. Foram desenvolvidas, ainda, campanhas de prevenção à exploração sexual no ambiente corporativo, que atingiram, em 2011, um total de 23.630 trabalhadores nas grandes obras de desenvolvimento, em Porto Velho (RO), Parauapebas (PA), Foz do Iguaçu (PR) e Itaboraí (RJ).

Também foi ampliado o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (Pair), presente hoje em 540 Municípios e 24 Estados. O Pair constitui-se em uma metodologia de articulação de políticas que permite conhecer a realidade local e fortalecer a rede de atendimento no Município. Foi dada continuidade à implantação do Programa no âmbito do Mercosul, em 15 cidades gêmeas do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Destacam-se, ainda, as ações de disseminação dessa metodologia, que em 2011 capacitaram 1.556 participantes em cursos a distância.

Para 2012, estão previstas ações de fortalecimento das redes locais de proteção nos Municípios sede da Copa do Mundo FIFA 2014, regiões de fronteiras e contextos de grandes obras de desenvolvimento, com destaque para a criação, nas

capitais, de Núcleos de Atendimento Integrado para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, em parceria com o Ministério da Saúde.

d.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)

Após cinco anos de tramitação, foi aprovado pelo Congresso Nacional o PL nº 134, transformado na Lei n° 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sinase em todo o território nacional. Esse fato reforça o compromisso do Estado brasileiro com o processo de responsabilização, aliado à criação de condições e oportunidades de inclusão sociocultural e educacional dos adolescentes, atribuindo o verdadeiro sentido das medidas socioeducativas, ou seja: o de (re)instituição de direitos e (re) construção de projetos de vida. Nesse sentido, impõe-se uma agenda futura em três frentes de trabalho: i) organização da gestão do sistema socioeducativo; ii) qualificação do atendimento realizado; e iii) fomento à mudança cultural inspirada em um modelo educacional humanizador e emancipatório.

Para 2012, está prevista a elaboração de projetos-padrão e parâmetros arquitetônicos de Unidades Socioeducativas, além dos Parâmetros Pedagógicos das Medidas Socioeducativas e de Segurança das Unidades de Privação de Liberdade. Tais parâmetros trarão maior unidade conceitual e alinhamento de ações do sistema socioeducativo no território nacional. Além disso, para fortalecer o atendimento em meio aberto, será realizado um mapeamento dos programas municipais nas capitais, que produzirá recomendações importantes para a política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

d.3) Sistema de Garantia de Direitos

O fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos tem sido prioritário nos últimos anos. Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic (IBGE/2009), 98% dos 5.565 Municípios haviam implantado conselhos tutelares. Todavia, o número de conselhos em muitas cidades de grande e médio porte populacional ainda é insuficiente para a demanda existente, e mais da metade dessa rede funciona com precárias condições de trabalho. Nesse contexto, o Governo doou 866 computadores a 94 Municípios, contemplando 323 conselhos tutelares. Foram entregues, também, 68 veículos aos conselhos tutelares, sendo 46 no Estado de Minas Gerais e 22 no Estado do Acre.

Além de investir para equipar os conselhos, o Governo apoiou a capacitação e formação dos conselheiros sobre promoção e defesa dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, por meio das Escolas de Conselhos, que são núcleos de formação continuada de conselheiros tutelares e conselheiros de direitos da criança e do adolescente. Atualmente, há Escolas de Conselhos instaladas em 17 unidades da Federação.

O Plano Plurianual (PPA 2012-2015) estabelece metas para: i) aprovar o marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos conselhos tutelares; ii) equipar 100% dos conselhos tutelares dos mil Municípios com menor IDI e IDH, localizados nas regiões Norte e Nordeste; iii) implantar conselhos tutelares referenciais em Municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipamento e integração ao Sistema de Informação para a Infância e Adolescência para Conselheiros Tutelares (Sipia-CT), aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos; e iv) implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino a distância.

d.4) Observatório da Criança e do Adolescente

Foi ampliada a cobertura dos Núcleos de Participação dos Adolescentes e Observatórios dos Adolescentes para mais sete Estados – Roraima, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Ceará, Tocantins, Santa Catarina, São Paulo –,

totalizando 18 Núcleos. Seis novas universidades estaduais foram incorporadas à rede do Observatório, resultando na instalação de pontos focais e comunidades de prática para mobilização de estudos e pesquisas sobre Direitos Humanos de crianças e adolescentes. Os Núcleos têm como objetivo incentivar o protagonismo e promover o autocuidado e a autoproteção entre os adolescentes, com foco no enfrentamento do *bullying*, bem como na promoção da navegação segura na internet.

No âmbito da gestão da informação, foram pactuadas ações relativas ao projeto de cooperação internacional para consolidação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência (Sipia). Em 2012, ocorrerá a integração do módulo de encaminhamento de denúncia do Disque 100 junto ao Sipia, para transmissão automática de informações e monitoramento da apuração de denúncias, bem como expansão do acesso e consolidação do uso dos sistemas de informação para infância e adolescência (CT e Sinase) para todas as capitais e Municípios com mais de 500 mil habitantes.

d.5) Convivência Familiar e Comunitária

O Protocolo Nacional de Proteção Integral e Instalação do Comitê para Proteção de Crianças e Adolescentes em Situação de Desastre, Emergência ou Calamidade foi finalizado em 2011, com o objetivo de sistematizar procedimentos para a proteção integral de grupos vulneráveis. Foi igualmente formalizada a Rede Nacional de Busca e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e instituído seu comitê gestor. Para 2012, está prevista a elaboração de um Protocolo Nacional de Atendimento às Famílias de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

O Grupo de Trabalho para elaboração do Protocolo Nacional de Cursos de Preparação para Adoção foi constituído em 2011, sob a coordenação da SDH/PR. Para 2012, será elaborado o Protocolo Nacional de Serviços de Apadrinhamento Afetivo para Crianças e Adolescentes com Remotas Chances de Adoção.

d.6) Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)

Em 2011, o PPCAAM foi expandido para o Estado do Amazonas e para a região do ABC Paulista, totalizando 13 coordenações estaduais. Foi também instituído o seu Conselho Gestor Nacional e promovida, para profissionais da segurança pública, a capacitação a distância em Direitos Humanos de crianças e adolescentes ameaçados de morte, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Para 2012, está prevista a expansão do programa para mais dois Estados, além da implantação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência do PPCAAM e a capacitação a distância em Direitos Humanos no tema Redução da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes.

No âmbito do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), foram produzidas as publicações Prevenção à Violência e Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. Foi também atualizado o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), criado um grupo de trabalho para a formulação da Política de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes e elaborado o diagnóstico dos 20 Municípios apontados na pesquisa com maior índice de mortes de adolescentes.

e) Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

e.1) Direitos Humanos e Segurança Pública

Em 2011, buscou-se efetivar as políticas propostas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Para o alcance desses objetivos, foram realizadas reuniões do

Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, composto por 19 Estados brasileiros. O Seminário de Direitos Humanos e Controle Social da Atividade Policial no Estado Democrático de Direito proporcionou a discussão para a construção de um marco legal para a implementação de Ouvidorias de Polícia nos Estados, com observância ao preconizado no PNDH-3, a ser pactuado com os Estados.

Quanto à capacitação e à formação continuada dos profissionais de Segurança Pública, foram realizadas Jornadas Formativas em Direitos Humanos para policiais da Força Nacional de Segurança, encarregados, dentre outras atribuições, da proteção de Defensores de Direitos Humanos.

As ações iniciadas em 2011 terão continuidade em 2012, com destaque para a construção do Plano Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública e Capacitação de Profissionais de Segurança Pública, Justiça Criminal, Peritos Criminais e Guardas Municipais, incluindo modalidade a distância, bem como a realização de seminários de Direitos Humanos e Controle Social da Atividade Policial no Estado Democrático de Direito nas demais regiões brasileiras.

e.2) Garantia e Proteção de Direitos

O fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, para cumprimento do PNDH-3, seguirá como objetivo em 2012. Em 2011, o Programa de Proteção a Testemunhas, presente em 17 Estados, protegeu 700 pessoas. O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos está presente em oito Estados e alcançou 211 pessoas em 2011. Ressalta-se a sanção da Lei nº 12.483, de 8 de setembro de 2011, que inseriu no Código de Processo Penal um dispositivo que prioriza a celeridade dos processos que tenham testemunhas e vítimas em programas públicos de proteção. Para 2012, espera-se incorporar ao Sistema Nacional de Proteção mais seis Estados, sendo um ao Programa de Proteção a Testemunhas e cinco ao Programa de Proteção aos Defensores.

e.3) Erradicação do Trabalho Escravo

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) priorizou, em 2011, a criação e o fortalecimento de entidades estaduais de combate ao trabalho escravo. Em outubro, foi realizado o 1º Encontro de Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo, em Cuiabá (MT). O Cadastro de Empregadores que tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas à de Escravo (Lista Suja) passou a ser de responsabilidade conjunta entre Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério do Trabalho e Emprego. Foram realizadas, também, oficinas de capacitação em seis Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando cerca de 600 juízes, procuradores e auditores do trabalho.

Propõe ampliar, em 2012, o número de Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae), atualmente, existentes em apenas oito unidades da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia e Mato Grosso.

e.4) Saúde Mental e Combate à Tortura

Em 2011, as políticas destinadas ao campo da Saúde Mental alcançaram duas frentes no âmbito do Governo Federal. No tocante a pessoas com transtornos mentais, foram acompanhadas e diligenciadas as denúncias de tortura e maus-tratos a pacientes em hospitais psiquiátricos. Quanto à atuação nas políticas de combate ao álcool e outras drogas, o Governo tem participado ativamente das discussões relativas ao enfrentamento do crack, buscando o diálogo e envolvimento de diferentes segmentos.

No que se refere às políticas de combate à tortura, deu-se prosseguimento à mobilização e à articulação com vistas à consolidação e efetivação dos Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção à Tortura. Atualmente, existem 11 Comitês Estaduais em atividade (AC, AL, BA, ES, MA, PR, PE, PI, RJ, RS e SC). Nesse período, o Governo Federal, em parceria com os Comitês Estaduais e peritos independentes, realizou visitas a instituições de privação de liberdade em Pernambuco, Bahia e Santa Catarina, onde foram apuradas e constatadas violações de direitos.

O Governo realizou e apoiou, também, ações de preparação, recepção e acompanhamento da visita do Subcomitê para Prevenção da Tortura das Nações Unidas e implantou o módulo para recebimento de denúncias sobre situação de tortura, no Disque Direitos Humanos (Disque 100).

e.5) População em Situação de Rua

As ações voltadas para a população em situação de rua consistiram no fortalecimento do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que mobiliza órgãos governamentais e sociedade civil. Nesse contexto, foi elaborado o termo de adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua e instituída, no âmbito do Prêmio de Direitos Humanos, a categoria Garantia dos Direitos da População em Situação de Rua, compreendendo a atuação na promoção e na defesa da cidadania e dos direitos humanos da População em Situação de Rua.

Em 2011, foi inaugurado em Belo Horizonte o primeiro Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH). Pioneiro no País, tem como objetivos garantir a inclusão social e prevenir e combater atos de violência, além de produzir e divulgar dados sobre violações dos direitos humanos dessas pessoas.

Outras ações de destaque para este segmento da população foram a instalação do serviço Disque Direitos Humanos específico para a população de rua – o Disque100 – e sua priorização como público prioritário do Programa Minha Casa, Minha Vida.

e.6) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)

Durante o ano de 2011, cabe destacar a atuação da Comissão Especial Urso Branco do CDDPH criada para coordenar, supervisionar e monitorar a aplicação das medidas provisórias determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2002, concernentes ao Presídio Urso Branco, localizado em Porto Velho (RO). Em agosto, durante o 92º Período Ordinário de Sessões, as medidas provisórias foram suspensas, incumbindo o CDDPH de monitorar a implementação do Pacto para Melhoria das Condições do Sistema Carcerário no Estado de Rondônia.

Também merece destaque a atuação desse Conselho no que se refere às violações de Direitos Humanos contra a população indígena, em especial da Comissão Especial Tupinambá, cujo relatório aprovado recomenda às autoridades competentes medidas protetivas dos direitos dessa população. A situação dos indígenas Guarani Kaiowá na região de Dourados (MS) também mereceu atenção deste Conselho, resultando na assinatura de Acordo de Cooperação Técnica para fins de policiamento comunitário indígena na região.

No que diz respeito aos casos de violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada, monitorados pelo CDDPH, esse colegiado aprovou o relatório final contendo recomendações a serem consideradas pelos Governos Federal e Estaduais.

e.7) Registro Civil de Nascimento (RCN)

Desde 2003, o Governo priorizou ações de mobilização social para o Registro Civil de Nascimento. Os resultados das iniciativas articuladas com os Comitês Gestores Estaduais e Municipais são muito positivos: o índice de sub-registro, que era de 20,9%, em 2002, caiu para 6,6%, em 2010.

Em 2011, trabalhou-se na implementação das Certidões Unificadas de Registro Civil, em parceria com o Ministério da Justiça e a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. Realizou-se, também, a implementação do piloto do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), com o objetivo de captar, processar, arquivar e disponibilizar as informações produzidas pelas serventias de registro civil das pessoas naturais, que serão integradas a outras bases de dados da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Ainda em 2011, concluiu-se a elaboração do modelo das certidões de casamento e de óbito que vigorará a partir de 2012. Realizou-se, também, a Campanha "Certidão de nascimento: um direito humano, dever de todo Brasil".

Além disso, foram realizados mutirões de documentação básica e registro civil, inclusive no âmbito da Operação Cidadania Xingu, e foi implementado piloto, em parceria com o Projeto Rondon, para o registro civil da população de rua e de idosos em internação de longa permanência. Foi concluído o Projeto Cidadania e Inclusão Social das Parteiras Tradicionais para Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento, para realização de mapeamento de parteiras leigas e de pesquisa das características de seus trabalhos enquanto promotoras do registro de nascimento. Também foi realizado o Encontro Nacional de Agentes Mobilizadores para a Promoção do Registro Civil de Nascimento.

Em 2012, objetiva-se ampliar as Unidades Interligadas, que conectam cartórios a estabelecimentos que realizam partos, com o objetivo de promover o RCN no local de nascimento das crianças. Pretende-se implantar nacionalmente o Sirc e a obrigatoriedade das Certidões Unificadas, concluindo o projeto. Serão realizadas campanhas nacional e regionais pelo Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica.

e.8) Direitos da Pessoa Idosa

Em 2011, foi realizada a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que teve como tema "O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil". Durante a Conferência, foi lançada a Revista dos Direitos da Pessoa Idosa, com o fim de fomentar e aprofundar o debate relativo ao tema.

Ainda em 2011, foi sancionada a Lei nº 12.461, de 26 de julho de 2011, que alterou o Estatuto do Idoso, de forma a estabelecer a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde. Foi aprovada pelo Conselho Nacional do Idoso a Resolução nº 07, que dispõe sobre os critérios para a utilização do Fundo Nacional do Idoso.

Para o ano de 2012, objetiva-se dar continuidade ao processo de aperfeiçoamento e consolidação dessa Política Nacional. Será também desenvolvido o Programa Nacional de Educação em parceria com o MEC, com o intuito de incluir o tema do envelhecimento nos processos educativos do ensino fundamental ao superior.

e.9) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)

Em 2011, foram realizadas campanhas, eventos e ações de sensibilização contra a homofobia, bem como implementadas atividades estruturantes e de cooperação internacional.

A Campanha Faça do Brasil um Território Livre da Homofobia, organizada para enfrentar o aumento do número de violências praticadas contra a população LGBT, teve por objetivo informar sobre a possibilidade de se formalizar denúncias por meio do Disque Direitos Humanos (Disque 100). Outra iniciativa foi a campanha publicitária com o objetivo de sensibilizar a sociedade brasileira para o combate à violência contra a população LGBT. Essa primeira inserção na TV representa um grande avanço e abre caminhos para novas campanhas contra a homofobia no ano de 2012.

No campo das ações estruturantes, foram assinados entre a SDH/PR, o Ministério da Justiça e Secretarias de Estado de Segurança Pública, Termos de Cooperação Técnica de Enfrentamento às Homofobias. Os termos foram assinados por 11 unidades da Federação (AL, AP, AM, DF, ES, GO, MT, PA, RS, SC e SE), encontrando-se em negociação, para assinatura no início de 2012, mais 11 termos (AC, BA, MA, MG, PB, PR, PE, PI, RJ, RR e TO). As negociações com os demais Estados serão intensificadas em 2012.

Com a implantação do módulo LGBT do Disque Direitos Humanos (Disque 100), foi possível acessar os dados das vítimas de crimes homofóbicos e também acessar o perfil dos agressores e o local da agressão. O cruzamento desses dados tornará possível mapear, de forma inédita, dados oficiais sobre casos de homofobia no País. A partir de 2012, esses números embasarão as ações do Governo Federal e de entidades parceiras.

Foi também realizado em 2011 o levantamento da jurisprudência internacional e da legislação de Estados e Municípios favoráveis à população LGBT. Esse material, que será publicado em 2012, será útil a pesquisadores, juristas brasileiros e movimentos sociais, possibilitando estudos comparativos acerca dos avanços nos direitos da população LGBT no Brasil e em outros países.

Também no campo das ações estruturantes, foi instalado o Conselho Nacional de Combate às Discriminações LGBT, que tem como papel fundamental deliberar e acompanhar a implementação das políticas públicas para esta população e emitir notas públicas, pareceres e resoluções. O Conselho acompanhou a realização das conferências livres, regionais, municipais e as 27 etapas estaduais da 2ª Conferência Nacional LGBT, bem como contribuiu para a execução e o monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Em 2012, pretende-se realizar o Encontro Nacional de Conselhos LGBTs e fomentar a criação de Conselhos Estaduais e Municipais.

Foi realizada, ainda, durante a 2ª Conferência Nacional LGBT, uma reunião entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, na qual foi articulada uma campanha contra a homofobia no âmbito do Mercosul, a ser realizada em 2012.

O Governo participou da Primeira Consulta Internacional sobre *bullying* homofóbico em Instituições Educacionais, entre os dias 6 e 9 de dezembro de 2011, na cidade do Rio de Janeiro. O evento serviu para aprofundar as interpretações concernentes ao *bullying* homofóbico e para analisar diferentes experiências e estratégias de enfrentamento à homofobia nas escolas ao redor do mundo. Como resultado da Consulta, foi construída uma série de recomendações voltadas à formulação de políticas públicas específicas.

e.10) Educação em Direitos Humanos

No ano de 2011, foi realizado o processo de elaboração das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, promovido pelo Conselho Nacional de Educação, em parceria com o Ministério da Educação e com o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. As Diretrizes regulamentarão a inserção da Educação em Direitos Humanos como conteúdo curricular no âmbito da educação básica e da educação superior.

No que se referem às ações de capacitação em Educação em Direitos Humanos, apoiou-se a implementação de 30 projetos desenvolvidos em âmbito nacional, realizados em parceria com instituições não governamentais, Estados e Municípios. Essas ações objetivam a capacitação de lideranças, profissionais da educação, da segurança pública e demais áreas, movimentos sociais e grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Destaca-se, ainda, a implantação de dois Núcleos de Estudos e Pesquisas de Educação em Direitos Humanos, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e na Universidade Federal de Pernambuco, bem como o apoio aos Comitês de Educação em Direitos Humanos implantados nos Estados e Municípios, no que se refere à disseminação dos referenciais e implementação das ações e diretrizes propostas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Para o ano de 2012, haverá ampliação das ações de capacitação em Educação em Direitos Humanos, apoio à implantação de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a temática e implantação de Comitês de Educação em Direitos Humanos em todas as unidades da Federação.

e.11) Centros de Referência em Direitos Humanos

Em 2011, foram acompanhadas as atividades dos Centros de Referência e Balcões de Direitos realizadas em parceria com Estados, Municípios, universidades e entidades da sociedade civil. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se: i) o auxílio à emissão de documentação civil (Carteiras de Identidade, Carteiras de Trabalho, CPFs e Certidões de Nascimento), no total de 20 mil unidades; ii) a capacitação de 2 mil pessoas, entre defensores de direitos humanos e lideranças comunitárias; iii) a realização de 50 mil atendimentos jurídicos e psicossociais; e iv) a produção de cartilhas e livros. Para 2012, está prevista a criação de 20 novos Centros de Referência em Direitos Humanos.

e.12) Diversidade Religiosa

Em 2011, o Governo participou de quatro audiências públicas sobre os temas do ensino religioso, intolerância religiosa e dos direitos sobre liberdade de crença. Foi lançada a publicação Diversidade Religiosa e os Direitos Humanos. Além disso, foi criado o Comitê Nacional de Diversidade Religiosa e Direitos Humanos, com o objetivo de garantir que todas as atividades religiosas sejam respeitadas no Brasil, além de receber e encaminhar denúncias de violações ao direito à diversidade religiosa. Em 2012, objetiva-se realizar seminários regionais, buscando aprofundar as discussões da temática da intolerância religiosa.

f) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

No decorrer de 2011, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos consolidou sua estrutura, fluxo e sistemática de funcionamento, com a ampliação dos canais de comunicação junto à população.

O principal destaque foi a plena efetivação do Disque Direitos Humanos (Disque 100) em sua nova configuração, ampliando a capacidade de atendimento às denúncias de violência contra crianças e adolescentes, bem como implementando o atendimento aos novos segmentos: idoso, pessoa com deficiência, população em situação de rua, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e vítimas de tortura.

O serviço Disque Direitos Humanos prestou, em 2011, os seguintes atendimentos:

Tipo de consulta	Quantidade	%
Prestação de informações sobre conceitos, legislação e políticas públicas em direitos humanos	73.756	37,68
Prestação de informações sobre telefones e endereços de serviços de proteção e responsabilização	35.512	18,14
Registro de sugestões, reclamações, elogios e solicitações	599	0,31
Registro de denúncias de violações de direitos humanos	85.866	43,87
TOTAL	**195.733**	**100**

Fonte: SDH/PR - Disque Direitos Humanos (Disque 100).

O número de denúncias teve expressivo crescimento, já que, no ano anterior (2010), foram registradas 28.241 denúncias no mesmo período. Para 2012, a meta é ampliar e consolidar o serviço, com ênfase no monitoramento das denúncias registradas. Para tanto, está sendo constituída uma equipe específica para acompanhar as providências tomadas pela rede de proteção.

g) Direito à Memória e à Verdade

O tema do Direito à Memória e à Verdade esteve presente nas ações desenvolvidas pelo Estado Brasileiro durante o ano de 2011. Destaca-se a sanção das Leis n° 12.527 e n° 12.528, ambas de 18 de novembro de 2011, que regulamentam, respectivamente, o Direito ao Acesso à Informação e a criação da Comissão Nacional da Verdade.

No que tange às ações de estudos e pesquisas acerca desse tema, destacam-se a implementação dos Observatórios do Direito à Memória e à Verdade junto a Universidades, como também a realização de exposições, criação e inauguração de memoriais, publicação de livros e realização de seminários sobre a temática, em parceria com entidades nacionais e internacionais. Quanto à participação social, foi incentivada a criação de espaços públicos de interlocução sobre o tema, por meio de comitês, fóruns e coletivos sobre o Direito à Memória e à Verdade.

Para o ano de 2012, pretende-se dar continuidade ao trabalho de resgate à memória. Nesse sentido, faz-se destaque à publicação de coleção de livros dedicada a pessoas e eventos relacionados à resistência ao Regime Militar, como também a execução de projeto direcionado à Preservação de Sítios de Memória. Por fim, pretende-se apoiar e incentivar a participação social nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, após sua instalação.

h) Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

A criação do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) representou avanço nas pesquisas e buscas pelos restos mortais das pessoas vitimadas na Guerrilha do Araguaia, no Estado de São Paulo – Cemitérios de Perus, Vila Formosa e Parelheiros –, e em Petrópolis (RJ) – Cemitério Municipal e Casa da Morte –, bem como ações de investigação de casos de desaparecidos políticos vitimados na chamada Operação Condor.

Vale destacar, ainda, o desenvolvimento de pesquisas para a localização de desaparecidos políticos e a busca de novas tecnologias para a identificação humana em casos de inumações remotas.

Em 2012, as ações de busca e localização de mortos e desaparecidos políticos serão ampliadas, consubstanciando-se na continuidade das atividades do Grupo de Trabalho Araguaia, iniciadas em São Paulo e Rio de Janeiro, como também a investigação de outros sítios espalhados pelo Brasil versando sobre a Operação Condor. Ademais, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos prestará o necessário apoio e fornecerá informações à Comissão Nacional da Verdade, como prevê sua lei de criação.

i) Comunicação

A SDH/PR atuou para difundir na sociedade brasileira o trabalho realizado pelo Governo Federal para afirmação dos direitos humanos e enfrentamento das violações. Juntamente com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), foram desenvolvidas campanhas publicitárias sobre o Registro Civil de Nascimento e o Disque Direitos Humanos – Disque 100. Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) foi desenvolvida uma campanha sobre homofobia, veiculada gratuitamente na televisão.

j) Atuação Internacional

O Governo Federal deu continuidade aos projetos de cooperação voltados ao compartilhamento da experiência brasileira e também ao fortalecimento das instituições oficiais de direitos humanos criadas em outros países do Sul. Cabe destacar a construção de projeto multilateral de assistência técnica para promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Foram reiterados, na área de proteção aos defensores de direitos humanos, os diálogos com a União Europeia e finalizado o acordo de cooperação com Portugal na área de proteção a testemunhas e vítimas ameaçadas. A Suécia foi parceira na realização de um seminário sobre a proibição dos castigos corporais e humilhantes contra crianças e adolescentes.

Nos foros multilaterais, o Brasil participou do Grupo de Trabalho sobre Envelhecimento das Nações Unidas, com vistas a buscar o apoio de outros países à proposta de uma convenção sobre os direitos dos idosos, logrando consenso acerca da necessidade de uma relatoria especial dos direitos da pessoa idosa como um primeiro passo na busca por uma convenção. Mereceu destaque, também, a sua atuação na elaboração do Relatório ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que contou com ampla participação da sociedade civil.

No âmbito do Mercosul, o Governo segue atuando no fórum da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul (Raadh), colaborando para a construção de um Plano Estratégico de Ação Social para o bloco. Foi também proposta uma ação coordenada com os Estados-membros para buscar arquivos e outros materiais sobre as atividades vinculadas à Operação Condor e dar publicidade aos documentos reunidos, como forma de abordar o Direito à Memória e desenvolver políticas conjuntas para o bloco no âmbito do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul.

Por fim, foi construído coletivamente, por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, um pedido de opinião consultiva, dirigido à Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobre questões relacionadas a crianças e adolescentes migrantes, em uma iniciativa inédita no Sistema Interamericano.

k) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos

Criada para celebrar o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos por meio da linguagem

cinematográfica, a Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul chegou a sua 6ª edição. Em 2011, o público atingido foi de cerca de 30 mil pessoas e todas as cidades parceiras contaram com sessões com audiodescrição e *closed caption*, garantindo o acesso a pessoas com deficiência visual e/ou auditiva. Em 2011, a Mostra foi também exibida em Guiné-Bissau, no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

Também em 2011, foi lançado o projeto Caravanas Direitos Humanos pelo Brasil, com o objetivo de promover e valorizar a cultura de Direitos Humanos nas diferentes regiões do País. O projeto inaugurou um canal direto de diálogo com os poderes locais, movimentos sociais e comunidades, acerca da Política de Direitos Humanos em curso no Brasil. No ano de 2012, as Caravanas percorrerão outros Estados, buscando ampliar e fortalecer a afirmação e a defesa dos direitos humanos.

Realizou-se a 17ª Edição do Prêmio Direitos Humanos, com o objetivo de reconhecer e homenagear pessoas e entidades que tiveram destacada atuação na área da defesa, da promoção e do enfrentamento às violações de direitos humanos. Em 2011, a premiação contemplou 21 categorias, sendo três delas inéditas: Centros de Referência em Direitos Humanos, Garantia dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Diversidade Religiosa.

l) Mecanismos de Controle e Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos

Em 2011, foi lançada a pesquisa sobre a população de crianças e adolescentes em situação de rua e iniciado o processo de estruturação institucional, a fim de garantir que as pesquisas sobre vitimização sejam realizadas regularmente.

Adicionalmente, todas as ações programáticas constantes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) foram detalhadas e articuladas aos demais planos que possuem ações voltadas à promoção e defesa dos direitos humanos, a exemplo do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e do recém-lançado Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

Tal detalhamento contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento conjunto, superando a meta de acompanhamento específica para o PNDH-3, estabelecida em 2010. Para 2012, o desafio é aprimorar o modelo de monitoramento por meio da completa informatização dos indicadores e viabilizar mecanismos de participação social no tocante ao acompanhamento da efetivação dos compromissos relacionados aos direitos humanos no Brasil.

O Governo comprometeu-se, então, a instituir um Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, de forma articulada com os demais órgãos públicos e a sociedade civil. Trata-se de um projeto, em conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e outras agências das Nações Unidas, cujo objetivo é a estruturação de módulos sobre direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

7. Previdência Social

O Governo estabeleceu como prioridade para 2011 o fortalecimento da gestão estratégica do sistema previdenciário, como forma de impulsionar o aperfeiçoamento na condução da política de previdência. Para tanto, promoveu a revisão do planejamento estratégico em consonância com a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), formulando novos objetivos e metas para os próximos quatro anos.

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

No âmbito do RGPS, os resultados de 2011 apontam para um crescimento da arrecadação líquida previdenciária em patamar superior ao pagamento de benefícios previdenciários. Em 2011, a arrecadação líquida previdenciária acumulada foi de R$ 245,9 bilhões, um aumento de 16% em comparação a 2010, enquanto o pagamento de benefícios previdenciários acumulado foi de R$ 281,4 bilhões, o que representa um aumento de 10,4% em relação ao ano anterior. Dessa forma, a necessidade de financiamento em 2011 foi de R$ 35,5 bilhões, uma redução de 17,1% em relação a 2011.

a.1) Inclusão Social

Em 2011, houve continuidade das ações para disseminar informações previdenciárias à sociedade, com o objetivo de incentivar a inscrição no sistema previdenciário e esclarecer sobre os canais e critérios de acesso aos benefícios, a fim de agilizar a prestação dos serviços e proporcionar maior comodidade aos usuários.

O Programa de Educação Previdenciária (PEP) realizou em 2011, 8.407 ações educativas, prestando informações previdenciárias a 684.415 pessoas e formando 11.435 pessoas para atuarem como disseminadores externos dessas informações, o que amplia ainda mais as possibilidades de acesso à informação previdenciária. Em 2011 foram realizadas ações nacionais direcionadas às mulheres, trabalhadores domésticos, caminhoneiros, feirantes, idosos, alunos e professores.

a.2) Ampliação da Cobertura Previdenciária

Em 2011, foram promovidas importantes alterações na legislação com maior destaque para a Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que, dentre outras medidas, reduziu a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual (MEI), do segurado facultativo sem renda própria e de família de baixa renda, que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, de 11% para 5% do salário mínimo. Outra alteração legislativa importante diz respeito à ampliação do limite de faturamento do MEI, de R$ 36 mil para R$ 60 mil anual, com vigência a partir de 2012.

Em 2009, segundo dados da PNAD/IBGE, a Cobertura Previdenciária da População Ocupada já representava 67%. O Governo estipulou 72% como a meta a ser alcançada em 2012 e pretende ampliar este percentual para 77% em 2015, conseguindo com isso, aumentar o total de trabalhadores cobertos de 56,6 milhões, em 2009, para 64,4 milhões em 2012, o que significará a inclusão de 7,8 milhões de trabalhadores (alta de 13,8% em relação a 2009).

Quanto à Cobertura Previdenciária das Trabalhadoras (Mulheres Ocupadas), que perfazia um total de 64,6% em 2009 (PNAD/IBGE), será realizado um esforço para alcançar 69,8% em 2012 e 75% em 2015 aumentando o total de trabalhadoras cobertas de 23,4 milhões, em 2009, para 27,1 milhões em 2012 representando assim, a inclusão de 3,4 milhões de trabalhadoras (alta de 14,5% em relação a 2009).

Em relação ao MEI, programa que conta, atualmente, com 1,9 milhão de trabalhadores inscritos, a meta será atingir a marca de 2,5 milhões de trabalhadores inscritos até o final de 2012. Já as donas de casa de baixa renda podem, desde final de 2011, contribuir com percentual reduzido (5% do valor do salário mínimo). Com tal medida o Governo espera atingir 200 mil contribuintes até o final de 2012 e 1 milhão até o final de 2015.

Houve em 2010, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a inserção de 17 mil pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho o que somado ao estoque já existente representa um total de 306 mil contribuintes inseridos no sistema. Para 2012, o Governo pretende realizar a inserção de mais 75 mil pessoas com deficiência.

a.3) Saúde do Trabalhador

No ano de 2011, foi realizada reunião com os representantes técnicos da reabilitação profissional, da perícia médica e do serviço social das cinco Superintendências Regionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objetivando a integração das áreas e o alinhamento do trabalho, tendo sido também discutida a evolução do Projeto de Revitalização da Reabilitação Profissional e suas implicações. Além disso, equipes de reabilitação profissional cumpriram a determinação de efetuar, com os segurados desligados, a Pesquisa da Fixação no Mercado de Trabalho para retorno ao trabalho, conforme previsto no Decreto n.º 3.048, de 6 de maio de 1999. O serviço de Reabilitação Profissional registrou 51.670 segurados, de forma que elegeu 30.486 para cumprir programa de Reabilitação Profissional e reabilitou 17.255 beneficiários da Previdência Social, que representa 56,59% dos segurados eleitos para o programa. Houve um aumento percentual de 13,3% das equipes fixas de reabilitação profissional, passando de 361 equipes em 2010 para 409 equipes em 2011.

a.4) Atendimento ao Cidadão

O segurado da Previdência Social possui, atualmente, a facilidade de agendar o dia e hora do seu atendimento por meio da central telefônica 135 ou pela Internet, sem a necessidade de deslocar-se até uma Agência da Previdência Social (APS), garantindo maior comodidade nesse processo. A organização de requerimentos de benefícios mensais em agendas facilita a identificação prévia do segurado e otimiza o tempo de atendimento. Em 2011 foram registradas mais de 6,5 milhões de ligações mensais para a Central 135, um aumento considerável em relação aos 5,6 milhões de ligações/mês registrados em 2010. O tempo médio de espera para o atendimento agendado nacional em 2011 foi de 21 dias, que superou as expectativas previstas para 2011, uma vez que era esperado um resultado de 28 dias.

Além disso, o reconhecimento automático de direitos integra o processo de mudanças em busca da melhoria da qualidade do atendimento prestado ao segurado, de forma que a análise para a concessão de benefícios, quando de direito, pode ser realizada em até meia hora para os trabalhadores urbanos que requerem aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e salário-maternidade. O índice de benefícios habilitados e formatados no mesmo dia, exceto os que dependem de perícia médica, foi de 51,21% em dezembro de 2011.

Outra forma de facilitar o acesso do cidadão aos serviços previdenciários é o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS (PEX), que prevê a construção de 435 novas agências do INSS até 2015, meta prevista no Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Ao término do projeto, a Previdência Social estará presente em todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes. Concomitantemente à iniciativa de ampliação da rede, tanto as novas agências quanto as antigas estão passando por um processo de padronização estrutural, buscando a adequação das instalações físicas aos novos padrões de atendimento, com a instalação de novos sistemas de climatização, automação, acessibilidade e segurança. Em 2011, 51 unidades de atendimento foram reformadas.

O Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) analisou, em 2011, por meio das Juntas de Recursos e das Câmaras de Julgamento, um total de 424.407 processos. O CRPS, em parceria com o INSS, implementou o meio eletrônico por intermédio do Sistema E-Recursos, no gerenciamento da tramitação dos recursos administrativos bem como na produção, registro, consulta, transmissão e arquivamento de documentos. Com a implantação do Sistema E-Recursos, além de maior segurança no trato das informações constantes nos processos, a celeridade na tramitação reduzirá o tempo de análise, o que alavancará de forma considerável a melhoria no atendimento ao cidadão.

A Ouvidoria-Geral da Previdência Social é um veículo de comunicação do cidadão com a Previdência Social. Entre o período de agosto de 1998, até outubro de 2011, foram cadastradas 2,1 milhões de manifestações, das quais 98% foram solucionadas.

Em 2011, recebeu um total de 184.964 manifestações novas, que resultaram em uma média de atendimento de 15.413 manifestações/mês. Em relação ao total de novas manifestações, a Ouvidoria-Geral respondeu diretamente ao cidadão, sem encaminhar a área técnica solucionadora, cerca de 65% das manifestações, com um tempo médio de resposta de 4 dias. Além das solicitações novas, a Ouvidoria-Geral atendeu mais 17.580 manifestações de períodos anteriores que somadas às manifestações recebidas no ano totalizaram 202.544 manifestações solucionadas em 2011.

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

No contexto da ampliação dos esforços de acompanhamento da melhoria dos dados cadastrais, funcionais, previdenciários e financeiros, o desenvolvimento do Sistema de Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Públicos de Previdência Social (CNIS/RPPS) tem como objetivo primordial disciplinar a aplicação do teto de remunerações, proventos e pensões previsto no art. 37, inciso XI da Constituição. Além do CNIS/RPPS, está em desenvolvimento uma aplicação, ligada ao Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social (SIPREV/Gestão de RPPS), que permite a cada ente federativo formar o Cadastro de seus servidores, enviá-los para o CNIS/RPPS e obter relatórios gerenciais decorrentes de cruzamento de dados.

Em 2011, mais de 300 entes federativos iniciaram o carregamento do SIPREV/Gestão de RPPS, e homologou-se esta ferramenta como hábil para efetivação de Censo Previdenciário e validação dos dados para envio ao CNIS/RPPS.

c) Relações Internacionais da Previdência Social

Os acordos internacionais previdenciários têm como objetivo principal garantir os direitos de seguridade social, previstos nas legislações dos países signatários, aos respectivos trabalhadores e a seus dependentes legais, residentes ou em deslocamento temporário, no exercício de atividade laboral. O Brasil mantém Acordos Bilaterais de Previdência Social com Cabo Verde, Chile, Espanha, Grécia, Itália, Luxemburgo e Portugal e é signatário do Acordo Multilateral do Mercosul e da Convenção Multilateral Iberoamericana de Segurança Social. Em 2011, foram firmados acordos com o Canadá (Quebec), e estão em curso negociações com França e Moçambique.

As cooperações técnicas internacionais têm o objetivo de apoiar a modernização dos sistemas de seguridade social, fortalecer institucionalmente as entidades competentes em matéria de previdência social e prestar colaboração, a partir da experiência brasileira, na adoção de políticas públicas de Proteção Social. São atualmente três os países com os quais o Brasil mantém projetos de cooperação: Timor Leste, Moçambique e Paraguai, iniciados em 2010.

d) Previdência Complementar

O Regime de Previdência Complementar (RPC) conta, atualmente, com 338 Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), em atividade, que administram 1.091 planos previdenciários e apresenta uma população de 3,0 milhões de participantes e assistidos, gerindo cerca de R$ 580 bilhões de ativos totais, montante equivalente a 14,0% do Produto Interno Bruto (PIB).

As mudanças instituídas pela Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 05, de 18 de abril de 2011, simplificaram os procedimentos de formalização de processos de estatutos, regulamentos de planos de benefícios e convênios de adesão dos fundos de pensão.

No tocante à responsabilidade social, foi realizado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Previdência Social (MPS) e a Associação Nacional dos Contadores dos Fundos de Pensão (Ancep), resultado do Protocolo de Intenções firmado entre o Brasil e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinado na 100ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra. Na ocasião do Protocolo, a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) foi designada responsável pela coordenação das atividades a serem desenvolvidas para promover o trabalho decente, a proibição do trabalho infantil e escravo ou que atente à liberdade sindical e de associação, conscientizando as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) a promoverem a valorização das empresas que mantém programa consistente de investimentos sociais e de políticas claras de não discriminação.

Ainda no aspecto das relações institucionais, encontra-se em fase final as tratativas para formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre a SPPC e a Organização Iberoamericana de Seguridade Social (AISS), versando sobre troca de experiências, bem como a formação e o aperfeiçoamento dos técnicos na área de regulação, formulação de políticas públicas e diretrizes no âmbito do Regime de Previdência Complementar.

Em relação à promoção da Educação Previdenciária Complementar, foram elaborados um Guia com o tema – Fundos de Pensão: O futuro começa agora!, dirigido para a sociedade em geral, com uma linguagem acessível e um Encarte com o tema – Fundos de Pensão: Instituidor, voltado para os associados de entidades de classe. No total, foram enviados mais de 25 mil exemplares do Encarte para agentes de mercado e disponibilizado em sítio eletrônico para consulta pública.

Para 2012, entre os pontos a serem enfrentados estão: i) o estímulo à entrada de mais instituidores; a atração das grandes e médias empresas; ii) o incentivo aos fundos multipatrocinados, que trazem especialização e redução de custos; iii) a revitalização das modalidades de planos; iv) a aprovação da lei que cria a previdência complementar dos servidores públicos; e v) a revisão, racionalização e uniformização de regras e procedimentos para o Regime de Previdência Complementar.

8. Cultura

Reconhecido por sua diversidade cultural e potencial criativo, o Brasil assumiu o desafio de formular, implementar e monitorar políticas culturais articuladas ao processo de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Nesse contexto, as políticas culturais têm por base a inovação, a criação, a sustentabilidade, o acesso e a garantia de direitos e da cidadania.

A economia criativa, que tem obtido destaque em fóruns internacionais como a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foi objeto de diversas iniciativas do Governo. Destacam-se, em 2011, as parcerias estabelecidas para o levantamento de indicadores e mapeamento de cadeias, processos e potenciais produtivos, e a implementação de programas de capacitação, de apoio ao mercado e de geração de negócios. Nesse ano, com um investimento de R$ 6 milhões, iniciou-se a implantação dos Criativa Birôs, espaços destinados ao atendimento e ao suporte técnico de profissionais e empreendedores criativos, com foco na gestão do conhecimento, na qualificação da cadeia produtiva e no fomento para alavancagem econômica, nos Estados do Acre, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Em 2012, está prevista a implantação desses espaços em mais nove Estados e, até 2014, na totalidade das unidades federativas.

O Programa de Capacitação em Projetos Culturais, destinado a empreendedores, agentes públicos e privados, empresas e gestores culturais, contemplou, em 2011, 1,3 mil profissionais de todas as regiões do País e tem previsão de atendimento de mais 4 mil profissionais em 2012, quando estão previstas, também, ações de apoio à criatividade brasileira e de fomento aos setores criativos;

a implementação de iniciativas de cooperação e intercâmbio para internacionalização de bens e serviços culturais brasileiros; o lançamento do Prêmio de Fomento a Microempreendimentos, com o objetivo de selecionar e apoiar 150 projetos; a disponibilização do Portal Brasil Criativo; e a realização de 12 Cursos de Capacitação em Gestão de Empreendimentos Criativos. Esta última iniciativa visa contribuir para o avanço da sustentabilidade econômica de artistas, produtores, gestores e empreendedores.

No que se refere ao fomento a iniciativas culturais, em 2011 foram aprovados 8 mil projetos. Os patrocinadores desses projetos poderão se beneficiar da isenção fiscal de parte do imposto de renda, o que representa uma aplicação de mais de R$ 600 milhões. No âmbito do fomento com recursos orçamentários, foram lançados cinco editais: i) Prêmio Palcos Musicais Permanentes; ii) Prêmio de Apoio a Festivais e Mostras de Música; iii) Prêmio de Estímulo às Artes Visuais; iv) Prêmio de Apoio à Banda de Música; e v) Prêmio de Estímulo ao Circo, à Dança e ao Teatro. Ao todo, são R$ 57 milhões, recursos não reembolsáveis provenientes do Fundo Nacional de Cultura (FNC). Entre as iniciativas programadas para 2012 estão: a promoção de 133 eventos de intercâmbio entre artistas, técnicos e agentes culturais e o apoio a 900 projetos de produção, difusão e circulação de atividades e eventos artísticos. Condicionados à aprovação dos instrumentos legais pelo Congresso Nacional, estão previstos os estudos para futura implementação do Vale-Cultura e do Programa Nacional de Cultura (Procultura).

No âmbito da infraestrutura cultural, foram recebidos 380 projetos para implementação de Praças de Esporte e Cultura (PEC), ação integrante da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Esses equipamentos públicos integram atividades e serviços culturais; práticas esportivas e de lazer; formação e qualificação para o mercado de trabalho; serviços socioassistenciais; e políticas de prevenção à violência e inclusão digital num mesmo espaço físico. Sua implantação visa à promoção da cidadania e a redução da pobreza em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Como suporte a essa iniciativa, foram realizados 11 seminários regionais sobre mobilização e gestão social para capacitação dos futuros gestores dessas praças. Para o ano de 2012, está prevista a continuidade do processo de seleção de projetos que deverão resultar na construção de 600 PEC, com previsão de alcançar o total de 800 até 2014. Como atividades complementares, serão realizados seminários regionais, o 1º Seminário Nacional e o curso a distância para capacitar administradores e gestores públicos, bem como lideranças comunitárias, com vistas ao gerenciamento e à manutenção dos equipamentos e à efetivação de parcerias públicas e privadas para auxiliar na gestão permanente e qualificação do uso das Praças.

Outra iniciativa importante que começou a ser implementada em 2011 foi o Programa Usinas Culturais. Formulado no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania do Governo Federal, o Programa visa à realização de investimentos em infraestrutura e programação cultural em Municípios situados em áreas de alta vulnerabilidade social, possibilitando o exercício dos direitos, a promoção dos valores da cidadania e da diversidade cultural e o desenvolvimento local e regional por meio da economia criativa. O desenvolvimento dessa iniciativa é dividido em duas etapas. Na primeira, ocorre a adequação de espaços, a aquisição de equipamentos, ações de mobilização social e apresentação de plano de trabalho elaborado pelo Município. Na segunda, ações de "usinagem", com formulação de plano de trabalho que contemple parceria e participação social, formação de agentes culturais, estímulo ao empreendedorismo e a ações de criação, difusão e fruição de bens e serviços culturais. Em 2011, foram contratadas 52 Usinas Culturais. No total, serão instalados 199 desses equipamentos culturais em 135 Municípios participantes do Programa até 2012.

Dentro do escopo do Programa Mais Cultura, foram contemplados mais 28 Espaços Mais Cultura, o que compreende a construção e o fornecimento de mobiliário e equipamentos para espaços de múltiplas funções em áreas de grande vulnerabilidade social, totalizando 50 desses Espaços, desde seu lançamento. Em 2012, está prevista seleção de novos convênios para a instalação de 35 Espaços. Também foi lançado, em novembro de 2011, o Edital Mais Cultura – Microprojetos Rio São Francisco para fomento a atividades artísticas e culturais das populações da região da bacia

do rio São Francisco. No âmbito desse edital, serão concedidos 1.050 prêmios no valor de R$ 15 mil, totalizando investimento de R$ 16,8 milhões, a ser executado em 2012.

Dentre as iniciativas do Programa Cultura Viva, que apoia ações organizadas pelas comunidades para a produção e formação cultural e geração de renda, destacam-se os Pontos de Cultura, que proporcionam acesso aos bens e serviços culturais em todo o País, estimulando, prioritariamente, os já existentes, por meio de transferência de recursos, atividades de capacitação e da concessão de bolsas e prêmios. Até 2011, foram apoiados 3.361 Pontos de Cultura em todo o Brasil, correspondendo, no ano, ao início de repasses a 376 novos espaços e um desembolso de R$ 53 milhões. Além disso, os compromissos assumidos em editais de premiação totalizaram a transferência de R$ 22,5 milhões aos grupos e agentes culturais. Está previsto para 2012 o lançamento do edital Agente Jovem de Cultura, que consiste na promoção de ações culturais que contemplem a diversidade desse segmento etário**.**

No âmbito do Programa Brasil Plural, que promove a diversidade cultural brasileira, foi realizada a Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiros, em São Luís (MA). Em 2012, está prevista a realização da Cartografia da Diversidade Cultural, que consiste na sistematização e disponibilização de informações acerca da diversidade cultural brasileira, que será integrada à base de dados do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Na área de direitos intelectuais, foram concentrados esforços na discussão de proposta de revisão e modernização da Lei de Direitos Autorais.

O Programa Engenho das Artes manteve o foco na institucionalização de políticas para as artes cênicas, visuais e da música, a partir de processos seletivos para fomento, comunicação para a difusão, disponibilização de equipamentos culturais, ampliação do acesso do cidadão aos bens artísticos brasileiros e qualificação de profissionais. Nas Artes Cênicas, foram contemplados 111 projetos de produção e difusão de espetáculos, realização de pesquisas, aquisição de equipamentos, promoção da arte-educação e formação de público, e mais nove projetos de programação e ocupação de teatros públicos, perfazendo 569 apresentações. Cerca de 100 oficinas capacitaram mil técnicos e artistas, transmitindo conhecimento técnico e gerando multiplicadores. O segmento Artes na Rua (Circo, Teatro e Dança) apoiou 63 projetos de grupos e profissionais independentes. Com vistas à formação em artes circenses, foram concedidas 30 bolsas a estudantes para participarem do curso básico da Escola Nacional de Circo (RJ). A Rede Nacional Funarte Artes Visuais contemplou 45 projetos. Essa iniciativa promoveu oficinas artísticas e de qualificação, *workshops*, palestras, performances, audiovisual, seminários, exposições, atividades pedagógicas e pesquisa de linguagem. O Prêmio Funarte de Arte Contemporânea selecionou 20 artistas brasileiros para difundir suas criações em galerias de quatro capitais: Belo Horizonte, São Paulo, Recife e Brasília. Na Música, destaca-se a realização da XIX Bienal de Música Contemporânea, mostra de música erudita em que 520 intérpretes apresentaram 11 concertos e 74 obras de compositores inéditos. Foram realizados, também, os Painéis de Regência Coral e o de Bandas de Música, que qualificaram cerca de mil pessoas. O Programa Engenho das Artes apoiou 25 festivais, encontros, mostras, exposições de circo, dança e teatro, artes visuais e música propiciou atividades para um público aproximado de 1,3 milhão de pessoas, nas diversas regiões do País. Em 2012, pretende-se manter o fomento à produção e criação e à difusão artística, incentivando a circulação nacional e regional da produção artística e incorporação de novas tecnologias na qualificação dos profissionais da área.

Em relação à Cultura afro-brasileira, foram fomentados seis projetos culturais; apoiadas duas iniciativas para pesquisas sobre cultura e patrimônio afro-brasileiro; e atendidas 20 comunidades em iniciativas que contribuem para o desenvolvimento de populações remanescentes de quilombos. Destacam-se a entrega do Troféu Palmares em homenagem ao ativista negro

Abdias Nascimento e o I Prêmio Palmares de Monografia e Dissertação, que apoiou 30 trabalhos de pesquisa sobre cultura e patrimônio afro-brasileiro. Foram organizados seminários sobre a promoção e a proteção do patrimônio cultural quilombola, em parceria com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, e sobre a produção e divulgação do artesanato quilombola. Em 2012, a Fundação Cultural Palmares consolidará o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, em Brasília, além de projetos locais de qualificação e capacitação das comunidades quilombolas e de terreiro. Pretende-se, também, elaborar o atlas da diáspora africana promovida pela escravidão e desenvolver o turismo memorial, por meio da promoção dos itinerários referentes aos lugares de escravatura e de tráfico negreiro.

A política de incentivo ao livro e à leitura ampliou a disponibilidade de acervos bibliográficos para consulta pública com a intensificação da digitalização de acervos bibliográficos, alcançando a cifra de três milhões de páginas. A perspectiva é que até dezembro de 2012 seja alcançada a marca de 11 milhões de páginas digitalizadas. Também merece destaque o Programa de Internacionalização do Livro e da Literatura Brasileira. O pacote de medidas prevê programa de tradução com investimentos da ordem de R$ 12 milhões até o ano de 2020. O investimento em bibliotecas contabilizou 692 unidades beneficiadas, que incluem 145 novas bibliotecas municipais, inclusive uma de referência no Amazonas, investimentos para modernização em 411 bibliotecas e 136 pontos de leitura, além de formação de funcionários, ampliação de acervos e acessibilidade para pessoas com deficiência. A principal inovação na área foi a criação do Programa de Ampliação e Atualização dos Acervos, que beneficiará, até 2014, 25 mil bibliotecas e pontos de leitura municipais, estaduais, comunitárias e rurais.

Dentre as ações de fortalecimento e desenvolvimento do setor audiovisual, destaca-se a atuação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), que investiu cerca de R$ 120,8 milhões, aplicados em oferta de crédito e na participação no capital de empresas e em projetos. Além disso, o Prêmio Adicional de Renda (PAR) contemplou 84 empresas nacionais produtoras, distribuidoras e exibidoras com base no seu desempenho comercial, totalizando um aporte de R$ 6,5 milhões na cadeia do audiovisual. Com recursos de outras fontes, destaca-se o Programa de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira, com o lançamento de editais para apoio direto à produção de dez filmes de longa-metragem de baixo orçamento, três documentários de longa-metragem, 20 filmes de curta-metragem e 15 roteiros de filmes de longa-metragem. Para 2012, além da continuidade dos programas de incentivo à indústria audiovisual e do Programa Cinema Perto de Você, destinado à ampliação, diversificação e descentralização do mercado de salas de exibição cinematográfica no Brasil, a expectativa é de que, sob o novo marco regulatório da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, haja aumento da competitividade no segmento da comunicação audiovisual de acesso condicionado, entrada de novos agentes e ampliação do acesso ao conteúdo audiovisual brasileiro, inclusive com recursos complementares ao FSA e destinação de 30% desses às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Serão lançados editais voltados à convergência digital e plataformas audiovisuais: Laboratórios de Experimentação de Conteúdos e Tecnologias Audiovisuais, que apoiará novas tecnologias e sua interseção com o desenvolvimento de conteúdos; e BRGames, voltado aos jogos eletrônicos.

Em relação ao Programa Brasil Patrimônio Cultural, em 2011, os destaques são as ações de fomento a exemplo do Prêmio Viva Meu Mestre, de reconhecimento e fortalecimento da tradição cultural da capoeira, e da 24ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, para estímulo a pessoas e instituições empenhadas em ações preservacionistas e educação patrimonial.

Por meio do Programa Monumenta, destinado à preservação do patrimônio histórico urbano, foram realizadas 81 ações de preservação, revitalização de sítio protegido, requalificação dos espaços públicos, financiamento para restauração de imóveis privados e promoção do patrimônio cultural, totalizando o desembolso de R$ 44 milhões. Ressaltam-se também a melhoria da acessibilidade e obras de restauração do Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro, e o embutimento e canalização da rede elétrica do Casario do Porto de Corumbá (MS), no âmbito do PAC – Cidades Históricas. Para 2012, prevê-se a realização de três novos registros no âmbito do patrimônio imaterial e a implantação de novas Casas do Patrimônio. Destaque será dado ao início

do processo de implantação do Centro Lúcio Costa – Centro Regional de Categoria II da Unesco/ONU, a partir do qual será estruturado o Programa Nacional de Formação em Patrimônio Cultural, em parceria com países da América Latina, África e Ásia.

Com relação ao segmento museológico, destaca-se, em 2011, a implantação de 12 pontos de memória em áreas de vulnerabilidade e risco social, além do reconhecimento e premiação de 48 iniciativas de museologia social a partir do Prêmio Pontos de Memória. Para 2012, pretende-se apoiar mais 100 pontos de memória. Além disso, foram lançados editais e prêmios que totalizaram mais de R$ 16 milhões em apoio. Em 2012, serão concluídos o Inventário de Acervos Museológicos dos Museus, contemplando a conservação e proteção de mais de 250 mil bens culturais musealizados, e a nova versão do Cadastro Nacional de Museus, que já mapeou mais de três mil instituições museológicas no País até 2011. Também serão contemplados, nas ações de fomento, projetos relacionados ao legado cultural da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016, compreendendo a restauração de cinco edifícios históricos que abrigam museus e a realização de projetos de acessibilidade e de sustentabilidade ambiental em 15 museus.

Quanto à promoção da cultura nacional no exterior, a principal ação do Governo em 2011 foi a participação na 23ª edição do Festival Internacional de Cultura da Europa, o Europalia-Brasil. O Brasil foi o país tema do festival, o que proporcionou a difusão e o intercâmbio de eventos e obras culturais brasileiras nas mais diversas linguagens. A arte e a cultura dos povos originários do Brasil também foram representadas no evento pelas etnias que habitam a terra indígena Parque do Xingu (MT), com cantos e danças rituais, além de uma mostra dos trabalhos do artesanato tribal.

Por fim, no campo da gestão da política cultural merece destaque o processo de construção do Plano Nacional de Cultura, por meio da elaboração do conjunto de metas para os próximos dez anos, a partir de um processo de consulta pública à sociedade e de diálogo com o Conselho Nacional de Política Cultural. Com o intuito de estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional, houve a assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação com vistas a desenvolver, a partir de 2012, ações conjuntas que resultarão na implantação da ação Mais Cultura nas Escolas. Destaca-se, também, o avanço na implantação de um sistema nacional de cultura, que objetiva o fortalecimento da gestão pública da cultura com base em um modelo institucional que reúne a sociedade civil e os entes federados. Em 2011, 675 Municípios e 12 Estados já faziam parte desse sistema. A expectativa para 2012 é alcançar, no mínimo, a adesão de 75% dos Estados e 20% dos Municípios.

9. Esporte

As ações nas áreas de esporte e lazer têm como foco a inclusão social e a democratização do acesso mediante medidas de apoio à infraestrutura esportiva, ao esporte social e ao esporte de alto rendimento, além da preparação para os grandes eventos esportivos previstos para os próximos anos, especialmente a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

a) Programa Segundo Tempo

O Programa Segundo Tempo (PST) fortaleceu a política de esporte educacional ampliando significativamente o número de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social com acesso à prática esportiva no contraturno escolar. Atualmente os Núcleos de Esporte Educacional estão implantados em todas as unidades da Federação, em mais de dois mil Municípios. Hoje são 14.384 núcleos que empregam 32,5 mil professores e monitores atendendo a 2,5 milhões de crianças, adolescentes e jovens em todo o País. Uma ação estratégica para o alcance desse resultado

foi a cooperação com o MEC que permitiu a ampliação da inserção do Segundo Tempo no âmbito do Programa Mais Educação, integrando a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas escolas. Em 2011, o Programa foi inserido em 4.947 escolas públicas de 789 Municípios do País, alcançando cerca de 1 milhão de alunos da educação básica.

O ano de 2011 representou um marco importante na evolução do Programa, destacando-se: i) a instituição de Chamada Pública com o estabelecimento de novos critérios de seleção que garantiram o rigor necessário na avaliação da capacidade técnica e operacional das entidades proponentes; ii) a diversificação e ampliação do *kit* de Material Esportivo por meio da aquisição direta, reduzindo o custo e aumentando a qualidade e a durabilidade dos materiais, além de favorecer o desenvolvimento da proposta pedagógica; e iii) a revisão das ações pactuadas na celebração das parcerias, a exemplo do Reforço Alimentar que não será mais financiado com recursos do convênio, o que possibilitou a ampliação imediata do número de beneficiados e a redução do risco na aplicação dos recursos públicos.

Em continuidade à priorização da seleção de entidades públicas para desenvolver o Programa iniciado em 2007, de forma a dar efetividade à política de esporte educacional, em 2011, além da renovação da cooperação com o Ministério da Defesa, optou-se por celebrar parcerias somente com governos estaduais, municipais e universidades públicas. Em complemento à Chamada Pública para o Segundo Tempo padrão, que atende a faixa etária de 6 a 17 anos, foram abertos editais para formalização de parcerias visando à implantação e ampliação dos projetos especiais, tais como o PST Universitário e o PST adaptado para pessoas com deficiência, resultando na parceria com 33 universidades federais. Também foi aberto edital específico para o PST Navegar que oferece modalidades náuticas e permitirá o reaproveitamento dos equipamentos já disponibilizados pelo programa a governos estaduais e municipais.

O Projeto Recreio nas Férias oferece opções de lazer às crianças e aos adolescentes, no período de férias escolares, em janeiro e julho. A ação integra o Programa Segundo Tempo e se concretiza por meio de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas, diferenciadas em relação ao que o núcleo desenvolve durante o ano. O Recreio nas Férias oportunizou a participação de aproximadamente 12,8 mil crianças e adolescentes em 128 núcleos do Segundo Tempo.

Para 2012, o PST buscará elevar o atendimento médio anual para três milhões de beneficiados, dando continuidade às parcerias com governos municipais, estaduais e universidades e por meio da inserção do esporte educacional em 10 mil Escolas do Programa Mais Educação, com a expectativa de atender 2 milhões de alunos da educação básica na perspectiva da educação integral. Pretende-se, ainda, diversificar a atuação do Programa, por meio da implantação de projetos especiais, e ampliar o apoio à participação de escolares em jogos e eventos nacionais e internacionais e à realização de eventos e ações nacionais e internacionais de caráter educacional, por meio das parcerias com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) e com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), fortalecendo a Política de Esporte Educacional em todas as suas vertentes.

Cabe destaque para o fato de ter sido o Brasil escolhido para sediar os próximos Jogos Escolares Sul-Americanos, que acontecerão em dezembro de 2012. Tal escolha se deu por decisão unânime dos dez países que compõem o Conselho Sul-Americano de Desportos (Consude).

Foi confirmada também a realização no Brasil das Olimpíadas Escolares Mundiais – Gymnasiade, em 2013. A Gymnasiade, que nunca aconteceu na América, irá reunir os países que são filiados à Federação Internacional do Desporto Escolar (ISF) nas modalidades de: atletismo, natação, ginástica rítmica e artística. A Gymnasiade é o evento mais importante da ISF e acontece de quatro em quatro anos.

b) Programa Esporte e Lazer da Cidade

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em 2003, tem como objetivo central ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e do lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural. O Programa desenvolve ações em parceria com os governos estaduais, municipais, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil, para garantir o acesso aos direitos sociais, por meio do funcionamento de núcleos e da formação. O Programa contempla ações como o PELC Funcionamento de Núcleos – Todas as Idades, Pronasci (jovens de 15 a 24 anos) e Vida Saudável (adultos acima de 45 anos e idosos) –, que na sua essência visam promover condições de acesso a atividades físicas, jogos, brincadeiras e eventos culturais.

Em 2011, os núcleos Todas as Idades e Vida Saudável permitiram que fossem firmados 19 convênios, com a previsão de beneficiar a mais de 218 mil pessoas nos núcleos de esporte recreativo e de lazer. Além dos participantes diretos das ações, serão capacitados 400 gestores, coordenadores e agentes sociais. O Programa tem, atualmente, 94 convênios em execução, beneficiando a aproximadamente 850 mil pessoas nas cinco regiões do País.

c) Jogos dos Povos Indígenas

A XI Edição dos Jogos dos Povos Indígenas aconteceu no período de 5 a 12 de novembro de 2011, em Porto Nacional, Estado do Tocantins, com a participação de 1,4 mil indígenas e um público diário de mais de 5 mil pessoas acompanhando o evento que, além das atividades culturais e esportivas, contou com a realização do Fórum Social Indígena e a feira de artesanato. Participaram com equipes 28 etnias e outras seis como visitantes.

d) Rede Cedes

A Rede Cedes é um Centro de Desenvolvimento de Esporte e Lazer que fomenta a produção e difusão de pesquisa. Essa rede integra 59 instituições de ensino superior, de todas as regiões brasileiras, 21 Estados e Distrito Federal. Em 2011, foram desenvolvidas pesquisas na área das Ciências Sociais e Humanas, envolvendo grupos de estudos de políticas públicas de esporte e lazer cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 32 pesquisadores coordenadores e 85 pesquisadores participantes. Foram gerados 45 postos de estágios, criados com bolsas para alunos de graduação, pós-graduação e doutorado. Em outubro de 2011, foi aberta a Chamada Pública, Edital da Rede Cedes que teve a inscrição de 72 projetos de pesquisa, apresentados por 45 instituições de ensino superior, de 20 Estados e do Distrito Federal.

Para 2012, o desafio será financiar o maior número possível de pesquisas selecionadas pelo Edital da Rede Cedes 2011.

e) Inclusão Social pelo Esporte

O Programa Inclusão Social pelo Esporte busca a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social, bem como procura suprir a demanda por materiais esportivos de programas administrados pelo Ministério do Esporte (ME). O Programa, no ano de 2011, obteve produção de 275 mil itens esportivos diversos, que beneficiaram cerca de 4,3 milhões de pessoas vinculadas aos programas sociais esportivos e escolas públicas.

Para 2012, estima-se a produção de 900 mil itens esportivos, o que possibilitará cerca de 15 milhões de atendimentos.

f) Infraestrutura Esportiva

Os investimentos em infraestrutura no ano de 2011 por parte do ME foram estruturados a partir das seguintes ações: i) implantação e modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte; ii) apoio à implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016; iii) implantação e modernização de infraestrutura para Esporte Recreativo e Lazer; iv) implantação e modernização de infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento; e v) implantação da infraestrutura para o desenvolvimento do Esporte Educacional. Dentro dessas ações, o ME atendeu 151 espaços esportivos, além de 393 espaços esportivos referentes às emendas individuais.

O Projeto Praça da Juventude, criado em 2007, é destinado a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e de lazer. A Praça da Juventude é uma área de convivência comunitária onde são realizadas também atividades culturais, de inclusão digital e de lazer para a população de todas as faixas etárias. Em 2011, foram inauguradas 7 Praças da Juventude, por meio de contratos de repasse. Entre elas encontram-se as praças implantadas nos Municípios de Cruzeiro do Sul (AC), Careiro (AM), Euclides da Cunha (BA), Sorriso (MT), Mogi das Cruzes (SP) e Presidente Prudente (SP), além dos três módulos em Fortaleza (CE) – praça reduzida contendo apenas alguns equipamentos do projeto modelo – e um módulo em Bariri (SP). Somando as três praças inauguradas em 2010 – Mogi-Guaçu (SP), Feijó (AC) e Aracaju (SE) – já existem dez no total. Outras 103 estão em fase de construção.

g) Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

Após a vitória brasileira na disputa pela sede dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, o ME vem trabalhando em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e as confederações esportivas no planejamento dos esportes que compõem os programas olímpico e paraolímpico para inserir e manter o Brasil entre as dez potências olímpicas do esporte mundial, e entre as cinco melhores do esporte paraolímpico. O objetivo é tornar o Brasil uma potência esportiva a partir de 2016. A execução desse plano exige um conjunto de medidas, entre as quais se destacam:

g.1) Apoio às Modalidades Esportivas em 2011

O ME apoiou repasses, via chamada pública, para 45 projetos de esportes que compõem os programas olímpico e paraolímpico de diversas instituições, entre elas os Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiro, confederações de 14 modalidades e prefeituras, com vistas à formação e qualificação de atletas e equipes para as próximas edições de Jogos Pan-americanos, Parapan-americanos, Olímpicos e Paraolímpicos.

g.2) Bolsa-Atleta

Programa mantido desde 2005 e destinado a atletas e para-atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade, o Bolsa-Atleta é a maior ação de patrocínio esportivo individual no mundo. No ano de 2011, foram concedidas 3.598 bolsas nas quatro categorias vigentes: Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica, em 74 modalidades, com resultados significativos em nível pan-americano e mundial, em diversas modalidades masculinas e femininas. Nos Jogos Pan-americanos de 2011 em Guadalajara, participaram 198 bolsistas, do total de 519 atletas brasileiros. Os beneficiados pelo Programa participaram da conquista de 54 medalhas das 141 conquistadas pelo Brasil, sendo 11 ouros, 15 pratas e 28 bronzes. Em porcentagem, 37% dos pódios obtidos pelo País vieram dos atletas beneficiados pelo programa do Governo Federal. Nos Jogos Parapan-americanos, também em Guadalajara, a delegação

nacional conquistou o primeiro lugar no quadro geral, com 197 medalhas: 81 de ouro, 61 de prata e 55 de bronze. Os atletas que recebem o auxílio financeiro do Programa Bolsa-Atleta foram responsáveis por 79% dos pódios brasileiros. A delegação brasileira contou com a participação de 222 atletas, dos quais 162 recebem o benefício do Programa.

Em 2012, serão acrescentadas duas novas categorias de bolsa, aprovadas pela Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, de Base e de Pódio, sendo que esta estará vinculada ao novo Programa Atleta Pódio, também criado pela citada Lei. Além de proporcionar melhoria no Bolsa-Atleta, a referida Lei cria o Programa Cidade Esportiva, já em fase de implantação piloto; institui a Rede Nacional de Treinamento; altera aspectos da Lei Pelé; induz a profissionalização da gestão esportiva; e redefine critérios de repasses de recursos públicos para entidades de administração do esporte, entre outros pontos. Cabe ressaltar que essa Lei excluiu a vedação anterior permitindo, a partir de agora, que os bolsistas tenham somados à Bolsa outras formas de patrocínio, possibilitando a entrada no Programa dos principais atletas olímpicos e paraolímpicos do País. No momento, o Governo trabalha na regulamentação da Lei nº 12.395.

g.3) Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD)

Uma das exigências e compromissos do Governo Federal para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos é a criação da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), instituída pelo Decreto nº 7.630, de 30 de novembro de 2011, para garantir as exigências internacionais. Referida entidade pública terá como finalidade a implantação da Política Nacional de Controle de Dopagem e disseminação de campanhas educativas e realização de testes de controle de dopagem fora de competição. Além disso, o ME deverá promover novos aportes de recursos para a aquisição de equipamentos e melhoria da infraestrutura do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (Ladetec), único credenciado no Brasil para testes de controle de dopagem.

g.4) Preparação para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

O planejamento feito em conjunto pelo Governo Federal e as entidades esportivas (comitês e confederações) é inédito e irá elevar o esporte brasileiro a um patamar jamais atingido, com racionalização de investimentos, melhoria de gestão, incremento de instalações, em particular de centros de treinamento, melhor formação e treinamento de atletas, mais intercâmbio e participação em competições no exterior, preparação de seleções de base e principais e aquisição de materiais e aparelhos de boa qualidade para diversas modalidades.

h) Prevenção à Violência nos Estádios e Defesa dos Direitos do Torcedor

A implantação da política nacional de prevenção à violência nos eventos esportivos relacionados ao futebol, com o objetivo de proporcionar conforto e segurança aos torcedores, foi destaque em 2011, em especial a criação da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor. O ME, na condição de interveniente, participou da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta, entre os Ministérios Públicos dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, com as Torcidas Organizadas dos Clubes de Futebol desses Estados para a efetivação do artigo 2º-A, do Estatuto do Torcedor, e desdobramento das ações do Programa Torcida Legal, com o início do cadastramento de torcedores no padrão do Registro de Identidade Civil (RIC), em parceria com o Ministério da Justiça e Tribunal Superior Eleitoral. No Programa Torcida Legal houve ainda confecção, lançamento e distribuição da Cartilha Ilustrada do Estatuto do Torcedor nos jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol profissional. Outra ação de destaque na defesa dos direitos do torcedor foi a preparação e confecção do Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para a Segurança e Conforto em Estádios de Futebol.

Para o ano de 2012, estão planejadas as seguintes ações: i) cadastramento das torcidas organizadas; ii) implantação do sistema de controle e de acesso e monitoramento de imagens dos estádios brasileiros; e iii) regulamentação do Estatuto do Torcedor.

i) Jogos Mundiais Militares

Os Jogos Mundiais Militares de 2011, oficialmente denominados V Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM), foram realizados entre os dias 16 e 24 de julho, no Rio de Janeiro. Durante os nove dias de competição desse evento multiesportivo militar, mais de 5.650 atletas de mais de 100 países competiram em 20 modalidades esportivas. O Brasil foi representado por 268 atletas em todas as modalidades.

Foi a primeira vez que este tipo de evento aconteceu em um país do continente americano. Os Jogos Militares são o quarto maior evento multiesportivo do mundo, perdendo apenas para os Jogos Olímpicos, Jogos Paraolímpicos e a Universíada.

Na colocação geral, o Brasil garantiu o primeiro lugar. O País conquistou 114 medalhas, sendo 45 de ouro, 33 de prata e 36 de bronze. Em segundo lugar, ficou a China, com 99 medalhas, e em terceiro a Itália, com 51.

j) Futebol

Para o ano de 2012, o ME pretende incentivar a abrangência dos campeonatos regionais de futebol feminino e estimular a qualificação da gestão e da governança do futebol e a cadeia produtiva do futebol, articulando agentes públicos e privados.

k) Preparação para a Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014

O ME, enquanto coordenador das ações do Governo Federal para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 e pelas atribuições conferidas ao Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (Gecopa) de aprovar previamente a inclusão de projetos no portfólio Copa – Decreto Presidencial não numerado, de 26 de julho de 2011 –, prosseguiu nas ações para estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico do Governo Brasileiro para a Copa e supervisão dos trabalhos do Gecopa.

As premissas foram: realizar uma Copa Sustentável com a confluência entre desenvolvimento econômico, meio ambiente e inclusão social, promover a imagem do Brasil no mundo, modernizar a infraestrutura do País, gerar um salto de qualidade nos serviços, mobilizar a nação, constituir arenas multiuso de classe mundial, aperfeiçoar os instrumentos de gestão e transparência.

A instalação pelo ME das nove Câmaras Temáticas para discutir os tópicos de maior importância para a Copa do Mundo FIFA 2014 permitiu que as políticas públicas e soluções técnicas necessárias, eficientes e transparentes, para garantir a formação de um legado alinhado aos interesses estratégicos do País, a partir da realização exitosa da Copa, fossem disseminadas nas cidades-sedes que receberão os jogos do mundial.

l) Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, consolida-se como um efetivo instrumento de financiamento a projetos esportivos. É uma política pública que integra sociedade, Governo e empresários para o desenvolvimento esportivo nacional. Com os recursos que deduzem do imposto de renda devido, mais de 1,7 mil empresas tiveram a oportunidade de patrocinar cerca de 800 projetos de esporte educacional, de participação ou de alto rendimento, distribuídos por todo o

País, envolvendo diversos setores sociais. Em 2011, a captação, até o final de dezembro, mês que concentra a maior parte da captação de recursos, ficou em torno de R$ 230 milhões, o que significa crescimento de 21% em relação a 2010.

Para 2012, a projeção, com base na curva anual de crescimento, é de captar mais de R$ 250 milhões. Novos investimentos que se somarão aos 800 mil brasileiros beneficiados diretamente pela Lei de Incentivo ao Esporte, a maioria em situação de vulnerabilidade social, que se revelam cada vez mais como atletas e como cidadãos.

10. Programa Luz para Todos

Em julho de 2011, o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, instituiu uma nova fase do Programa Luz para Todos (LPT), criado em 2003. Para o período de 2011 a 2014, o LPT tem como foco o atendimento às pessoas domiciliadas em áreas de concessão e permissão cujo atendimento resulte em elevado impacto tarifário, de acordo com critérios a serem definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); às pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania ou pelo Plano Brasil Sem Miséria; aos projetos de eletrificação em assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades localizadas em reservas extrativistas ou em áreas de empreendimentos de geração ou transmissão de energia elétrica, cuja responsabilidade não seja do respectivo concessionário; e às escolas, postos de saúde e poços de água comunitários.

Para os contratos celebrados no início do Programa, com base no Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, cujos objetos não tenham sido concluídos até 31 de dezembro de 2011, o Decreto nº 7.656, de 23 de dezembro de 2011, assegurou a continuidade desses contratos e o atendimento das unidades familiares já identificadas.

Desde o início do Programa, cerca de 14,5 milhões de brasileiros foram beneficiados, tendo sido executadas mais de 2,9 milhões de ligações, das quais 1,4 milhão na região Nordeste, 575,8 mil na região Norte, 210,9 mil na região Sul, 497 mil na região Sudeste e 199,5 mil na região Centro-Oeste. Em 2011, 247.862 famílias passaram a contar com energia elétrica em suas casas, ou seja, mais de 1,2 milhão de pessoas em todo o País. Do total de R$ 14,3 bilhões de investimentos previstos do Governo Federal, já foram contratados R$ 14,07 bilhões (98%) e liberados R$ 10,8 bilhões (77%).

As obras do Programa Luz para Todos, além de beneficiar as famílias com o acesso à energia, também incentivam a atividade econômica. Estima-se que mais de 7,2 milhões de postes já foram instalados, 1 milhão de transformadores e 1,4 milhão de km de cabos elétricos foram utilizados e 435 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos, foram criados. O LPT contribuiu também para incrementar o segmento industrial de eletrodomésticos e para potencializar a comercialização de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as condições do trabalho rural. Em pesquisa realizada pelo Governo Federal no início de 2009 entre os beneficiários do LPT, verificou-se, por exemplo, que 79,3% dos entrevistados adquiriram televisores, 73,3% passaram a ter geladeiras e 24,1% compraram bomba d'água. Num universo de 2,9 milhões de famílias atendidas, esses percentuais representam a comercialização de 2,3 milhões de aparelhos de TV, 2,1 milhões de geladeiras e aproximadamente 700 mil bombas d'água.

Para o ano de 2012, a expectativa é que o LPT execute 201 mil novas ligações e proporcione o acesso gratuito à eletricidade a mais de 1 milhão de moradores rurais, criando condições para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

a) Ações Integradas no Âmbito do LPT

O objetivo das Ações Integradas do Programa Luz para Todos é que a energia elétrica utilizada para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários se constitua em vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de trabalho

e renda, e contribuindo para a redução dos índices da pobreza e da fome. O Programa vem apoiando a criação de Centros Comunitários de Produção (CCPs), constituídos de pequenas agroindústrias que utilizam equipamentos eletrorrurais para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, tais como: resfriamento de leite, em sua maioria; produção de rapadura, açúcar mascavo e doces de frutas; criação de pequenos animais; artesanato; confecção; entre outros.

Foram apoiados, até 2011, projetos que beneficiaram cerca de 25 mil famílias. Além dos CCPs, outros projetos, tais como perfuração e instalação de 73 poços tubulares favoreceram 1.936 famílias. Em 2011, a prioridade foi a análise das prestações de contas e a verificação da implantação dos projetos encerrados. Os projetos de geração de trabalho e renda vêm-se desenvolvendo em parceria entre Governo Federal, governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil, com significativos resultados de alcance social.

11. Inclusão Digital

Juntamente com a implementação do Programa Nacional de Banda Larga (PNLB), as ações de inclusão digital objetivaram levar acesso à rede mundial de computadores a regiões e cidadãos que ainda não dispunham, promovendo a apropriação tecnológica e a qualificação para o uso. Em 2011, foi criada a Secretaria de Inclusão Digital por meio do Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011, unidade responsável pela formulação, execução e articulação de políticas públicas relativas à inclusão digital.

a) Telecentros

O Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR) tem por objetivo desenvolver ações conjuntas entre órgãos do Governo Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil que possibilitem a oferta, implantação e manutenção, em larga escala, de telecentros. O uso dos telecentros pelas políticas públicas de todos os setores, sobretudo as de finalidade social e de combate à pobreza, atende a pessoas que ainda não têm recursos para comprar seus equipamentos e conexões, oferecendo formação e, principalmente, proporcionando direitos e cidadania a todos. As instituições responsáveis pelos telecentros são orientadas, nesse sentido, conforme a nova Cartilha de Montagem de Telecentros, lançada em outubro de 2011 e disponível na Internet (http://www.inclusaodigital.gov.br/telecentros/documentos/Cartilha-Telecentros_2011-f-1.pdf).

O Governo está unificando os programas voltados para telecentros. A unificação se dá no sentido de oferecer a todos os telecentros o mesmo conjunto de recursos: equipamentos de informática, conexão à Internet, bolsas e formação para monitores. Também o modelo de parcerias está sendo unificado, para que instituições de maior porte e capacidade administrativa acompanhem um conjunto de telecentros, otimizando os esforços.

São 8.233 telecentros já instalados em todo o País, localizados em 5.273 Municípios, representando 94,7% da totalidade de Municípios brasileiros, sendo qualificados como pontos de encontro em suas comunidades, para que mobilizem e facilitem a apropriação das tecnologias digitais pela população.

Para 2012, planeja-se oferecer formação para 9 mil agentes de inclusão digital dos espaços apoiados. O modelo de telecentro também será integrado a ações realizadas em parceria com outros Ministérios, proporcionando maior efetividade ao Programa.

Além desses, outros 45 Governos de Estados e Municípios, e organizações da sociedade civil, possuem parceria com o programa para o apoio conjunto aos telecentros.

b) Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão

O Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (Gesac) integra o Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, com objetivo de fornecer gratuitamente conexão de Internet banda larga a pontos em todo o País, com prioridade para comunidades isoladas ou de alta vulnerabilidade social, como as comunidades tradicionais, de periferias urbanas e de fronteira, de forma a favorecer a diminuição de desigualdades regionais e permitir serviços em educação presencial e a distância, saúde e previdência social, entre outros.

Por meio do Programa Gesac, ações de Ministérios e órgãos públicos podem se beneficiar de conectividade para o desenvolvimento de políticas públicas em pontos públicos ou de interesse coletivo, a exemplo da conectividade em escolas públicas da zona rural.

Em 2011, com a assinatura de aditivos contratuais para mais 1.460 pontos dessas novas conexões (910 feitas por satélite e 550 via terrestre), o Programa Gesac alcançou 13 mil pontos de presença em operação, distribuídos em 5.132 Municípios.

Para os próximos anos, em novo edital de contratação, o Programa Gesac prevê a expansão da rede em mais 1,6 mil pontos de presença, totalizando aproximadamente 15 mil pontos de presença. A nova licitação contempla uma plataforma que permitirá usar a rede Gesac para aplicações de videoconferência, tele-educação, telessaúde e telemedicina.

São parceiros dos Programas Telecentros. BR e Gesac os seguintes órgãos federais: Ministério das Comunicações (MC) – coordenação dos programas e oferta de equipamentos, conexões e formação; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – coordenação conjunta do Programa Telecentros.BR, oferece bolsas aos agentes de inclusão digital por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizou, em 2011, chamamento público de parcerias para apoio a telecentros que se integrarão ao programa quando implantados; Ministério da Cultura (MinC); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Defesa (MD); Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério da Justiça (MJ); Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); Ministério da Saúde (MS); Ministério das Minas e Energia (MME); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam); Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Fundação Banco do Brasil (FBB); e Banco do Brasil (BB).

De forma a articular e promover maior efetividade às ações que vêm sendo implementadas por esses órgãos e outros parceiros, foi lançado, em dezembro de 2011, na abertura da 10ª Oficina para Inclusão Digital, que reuniu cerca de 2 mil pessoas em Vitória (ES), o Fórum de Articulação das Ações de Inclusão Digital do Governo Federal.

c) Cidades Digitais

O Projeto Cidades Digitais deverá ser iniciado em 2012, beneficiando 80 Municípios, na forma de projeto-piloto. Para a seleção das cidades, serão considerados critérios tais como o Índice de Desenvolvimento Humano e a localização da cidade, dando prioridade para Municípios das regiões Norte e Nordeste do País, onde o acesso à Internet é atualmente mais oneroso e escasso.

O Projeto se estrutura a partir do apoio à implantação de redes digitais locais de comunicação nos Municípios brasileiros. Essa infraestrutura permitirá melhorar a qualidade e eficiência da gestão pública e a oferta de serviços

à sociedade, por meio de um conjunto de ações de inclusão digital, dentre as quais se destacam: i) a conexão de órgãos e equipamentos públicos entre si e à Internet em banda larga; ii) a instalação de pontos públicos de acesso à Internet para uso livre e gratuito pela população em espaços de grande circulação; iii) a formação de monitores e de servidores públicos para atuarem como agentes de inclusão digital; iv) a promoção de iniciativas de capacitação para garantir a usabilidade dos equipamentos instalados; e v) o apoio a projetos de produção de conteúdos e aplicativos para utilização em governos eletrônicos municipais.

d) Capacitação no Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para a Juventude Rural

Em parceira com a Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, foi lançada, em novembro de 2011, uma chamada pública no valor total de R$ 10 milhões para projetos direcionados à capacitação da juventude das áreas rurais no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). As atividades são coordenadas por universidades federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 21 unidades da Federação. Os projetos irão beneficiar diretamente 35 mil jovens professores e professoras das escolas públicas localizadas nas áreas rurais, jovens que trabalham em cooperativas de produção e comercialização, e jovens moradores dos assentamentos da reforma agrária e das comunidades tradicionais interessados em se qualificar na produção de conteúdos e informações digitais.

12. Justiça e Segurança Pública

a) Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

A despeito dos avanços alcançados nos dois últimos anos, a realidade do consumo e tráfico de drogas no País, em especial o fenômeno do crack e sua frequente interface com problemas relacionados ao aumento da violência nos centros urbanos, continua a impor desafios que se configuram como questão central à intervenção estatal.

Com relação a esse tema, o Governo vem atuando de maneira integrada. Em maio de 2010, com a publicação do Decreto nº 7.179, foi instituído o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, reformulado com a edição do Decreto nº 7.637, de 8 de dezembro de 2011. Este decreto ampliou o escopo do Plano ao agregar novas ações e materializar a atuação coordenada dos Ministérios da Justiça, da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Fazenda, da Secretaria de Direitos Humanos e da Casa Civil da Presidência da República.

Além da capacitação de profissionais e lideranças que atuam junto aos usuários, serão mapeados os recursos e avaliados os serviços, com vistas a identificar os desafios e qualificar essa intervenção de apoio à rede de atenção aos usuários e dependentes de crack e outras drogas. Também deverá ser dada ênfase ao desenvolvimento de competências junto aos familiares na prevenção do uso de drogas, violência e outros comportamentos de risco junto a populações vulneráveis.

O Plano, que tem o mote "Crack, é possível vencer!", está embasado em três eixos: cuidado (saúde/assistência social); autoridade (segurança pública) e prevenção (educação/informação). O Plano objetiva aumentar substancialmente a oferta de serviços de tratamento e atenção aos usuários e aos seus familiares; aprimorar o enfrentamento do tráfico de drogas e o desmantelamento das organizações criminosas ligadas ao tráfico, ao implantar o policiamento ostensivo e de proximidade nas regiões nas quais haja concentração de uso de crack e outras drogas, com a disponibilização de bases policiais móveis e de sistemas de videomonitoramento fixo e móvel; e ampliar as atividades de prevenção por meio da educação, informação e capacitação.

Com investimento de R$ 3,92 bilhões, até 2014, o Plano prevê a atuação articulada entre o Governo Federal, os Estados, os Municípios e a sociedade civil, visando ao desenvolvimento de ações locais integradas nas áreas de saúde, segurança pública, educação e assistência social, relevando-se o monitoramento intensivo dessas ações.

No eixo "cuidado", destacam-se as seguintes ações previstas para serem desenvolvidas até 2014: i) a implantação de 308 Consultórios de Rua, que terão a incumbência de realizar a busca ativa de dependentes químicos e avaliar a necessidade de internação dos usuários do crack; ii) a criação de 2.462 leitos em enfermarias especializadas em dependência química do Sistema Único de Saúde (SUS), com investimentos previstos na ordem de R$ 670 milhões; e iii) a realização de parcerias com entidades privadas de tratamento e recuperação de dependentes químicos escolhidas por processo de seleção pública de projetos, visando garantir a ampliação da oferta de tratamento ao usuário de drogas.

No eixo "autoridade", as principais diretrizes são: i) intensificação das ações de inteligência integrada entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as polícias estaduais, visando à identificação e prisão de traficantes de drogas e o desmantelamento do crime organizado, com o confisco de bens de narcotraficantes; ii) reforço do policiamento ostensivo e de proximidade nos pontos de uso de drogas em todo o País; iii) instalação de câmeras de videomonitoramento fixo nesses locais, como forma de possibilitar maior sensação de segurança na população, assim como preservar as intervenções urbanas a serem feitas nessas localidades; e iv) implantação, em 2012, de 70 bases móveis com videomonitoramento, 1,4 mil câmeras de videomonitoramento fixo e a capacitação de 2,8 mil profissionais de segurança pública.

Quanto ao eixo "prevenção", em três anos, 210 mil educadores e 3,3 mil policiais militares serão capacitados para atuar na prevenção do uso de drogas em 42 mil escolas públicas, alcançando 2,8 milhões de alunos a cada ano. Ademais, estão previstas campanhas públicas e outros canais de comunicação, para disseminação de informações sobre o tema, e a capacitação de profissionais de saúde, assistência social e operadores do direito, além de lideranças comunitárias e religiosas, que possam ajudar a orientar as comunidades a que pertencem.

Em relação às políticas estruturantes que fazem interface com o enfrentamento ao crack e outras drogas, em 2011, destaca-se a formalização de convênios com 25 Estados para a aquisição de equipamentos para as Delegacias de Polícia Civil, com objetivo de dotar essas unidades de uma estrutura mínima de investigação e combate ao tráfico de drogas no País.

Quanto às políticas de formação para o enfrentamento ao tráfico de drogas, para a prevenção do uso, o tratamento e a reinserção social de usuários e dependentes de crack e outras drogas, buscou-se a capacitação permanente de atores governamentais e não governamentais, com destaque para: i) implantação de 49 Centros Regionais de Referência junto a instituições de ensino superior públicas, para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares, totalizando 14,7 mil profissionais em processo de capacitação; ii) implantação de dois Centros Colaboradores, no âmbito dos hospitais universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade de São Paulo, com o objetivo de conjugar à assistência, atividades de ensino e pesquisa, oferecendo formação profissional em diferentes níveis (especialização, residência médica e multiprofissional, mestrado e doutorado) e integrando o desenvolvimento de metodologias de tratamento e reinserção social; iii) formatação de cursos específicos de capacitação, na modalidade EAD (ensino a distância), para qualificar a intervenção de 60 mil atores sociais que trabalham diretamente com o tema drogas ou atuam como multiplicadores de informações sobre prevenção, tratamento e reinserção social; e iv) capacitação direta dos profissionais de segurança pública que irão atuar nas cenas de uso de crack e outras drogas.

Para 2012, o desafio será o investimento na melhoria da gestão da política sobre drogas, com o fomento à criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação da participação social por meio do fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais, e o aperfeiçoamento dos mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Ainda em 2012, além da manutenção dos Centros Regionais de Referência já existentes, serão implantados 16 novos Centros e será incluída a formação de profissionais das áreas de justiça e segurança pública. Serão ainda formatados novos cursos de capacitação a distância para profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, operadores do direito, assim como lideranças comunitárias e religiosas e gestores de comunidades terapêuticas (entidades não governamentais voltadas ao atendimento de pessoas com dependência química).

b) Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

A nova Estratégia Nacional para a Segurança Pública nas Fronteiras começou a ser implementada em 2011 com a instituição do Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011), que busca a atuação integrada, com troca de informações entre os órgãos federais, estaduais e municipais de segurança pública e as Forças Armadas, além de buscar a integração e o estabelecimento de parcerias com os países vizinhos. A execução das ações do Plano Estratégico de Fronteiras se fará por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), que estão sendo implantados em cada um dos 11 Estados fronteiriços, e pelo Centro de Operações Conjuntas (COC), com sede nas instalações do Ministério da Defesa. Esses dois mecanismos de gestão da segurança nas fronteiras são flexíveis e não hierárquicos, sendo as decisões tomadas por consenso; constituem um ambiente de trabalho altamente colaborativo entre as Instituições de Segurança Pública envolvidas na segurança das fronteiras do País, inclusive aproximando-se das autoridades dos países vizinhos com ações de cooperação internacional.

A nova estratégia tem foco na inteligência e no trabalho integrado dos agentes de segurança pública do Brasil e dos países vizinhos, o que é fundamental para o enfrentamento do tráfico de entorpecentes e dos demais ilícitos transnacionais.

Nesse sentido, já está em andamento o processo de estabelecimento de parcerias entre o Ministério da Justiça e os 11 Estados fronteiriços, onde serão investidos recursos da ordem de R$ 35 milhões, a serem distribuídos entre 68 Municípios de acordo com a situação de vulnerabilidade. Os recursos serão destinados ao reaparelhamento das forças policiais, devendo ser usados, exclusivamente, na estruturação de Núcleos Integrados de Inteligência de Segurança Pública, no reaparelhamento de centros integrados ou unidades das polícias militares, civis e da perícia, no fortalecimento da segurança pública das vias hídricas (rios, lagos e canais) e na instalação de GGIF ou de Câmara Temática de Fronteira.

Além desses recursos previstos, em 2011 já foram repassados aos Estados fronteiriços R$ 3,7 milhões para a estruturação de projetos voltados para comunicação integrada, e foram celebrados termos de cooperação entre os Estados e órgãos federais de segurança pública para implementação de várias ações estruturantes.

Ainda no contexto do Plano Estratégico de Fronteiras, numa atuação conjunta entre a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, a partir de junho de 2011, intensificou-se o combate ao crime organizado nas fronteiras por meio da Operação Sentinela, realizada anteriormente de modo exclusivo pela Polícia Federal, desde março de 2010. Foram realizadas operações de inteligência policial de repressão ao tráfico de drogas nas fronteiras e operações de erradicação de maconha nas regiões Norte e Nordeste e no Paraguai, além da repressão ao tráfico e comércio ilícito de armas de fogo. Como resultados dessa operação foram presas em flagrante 2.505 pessoas, 341 menores foram detidos, 31,5 toneladas de maconha e 2.633 kg de cocaína foram apreendidos, 330 armas de fogo e 723 veículos foram apreendidos/recuperados.

No contexto do Projeto Vant (Veículos Aéreos Não Tripulados), que tem por finalidade monitorar continuamente as fronteiras brasileiras por meio de imagens e informações sobre movimentações suspeitas, os voos operacionais da primeira aeronave começaram em outubro de 2011, no Paraná. A próxima aeronave já foi adquirida e será enviada em 2012, ano em que deverá ser concluída a implantação da base de São Miguel do Iguaçu (PR), situada na região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Para 2012, a Polícia Federal dará continuidade aos projetos estruturantes da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron). Já a Polícia Rodoviária Federal, planeja aumentar a vigilância das fronteiras, por meio da implantação do projeto Alerta Brasil, que propõe intervenções mais pontuais e mais bem qualificadas no combate a ilícitos, principalmente quanto ao tráfico de drogas e roubo de veículos e cargas. Para tanto, o projeto prevê a aquisição de equipamentos *scanners* para detecção de drogas em veículos em movimento, a implantação do Sistema de Radiocomunicação com ampla cobertura nas regiões fronteiriças, a realização de operações temáticas em regiões de fronteira e a construção de unidades especiais em rodovias federais situadas nessas localidades.

c) Segurança Pública com Cidadania

A nova visão de segurança pública introduzida pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) tem investido na articulação entre as políticas de segurança pública e as ações sociais, como forma de melhorar a efetividade do combate à criminalidade e à violência.

Em 2011, a gestão do Pronasci foi transferida para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, com objetivo de proporcionar maior transparência e transversalidade na implantação de Políticas Cidadãs. A estratégia de intervenção do Programa foi reformulada com o objetivo de evitar a fragmentação de recursos, focalizando os territórios de maior vulnerabilidade social.

Destaca-se o lançamento da Campanha Nacional de Desarmamento, na cidade do Rio de Janeiro, intitulada "Tire uma arma do futuro do Brasil". Conforme determina a Lei nº 11.706, de 19 de junho de 2008, a Campanha agora tem caráter permanente e prevê procedimentos mais céleres para o pagamento das indenizações, nos valores de R$ 100,00, R$ 200,00 ou R$ 300,00, de acordo com o tipo de arma, visando aumentar o recolhimento das armas.

A nova campanha também eliminou possíveis entraves que muitas vezes inibiam as pessoas de devolverem suas armas, a exemplo da obrigatoriedade da identificação e do preenchimento de informações pessoais do possuidor ou proprietário de armas. A campanha do desarmamento está sendo realizada em parcerias com Estados e Municípios, os quais são responsáveis pela estruturação de pontos de coleta e expedição dos documentos necessários ao pagamento da respectiva indenização, com o acompanhamento do Ministério da Justiça. O Sistema Desarma registrou em 2011 a arrecadação de 33.859 armas de fogo, quantidade adicionada às recebidas nos outros postos de entrega, qual seja, 2.860, totalizando 36.719 armas; além de 149.757 munições.

d) Combate à Criminalidade

No ano de 2011, foi de fundamental importância para o restabelecimento da segurança da população da cidade do Rio de Janeiro, o apoio das Forças Armadas na ação do Estado no combate à ocupação de traficantes nas comunidades situadas no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro.

A Marinha participou da operação com o envio de carros de combate no apoio à entrada em locais de difícil acesso. Por sua vez, a Aeronáutica prestou apoio aéreo às operações. Por fim, efetivos do Exército e dos Fuzileiros Navais participaram diretamente da retomada do território ocupado pelas organizações criminosas que ali atuavam.

Em novembro de 2011, a Marinha participou da operação de ocupação das comunidades do Morro da Rocinha e Vidigal, quando utilizou seus Veículos Blindados e Carros Lagarta Anfíbios (Clanf) e respectivas guarnições na operação.

Foi instalado pela Polícia Federal o sistema de classes de falsificação de cédulas falsas do Banco Central do Brasil (BCB) para agregar informações de inteligência policial aos inquéritos instaurados, identificando-se previamente locais de derrame, *modus operandi* e possíveis quadrilhas envolvidas. Também foi possível conferir celeridade e qualidade aos Inquéritos Policiais, com a redução dos inquéritos pendentes de conclusão de 119.240, em 2010, para 95.079, em 2011, além de se conferir celeridade e qualidade também a procedimentos disciplinares.

O Projeto Tentáculos, da Polícia Federal, conseguiu redução de mais de 60%, nos últimos 12 meses, das fraudes bancárias eletrônicas, resultando numa economia de R$ 170 milhões para o Governo Federal. Dentre as aquisições da Polícia Federal previstas para 2011, foram compradas 152 caminhonetes, até o presente momento, 6,9 mil coletes balísticos e 200 fuzis. Está prevista, ainda, a aquisição de mais 248 viaturas e 4,4 mil coletes até o final do ano.

Algumas ações foram realizadas no âmbito da Polícia Federal e terão continuidade em 2012, tais como: i) desenvolvimento e implantação do novo sistema de registro de estrangeiros (Sincre); ii) desenvolvimento do e-POL – sistema para a informatização do inquérito policial e outros instrumentos de investigação (Inquérito Eletrônico); iii) renovação dos terminais de emissão de passaportes e de controle migratório; e iv) aperfeiçoamento dos sistemas de georreferenciamento (Inteligeo), de monitoramento de plantios ilícitos de drogas (Sigma), e do sistema de identificação (Afis).

Estão previstas para 2012 a contratação de serviço de contingência para sistemas críticos, a inicialização do projeto de integração do Sistema Nacional de Armas (Sinarm) com a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg), visando ampliar o acesso das polícias estaduais ao banco nacional de armas; a continuidade da implantação dos Sistemas de Interceptação de Sinais e de Mancha Termal Criminal; e o incremento das ações de contrainteligência relativamente ao ano de 2011.

e) Segurança de Grandes Eventos

Nesse contexto, foi instituída pelo Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), vinculada ao Ministério da Justiça, para coordenar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação das estratégias e ações de segurança para os seguintes eventos: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo FIFA 2014. A Secretaria será extinta em 31 de julho de 2015.

A atuação da Sesge tem, desde já, buscado promover a integração dos diversos órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais, articulando-se com organismos e entidades governamentais e não governamentais, de âmbito nacional e internacional, envolvidos com a segurança dos grandes eventos.

Dentre as principais atividades em andamento, sob a coordenação da Sesge, destacam-se: i) a elaboração do Plano Estratégico de Segurança da Copa do Mundo FIFA 2014; ii) o planejamento das ações de segurança pública das cidades-sede da Copa nos níveis tático e operacional; iii) o treinamento e capacitação operacional dos servidores das forças de segurança pública envolvidos nos grandes eventos; e iv) a implantação de planos e programas para o aumento da segurança pública nos portos, aeroportos e postos de imigração nas fronteiras secas, respeitadas as competências dos órgãos de fiscalização.

O Plano Estratégico de Segurança da Copa 2014 prevê a criação de um Centro de Comando e Controle Nacional, com sede em Brasília, que deverá integrar os demais órgãos de segurança do Governo Federal e dos Estados que atuarão nos eventos. Constituem pilares da estratégia o emprego de tecnologia avançada, a especialização do pessoal envolvido na proteção das áreas em que haverá jogos, com capacitação para agir preventiva e combativamente em uma gama de situações adversas, como ataques terroristas, desastres, violência entre torcedores, dentre outras.

Nesse contexto, será fundamental o estabelecimento de convênios ou acordos nacionais e internacionais voltados para a integração de bases de dados civis e criminais de nacionais e estrangeiros, especialmente no que tange à listagem de torcedores que já se envolveram em episódios de violência nos estádios de futebol e de suspeitos ligados a grupos terroristas e extremistas dos diversos países que comporão as delegações esportivas e, sobretudo, de potenciais inimigos destes, visando impedir a entrada de tais pessoas no Brasil.

Iniciaram, ainda em 2011, as ações de capacitações dos agentes de segurança pública, integrando todas as forças das esferas federal, estadual e municipal, proporcionando uma formação específica e uniforme para atuação em grandes eventos.

Foram liberados cerca de R$ 115 milhões pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, para contemplar projetos de segurança de grandes eventos apresentados pela Polícia Federal, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública do Ministério da Justiça (Depaid), Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (Seseg) e Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos); diagnóstico das necessidades referentes à Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio de visita técnica às 12 sedes da Copa do Mundo FIFA 2014; visita de Secretários Estaduais de Segurança Pública aos Centros de Comando das cidades de Washington e Nova Iorque/EUA; realização de curso de identificação de vítimas de desastres, em conjunto com a Polícia Federal, no Rio de Janeiro; articulação com outros órgãos envolvidos, especialmente a Abin, para produção de análise de risco relacionada aos grandes eventos.

A Sesge também atuou operacionalmente, coordenando as ações de segurança no sorteio preliminar da Copa do Mundo FIFA 2014, no Rio de Janeiro, e nos jogos da Seleção Brasileira de Futebol, em São Paulo e em Goiânia.

A Polícia Rodoviária Federal fará, a partir de 2012, as implantações do sistema de rádio digital nas cidades-sedes da Copa do Mundo FIFA 2014, o que trará mais segurança e agilidade nas comunicações entre as forças de segurança envolvidas, possibilitando também o acesso à rede de dados para fiscalização.

f) Sistema Penitenciário Federal

O ano de 2011 foi marcado por um incremento nas políticas penitenciárias, com desenvolvimento de ações de reestruturação do sistema penitenciário nacional e fortalecimento do sistema penitenciário federal, bem como ações de capacitação em serviços penais, reintegração social do preso e fomento à aplicação de penas e medidas alternativas. A reestruturação do sistema penitenciário brasileiro se deu por meio das ações de construção e de aparelhamento de Unidades Prisionais.

No tocante à construção, cabe destacar o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, que contempla recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e do Orçamento Geral da União da ordem de R$ 1 bilhão, destinados a eliminar o déficit de vagas feminino e a geração de vagas em cadeias públicas para retirada de presos de delegacias de polícia.

O aparelhamento das 27 unidades da Federação ocorreu por meio de aquisição direta e doação de 70 veículos furgão do tipo ambulância e 103 veículos do tipo cela, totalizando um investimento de cerca de R$ 18,6 milhões. Na mesma linha, foram repassados ao Estado de São Paulo recursos para aquisição de dez veículos furgão do tipo cela.

Na área de reintegração social do preso, foram investidos cerca de R$ 2 milhões para o aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência de Assistência à Saúde Materno-infantil em estabelecimentos penais estaduais. Houve, ainda, o investimento para a execução de um projeto-piloto de capacitação profissional de pessoas privadas de liberdade na área de construção civil.

Destaca-se também a construção da 5ª Penitenciária Federal, prevista no orçamento de 2012, que será localizada em Brasília (DF), destinada a triagem dos presos, custódia de mulheres e réus colaboradores. Também são destacadas as 870 ações que envolveram inclusão, transferência, devolução e escolta para audiências de internos do sistema. Com o objetivo de reduzir os gastos, 90 internos tiveram suas audiências realizadas por meio de videoconferências judiciais. Na vertente social, foram viabilizadas 559 visitas virtuais beneficiando os familiares dos internos que não possuem condições econômicas para realização de visitas presenciais.

g) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

Dentre as principais atividades do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no ano de 2011, destacam-se: i) aprimoramento dos trâmites processuais, mediante a proposição de resoluções e emendas regimentais que tornam mais eficiente o processo de julgamento do Cade; ii) reformulação do Programa de Intercâmbio do Cade, que oferece duas vezes ao ano oportunidade para estudantes atuarem durante um mês no Conselho; iii) criação do curso intensivo em concorrência, com renomados professores e especialistas na área, proporcionando uma formação teórica de excelência; e iv) criação do Cade Internacional e do Programa Internacional de Intercâmbio Antitruste, que tem como objetivo incentivar a cooperação para a criação de troca de experiências, conhecimentos e técnicas entre as autoridades internacionais de defesa da concorrência.

A preparação para a reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) foi ponto de destaque em 2011, com a aprovação da nova Lei de Concorrência. Com a nova Lei, a instrução de atos de concentração e de condutas anticompetitivas passará a ser realizada no Cade, e a análise de atos de concentração passará a ser prévia ao fechamento do negócio pelas empresas.

A entrada em vigor da Lei que reestrutura o SBDC demandará um grande esforço de implementação das profundas mudanças que dela decorrem. A nova Lei da Concorrência visa à modernização do ambiente regulatório no Brasil, que sairá do pequeno rol de países que ainda avaliam fusões a *posteriori*, dando maior agilidade e equilíbrio para o ambiente concorrencial e aumentando a efetividade das decisões do Cade.

Quanto à proteção e defesa do consumidor, a atuação governamental se dedicou ao direito básico do consumidor à informação e à proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, bem como a promover articulação dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) em busca da proteção à saúde e à segurança dos consumidores. Foram registradas 67 novas campanhas de chamamento (*recall*), com a aplicação de cinco multas em razão da não realização do chamamento do produto defeituoso. Nessa mesma temática, em março de 2011, entrou em vigor

a Portaria Conjunta nº 69, de 15 de dezembro de 2010, da Secretaria de Direito Econômico e do Departamento Nacional de Trânsito, determinando que as montadoras comuniquem aos órgãos competentes eventuais campanhas de chamamento, registrando as informações necessárias no banco de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Dessa forma, é permitido maior controle sobre os veículos afetados pelo *recall*, e aos proprietários o acesso às informações constantes no chamamento.

O Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), implantado em 23 Estados e no Distrito Federal, avançou com a integração do Paraná, já em fase final de oficialização. Com isso, o Sindec alcançou mais de 157 Municípios e aproximadamente 400 pontos de atendimento. Ao longo de 2011, também foram publicados estudos, relatórios e pesquisas, dentre outros, como: i) Relatório Analítico do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2010; ii) Estudo sobre o Setor de Telecomunicações no Brasil em 2010; e iii) o Estudo sobre o Mercado de Cartões de Crédito no Brasil. Para 2012, será buscado o aperfeiçoamento do processo de análise de Impacto Regulatório do Sindec, bem como o desenvolvimento de uma versão do sistema em espanhol para utilização no âmbito do Mercosul.

No âmbito da capacitação, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) deu continuidade à oferta de cursos presenciais e virtuais. Ao longo do ano, foram capacitados 2.026 integrantes do SNDC. A Escola publicou, ainda, o Manual sobre Proteção de Dados Pessoais, texto de referência que visa à discussão do tema junto aos órgãos do SNDC. Para 2012, buscar-se-á a ampliação dos cursos presenciais, a ampliação e o aprimoramento do ensino a distância para técnicos da defesa do consumidor e para os consumidores, além do incentivo à criação de Escolas Estaduais de Defesa do Consumidor e de Procons.

Com o tema central Os Desafios da Sociedade de Consumo, realizou-se, em outubro de 2011, o VIII Congresso do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, voltando-se para a análise e discussão da sociedade de consumo. No âmbito internacional, destaque para o Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Economia e Finanças da República do Uruguai, com o objetivo de transferência de conhecimento e tecnologia do Sindec àquele país.

No âmbito do Programa de Combate a Cartéis, duas importantes operações de busca e apreensão foram realizadas em 2011 em parceria com a Polícia Federal e órgãos estaduais, como Secretaria da Fazenda e Ministério Público. A Estratégia Nacional de Combate a Cartéis (ENACC) se fortaleceu com a realização do 3º Encontro Anual, em outubro, que propôs o aprimoramento do formato da Estratégia, agora baseada em grupos permanentes de trabalho. Ênfase tem sido dada à formação de cartéis em processos de licitação, especialmente em relação às obras da Copa do Mundo FIFA 2014.

No setor de saúde suplementar, destaca-se a participação do Governo no avanço das negociações coletivas entre médicos e operadoras de planos de saúde, por meio da Secretaria de Direito Econômico, em parceria com a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

h) Reforma do Judiciário e Democratização do Acesso à Justiça

Para garantir o acesso universal à Justiça, em especial aos mais necessitados, a Defensoria Pública da União (DPU), com apoio do Governo Federal, vai continuar o processo de estruturação que, em 2010, resultou em mais de 1 milhão de atendimentos e, em 2011, implicou a superação da marca de 1,3 milhão de assistências prestadas – incremento percentual estabelecido como meta também para 2012. Para atingir esses números, a DPU mantém o foco no aprimoramento da organização administrativa.

Outra iniciativa pioneira foi o Programa de Assistência Jurídica Internacional, que se iniciou mediante parceria com o Ministério das Relações Exteriores, e tem como objetivo, além da prestação de assistência e orientação jurídicas aos brasileiros residentes no exterior, a resolução de questões no Judiciário de outro país, mediante cooperação jurídica internacional.

Para o ano de 2012, a DPU tem entre as suas principais metas a ampliação do atendimento aos assistidos, a intensificação do Programa DPU Itinerante, que possibilita o acesso ao direito fundamental da assistência jurídica à população residente em localidades remotas do País, desprovidas de núcleo permanente da DPU, bem como dos Programas DPU nas Escolas e DPU na Comunidade que buscam promover a difusão e a conscientização da população sobre direitos humanos e cidadania nas salas de aula e nos grandes centros urbanos, tais como rodoviárias e estações de metrô.

Com relação à violência doméstica e à justiça comunitária, em 2011, foram inaugurados o Núcleo de Combate à Violência Doméstica em Cruzeiro do Sul (AC), em parceria com o Ministério Público do Estado, o Núcleo de Justiça Comunitária na comunidade pacificada de Santa Marta, juntamente com a Prefeitura do Rio de Janeiro, e a Vara Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na Zona Oeste de São Paulo, numa parceria com o Tribunal de Justiça do Estado. Também foram implementados Núcleos de Justiça Comunitária nos Estados de Alagoas, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e São Paulo, com investimentos de cerca de R$ 2,5 milhões, beneficiando diretamente 76.457 pessoas. Em parceria com o Estado do Rio de Janeiro e outros órgãos do Sistema de Justiça, foram realizadas atividades itinerantes para atendimento na Cidade de Deus e outras localidades. Também em parceria com a Defensoria Pública e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foi realizado o Seminário Defensoria Pública e População de Rua, nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, e a discussão sobre acesso da população negra à Justiça, durante o Encontro Afro XXI.

Destaca-se também a realização de cursos voltados à capacitação em mediação comunitária e em combate à tortura, realizados em algumas unidades da Federação, para juízes, promotores, defensores públicos, advogados e outros servidores contemplando 200 beneficiados diretos. O incentivo à adoção, pela administração pública direta e indireta, de mecanismos de solução administrativa de conflitos também é uma das ações pretendidas para 2012.

Referente à temática de registros e cartórios, foram levantados dados e realizado cadastro de aproximadamente 7,6 mil serventias de registro civil no Sistema de Cerificação Unificada. Registra-se também a implementação do projeto-piloto do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC), que contou com a participação de 43 serventias extrajudiciais, por meio da informatização dos cartórios, da renovação do contrato de aquisição do Papel de Segurança para emissão dos documentos de Registros Civis (nascimento, casamento e óbito), com vistas à adequação dos Sistemas das Serventias Extrajudiciais ao Sistema Certuni da Casa da Moeda para emissão das novas certidões. Para 2012, além de manter as atividades citadas, pretende-se dar seguimento ao processo de criação, implementação e gerenciamento do Portal do Cadastro de Cartórios do Brasil.

i) Assuntos Legislativos

Durante o exercício de 2011, o Ministério da Justiça orientou-se por dois eixos principais, a saber: fortalecimento da política legislativa e democratização dos processos de elaboração legislativa.

Como resultados do primeiro eixo, destacam-se:

- O envio ao Congresso Nacional do PL nº 2.126/2011, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet) e do PL nº 2.442/2011, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e

Combate à Tortura, além da aprovação do PL nº 3937/2004, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (Lei que cria o Novo Cade).

- As sanções das Leis nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que garante o acesso às informações públicas; nº 12.528, 18 de novembro de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade; nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que alterou a Lei de Execução Penal, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho; nº 12.403, de 4 de maio de 2011, que altera dispositivos do Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares; nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina o chamado "cadastro positivo", para formação de histórico de crédito; e nº 12.440, de 7 de julho de 2011, que criou a chamada Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Quanto ao segundo eixo, o alvo foi a consolidação do processo de democratização da elaboração normativa, pelo Projeto Pensando o Direito, que trata do financiamento de pesquisas jurídicas de cunho empírico desenvolvidas por equipes multidisciplinares. Outra ação importante foi a ampliação dos processos de consultas e debates públicos *on-line*, por meio da utilização de ferramentas tecnológicas em plataforma *web* 2.0, de modo a permitir a participação de qualquer instituição ou indivíduo na construção colaborativa de textos normativos de relevante interesse social. Destaca-se a Consulta sobre o Novo Código de Processo Civil, concluída com mais de 2 mil contribuições, e o recém-lançado debate sobre o Novo Código Comercial, que seguirá em consulta no inicio de 2012.

Serão ampliadas as atividades de promoção da democratização do processo legislativo, por meio da Convocação de Chamada Pública Especial sobre o tema da Modernização e Transparência da Gestão Pública e da viabilização de mecanismos de participação social e de ferramentas tecnológicas que possam ampliar a participação popular na formulação e no acompanhamento de propostas legislativas, buscando ao mesmo tempo integrar tais mecanismos com o Projeto Pensando o Direito.

j) Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Tráfico de Pessoas

Em relação à temática do combate à lavagem de dinheiro e à corrupção, destaca-se o trabalho de identificação das principais tipologias do crime de lavagem de dinheiro realizado no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), além da capacitação de mais de 1,5 mil agentes públicos. Também foi intensificada a entrega dos equipamentos de informática que compõem os Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro e a Corrupção.

Para 2012, buscar-se-á a consolidação da rede de Laboratórios de Tecnologia para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), como resposta inovadora do Governo aos desafios impostos pela crescente complexidade das ações criminosas e ao aumento exponencial do volume de dados para análise de casos de lavagem de dinheiro.

No que se refere à Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, priorizou-se a construção, por meio um processo participativo internacional, do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o fortalecimento das ações de cooperação multilateral com países da América Latina e da União Europeia. Foram estabelecidas importantes parcerias com organismos e institutos internacionais, como *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), *International Centre for Migration Policy Development* (ICMPD) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros. Realizaram-se campanhas de sensibilização e ampliou-se a rede de atendimento com a criação de cinco novos núcleos e postos nos Estados e Municípios brasileiros. Em 2012, será dado início à implementação do II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

k) Cooperação Internacional e Direito Migratório

No que se refere à cooperação jurídica internacional, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça, instruiu e coordenou a execução de mais de mil novos processos em matéria penal, a partir do que foi possível efetuar diligências como citação, intimação, quebra de sigilo bancário e telemático e bloqueio de ativos no exterior. Em 2012, buscar-se-á estabelecer e aprimorar as relações de cooperação internacional bilaterais ou multilaterais, de modo a aperfeiçoar os mecanismos disponíveis para a atuação do Poder Público e demais autoridades competentes, contribuindo para a efetividade da Justiça.

Cabe destacar a intensificação do relacionamento com organismos internacionais e blocos estratégicos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Mercosul, especialmente com relação às demandas inerentes ao direito dos migrantes, tais como concessão de permanência a estrangeiros, prorrogação de prazos de estada, assuntos relacionados à nacionalidade e à naturalização, entre outros. Ainda, foi editada a Portaria nº 1.700 do Ministério da Justiça, visando facilitar os trâmites e instrução dos pedidos de transformação em permanente da residência provisória proporcionada pela Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 6.893, de 2 de julho de 2009. Para o exercício de 2012, buscar-se-á desenvolver e implementar uma política migratória sob a perspectiva da justiça e da cidadania, reconhecendo o direito de migrar como direito fundamental do homem, com ênfase na construção de direitos, consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.

l) Combate à Pirataria e outros Delitos contra a Propriedade Intelectual

O Plano Nacional de Combate à Pirataria tem como base a implantação de 23 projetos estruturantes. Os principais avanços do Plano, ao longo de 2011, foram:

- Realização de cursos de capacitação de agentes públicos em São Paulo e Brasília tendo com o público total de 1.650 policiais;
- Desenvolvimento do Diretório Nacional de Titulares de Marcas (DNTM), que consiste em um banco de informações com os contatos das empresas detentoras das marcas, com a finalidade de agilização dos trabalhos operacionais dos agentes públicos envolvidos no combate à pirataria;
- Início de negociação visando à criação do Conselho Mercosul de Combate à Pirataria, que prevê ações conjuntas entre os países que compõem o Bloco;
- Assinatura de acordos de cooperação técnica com a Escola Nacional da Magistratura para realizar campanha educativa para crianças do ensino fundamental;
- Cooperação técnica estabelecida com as cidades de Belo Horizonte, Osasco e Recife, com vistas à implantação e ao desenvolvimento do projeto Cidade Livre de Pirataria;
- Participação no processo de análise e desenvolvimento do Projeto de Rastreabilidade de Medicamentos desenvolvido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tido também como uma solução inovadora no combate à pirataria; e
- Realização da primeira edição do Prêmio Nacional de Combate à Pirataria, que premiará as três melhores ações nas categorias Repressiva, Educativa e Econômica.

Para o ano de 2012, será dada continuidade ao Projeto de Capacitação de Agentes Públicos em diversas cidades brasileiras. O Projeto Cidade Livre de Pirataria tem como meta assinar acordos com outras cidades brasileiras, como Campinas, Rio de Janeiro, Ribeirão Preto, Blumenau, Campo Grande, Porto Alegre, Goiânia e Palmas. O Diretório Nacional de Titulares de Marcas deverá estar em pleno funcionamento, servindo às Polícias Civis de todos os Estados, à Policia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, à Receita Federal do Brasil, ao Ministério Público e aos Institutos de Criminalística. Além disso, buscar-se-á efetivar a criação do Conselho Mercosul. Está prevista, ainda, a execução do Projeto Radiografia da Pirataria que fornecerá uma visão pontual para planejamento e execução das estratégias de combate à pirataria no Brasil.

m) Anistia Política

A Comissão de Anistia inovou na política de reparação material e moral às vítimas de atos de exceção ocorridos durante o período ditatorial no País. Até dezembro de 2011, a Comissão recepcionou aproximadamente 70 mil processos de anistia, entre os quais 58 mil foram apreciados. A atividade de julgamento dos requerimentos de anistia política continuará a ser priorizada nos próximos anos, sendo um grande desafio para o órgão a ampliação da capacidade de processamento de tais requerimentos, a partir da modernização e informatização de sua gestão processual.

A Comissão de Anistia deu continuidade às Caravanas da Anistia, sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia. O Projeto visa estimular participação da sociedade civil nos atos reparatórios oficiais, por meio da descentralização das sessões regulares ocorridas ordinariamente na capital federal para localidades nas quais ocorreram os fatos históricos relacionados ao período de exceção. Em 2011, foram realizadas seis Caravanas da Anistia.

O Projeto Marcas da Memória, que possui como um dos eixos de ação o fomento a iniciativas da sociedade civil na área de promoção da justiça de transição, será ampliado no ano de 2012, incorporando novas iniciativas de preservação de acervos históricos, de produção e difusão de conhecimento sobre o tema da anistia política, e de conscientização sobre o processo de transição democrática no País.

Em 2011, foi concluído o projeto executivo para a ampliação, construção e reforma do prédio de exposições e do prédio administrativo do Memorial da Anistia Política do Brasil, espaço de memória e consciência coletiva, com sede em Belo Horizonte, que servirá de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais. Teve início também a elaboração do projeto museográfico, que deverá ser finalizado em 2012. Neste ano, também serão iniciadas as obras de construção do Memorial.

Em 2011, foi sancionada Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade como um passo decisivo para efetivar o processo de transição democrática no Brasil. Essa comissão atuará de forma articulada com demais órgãos públicos, especialmente a Comissão de Anistia, o Arquivo Nacional e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Assim, o ano de 2012 traz um grande desafio para a Comissão de Anistia, que deverá se estruturar para disponibilizar seu acervo para fins de consulta, de forma a contribuir efetivamente com os trabalhos da Comissão da Verdade e com a construção de uma base de conhecimento sobre anistia política no País.